

Revista da Universidade de São Paulo

N.º 5 Junho, 1987

Cz\$ 50,00



A Inquisição em Portugal
Ensino de massa e ensino de elite
Influências da arquitetura brasileira na África
A Modernidade segundo Walter Benjamim

Revista da Universidade de São Paulo



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: *José Goldemberg*

Vice-Reitor: *Roberto Leal Lobo e Silva Filho*



Universidade de São Paulo

Coordenadoria Cultural

Coordenador de Atividades Culturais: *Orlando P. Miranda*

Diretor da Divisão de Publicações: *Luis Carlos Torcato*

Editor Responsável: *Orlando P. Miranda*

Editora Adjunta: *Marisa Aparecida Bento*

Diagramação e Arte-Final: *Antonio Baikauskas Filho*

Revisão: *Flávio Cescon*

Eleonora Jorge Alves

Vivaldo Adhemar Campos Maia

Capa: *Caioco Sakihama*

Ilustração: *Ney Pereira da Silva*

Bibliotecária: *Eleonora Aparecida Sampaio*

Diretor da Divisão de Artes Gráficas: *Mauricio Agra Ramos*

Composer IBM: *Yara de Almeida Perez e Silvia Maria Costa da Silva*

Fotolito e Impressão: *Divisão de Artes Gráficas*

Carta ao Leitor

O sistema de ensino, principalmente no âmbito da formação superior, deve hoje estar voltado para as massas ou para a elite, mesmo considerando-se o sentido atual desta última palavra, que designa as camadas portadoras do conhecimento e da capacidade e não apenas da riqueza? A questão é levantada por Laurent Schwartz, presidente do Comitê Nacional de Avaliação, de Paris, que dimensiona os gastos e investimentos com ensino nos países desenvolvidos e mostra a necessidade de uma diferenciação, mesmo entre as universidades, na busca da excelência e da qualidade para uma formação no mais alto nível possível.

Partindo da colocação desta realidade, José Goldemberg e Elisa Wolyneć traçam um paralelo com a realidade brasileira, onde um estudante chega a custar, para a Universidade de São Paulo, US\$4.000/ano enquanto o custo médio, na França, chega a US\$1.700/ano. A problemática não se restringe, naturalmente, à USP, mas a todo o sistema de ensino do País, como mostra Braz José de Araujo em seu artigo *"Em Torno de um Conceito Atual de Universidade"*. Para o professor, não existiu e ainda não existe uma política coerente em relação às universidades do Brasil, e a própria USP tem pela frente desafios básicos: consolidação do sistema de mérito, flexibilidade organizacional e institucional e capacidade para atender às consultas do sistema produtivo e da própria sociedade como um todo.

A Revista da USP traz, ainda nesta edição, artigo de Fernando Augusto Albuquerque Mourão, com comentário analítico da obra de Mariano Carneiro da Cunha *"Da Senzala ao Sobrado: Arquitetura Brasileira da Nigéria e na República Popular do Benin"* onde mostra as influências da arquitetura brasileira colonial num contexto da cultura iorubá. *"O Tribunal da Inquisição em Portugal"* é tema de artigo de Anita Novinsky, enquanto Osvaldo Coggiola analisa as inovações de Antônio Gramsci, no campo da sociologia marxista, e o seu objetivo principal: o esclarecimento das condições históricas para a revolução proletária.

José Cesar Gnaccarini faz uma investigação da contribuição de Florestan Fernandes em seu artigo *"Folclore e Consciência Nacional: a visão crítica de Florestan Fernandes"* e, na seção **Debate**, criada nesta edição, José Carlos Sebe Bom Meihy entrevista o antropólogo Charles Wagley, decano dos brasiliannistas. A Revista tem ainda a participação de Eunice Ribeiro Durham, Diogo Pupo Nogueira, Jorge da Rocha Gomes e Willi Bolle.

A partir desta edição, além de algumas alterações de caráter editorial, como a criação de novas seções, a Revista da USP passa a contar com um serviço de assinatura anual.

SUMÁRIO

O Financiamento do Ensino Superior Elisa Wolyneç	09
Em Torno de um Conceito Atual de Universidade Braz José de Araujo	21
Ciência, Filosofia e Humanidades: onde ficam as Ciências Sociais? Eunice Ribeiro Durham	35
A Modernidade segundo Walter Benjamin Willi Bolle	45
Gramsci: história e revolução. Cinquenta anos da morte do revolucionário italiano nas prisões do fascismo Oswaldo Coggiola	57
Folclore e Consciência Nacional: a visão crítica de Florestan Fernandes José Cesar Gnaccarini	67
Da Senzala ao Sobrado: sentidos e metamorfoses de uma migração Atlântica Fernando Augusto Albuquerque Mourão	79
O Tribunal da Inquisição em Portugal Anita Novinsky	91
Insalubridade: ainda um desafio Diogo Pupo Nogueira, Jorge da Rocha Gomes	99
Comentário: Ensino de Massa e Ensino de Elite Elisa Wolyneç, José Goldemberg	109
Entrevista: Charles Wagley José Carlos Sebe Bom Meihy	119
Resenhas	133
Lançamentos da Edusp	141
Dissertações e Teses	145

SEÇÕES

<u>CRÍTICA</u>	<u>7</u>	<u>LIVROS</u>	<u>139</u>
<u>DEBATE</u>	<u>107</u>	<u>TESES</u>	<u>143</u>
<u>RESENHAS</u>	<u>131</u>		

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos, desde que citada a fonte e dado aos autores o devido crédito.

O FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR

Elisa Wolyneć⁽¹⁾

RESUMO: Neste trabalho, são discutidos os itens básicos da composição orçamentária de universidades e, em especial, a relação que deveria haver entre as despesas de pessoal e custeio. São apresentados dados orçamentários referentes ao financiamento do ensino superior em países europeus, e outros indicadores relevantes. Comparações entre esses indicadores são feitas para as universidades do Estado de São Paulo e para o Sistema Federal de Ensino Superior.

ABSTRACT: The major items in the composition of universities budget are discussed in this work, especially the relationship between recurrent expenditure and personnel. Budget data and other related indicators from Higher Education in european countries are presented. Comparisons are made with São Paulo State Universities and the Federal System of Higher Education.

Introdução

A dotação orçamentária das universidades pode ser subdividida em quatro itens principais:

- a) **Pessoal** — despesas com o pagamento dos salários dos docentes e das equipes técnicas e administrativas de apoio.
- b) **Custeio** — despesas de manutenção das atividades de ensino, como por exemplo, material didático, produtos químicos para os laboratórios didáticos, manutenção dos prédios, conserto e substituição de equipamentos dos laboratórios didáticos, despesas de manutenção dos biotérios, assinatura de periódicos, aquisição de livros etc.
- c) **Capital** — despesa de expansão, incluindo-se construção de edifícios, compra de equipamentos técnico-científicos etc.
- d) **Pesquisa** — verbas destinadas ao desenvolvimento de pesquisas.

Nas universidades públicas, as verbas de pessoal e custeio são

(1) Professora Adjunta no Instituto de Física da USP, Coordenadora de Administração Geral da USP

anualmente fornecidas pelo Estado e, de acordo com os padrões internacionais, essas verbas devem ser de magnitude tal que:

$$\epsilon = \frac{\text{verba para custeio}}{\text{verba de pessoal} + \text{verba de custeio}} \cong 0,3$$

ou seja, a dotação anual para custeio deve ser, pelo menos, 30% da verba de pessoal mais custeio.

O item Capital é variável, ocorrendo quando há necessidade de expansão e a dotação pode vir do Estado ou de agências financiadoras. Finalmente, o item Pesquisa é provido através de projetos de pesquisa específicos, incluindo-se, como fontes de financiamento, o próprio Estado através de agências financiadoras de pesquisa, bem como a indústria. Essa é uma forma de a sociedade estabelecer prioridades para os projetos de pesquisa, podendo financiar as que levem a desenvolvimentos de seu interesse.

Dados do Sistema de Ensino Superior Europeu

O sistema europeu foi escolhido para comparação por ser o mais próximo do vigente em nosso país. Nos Estados Unidos, a maioria das universidades de alto padrão são particulares e as taxas anuais pagas pelos alunos estão na faixa de US\$10,000 – 15,000 (MIT, Princeton, por exemplo), as quais são suficientes para cobrir as despesas de pessoal e custeio. Para comparação, um aluno na USP custa em torno de US\$4,000.

O sistema europeu é em sua maioria público e, quando taxas são cobradas dos alunos, estas cobrem 1 – 2% dos custos totais, podendo ser desprezadas na análise do financiamento fornecido pelo Estado. Os dados referentes ao sistema europeu, utilizados neste trabalho, foram obtidos da CRE (1987)⁽¹⁾. A Tabela 1 mostra o fator ϵ para dezesseis países europeus. Nessa tabela, o período refere-se aos anos em que os dados orçamentários estavam disponíveis. Nesses casos, o fator ϵ que aparece na Tabela 1 refere-se a uma média sobre os anos indicados. Para alguns países, os dados referem-se exclusivamente à dotação orçamentária das universidades e, nos demais casos, referem-se ao financiamento do ensino superior (Na Europa há, aproximadamente 300 universidades e 3 mil instituições de ensino superior). Como mostra a Tabela 1, o valor médio de ϵ é 30%, considerando-se todo o sistema de ensino superior, o qual contém, na maioria dos casos, um grande número de escolas profissionalizantes que não reque-

(1) Conferência de Reitores das Universidades Europeias (CRE) – CRE-INFORMATION n.º 77 e 79, 1987.

rem aulas laboratoriais para formação de seus alunos. Se considerarmos apenas as universidades verifica-se que, para os 8 países constantes da Tabela 1, em nenhum caso ϵ é menor do que 30% e a média de ϵ para esses países é 34,6%.

TABELA 1. Financiamento do ensino superior em países europeus em termos do fator $\epsilon = \text{custeio}/(\text{pessoal} + \text{custeio})$.

País	ϵ (%)	Período	Item orçamentário
Alemanha	26,5	75-83	Educação Superior
Áustria	39,6	75-85	Educação Superior
Dinamarca	31,7	83-85	Universidades
Espanha	18,2	75-85	Educação Superior
Finlândia	32,2	75-85	Universidades
França	14,8	82	Educação Superior
Grécia	19,0	75-86	Educação Superior
Holanda	40,7	76-83	Universidades
Irlanda	30,0	84-85	Universidades
Itália	36,7	75-81	Universidades
Noruega	40,0	85-86	Educação Superior
Polônia	28,7	79-84	Educação Superior
Reino Unido	33,0	75-83	Universidades
Suécia	20	84-85	Educação Superior
Suíça	40,5	75-84	Universidades
Turquia	32,2	83-86	Universidades

Média Geral $\epsilon = 30,2$

Média de ϵ para universidades: $\epsilon = 34,6$

OBS.: Despesas de Capital foram excluídas no cálculo de ϵ .

Há suficientes evidências, portanto, para considerarmos como necessário, para o financiamento adequado de uma universidade o valor de $\epsilon = 30\%$. Entretanto, a adoção desse parâmetro implica que outros indicadores relevantes sejam considerados, em especial o aporte de pessoal em relação ao número de alunos. A Tabela 2 mostra, para vários países europeus o número de alunos e docentes, a razão entre estes, bem como o ano a que se referem os dados⁽¹⁾. A razão média, considerando-se todos os países, é 14,9 alunos/docentes.

(1) *Conferência de Reitores das Universidades Europeias (CRE) – CRE-INFORMATION nº 77 e 79, 1987.*

TABELA 2. Número de alunos e docentes em sistemas universitários de países da Europa.

País	Nº alunos	Nº docentes	Aluno/docente	Ano
Alemanha	996820	75761	13,5	83
Áustria	162837	13385	12,2	84
Bélgica	111871	—	—	84
Dinamarca	88636	5929	14,9	85
Espanha	670639	40062	16,7	83
Finlândia	90400	6940	13,0	85
França (*)	968484	40881	23,6	85
Grécia	95806	6482	14,8	79
Holanda	166802	17975	9,3	83
Irlanda	25250	1862	13,6	83
Itália (*)	1322982	43501	28,3	85
Iugoslávia (*)	267891	11444	25,2	85
Noruega	39827	4567	8,7	81
Polônia	111371	—	—	85
Portugal	83516	8006	10,4	82
Reino Unido	338907	44192	7,7	83
Suécia	108145	9784	11,0	84
Suíça	72604	5980	12,1	85
Turquia	25011	449414	17,9	86

Valores médios e respectivo desvio padrão

Todos: Razão aluno docente = $14,9 \pm 5,9$

(*) Excluindo: Razão aluno/docente = $12,5 \pm 3,0$

Algumas considerações adicionais devem ser feitas. A França, Itália e Iugoslávia não possuem processo de seleção para ingresso na universidade, admitindo um grande número de estudantes que são, posteriormente, selecionados no decorrer dos dois primeiros anos. Nessa fase é feito um ensino de massa com classes de até 400 alunos. Excluindo-se esses países, para o cálculo da razão média, obtém-se 12,5 alunos/docente. Há ainda uma ressalva a ser feita. Atualmente, 50%, ou um pouco mais, dos alunos matriculados nas universidades européias estão na área das Humanidades, de forma que a razão aluno/docente não é diretamente comparável à situação de nosso país.

A Tabela 3 mostra a razão aluno/docente para as diferentes áreas, nos casos em que estes dados estão disponíveis. A razão média é 26 alunos/docente nas Humanidades e 10,6 para Medicina, Ciências e Engenharia. Pode-se concluir que em termos gerais, a razão aluno/docente não deve ser inferior a 10 alunos/docente.

TABELA 3. Razão (aluno/docente) em universidades européias, nas diferentes áreas.

País	Ano	Humanidades	Ciências	Engenharia/ Tecnologia	Medicina
Alemanha	83	23,1	9,9	11,3	5,0
Áustria	84	19,1	6,9	8,2	9,7
Bélgica	84	—	—	—	—
Dinamarca	85	21,2	8,7	7,8	5,6
Espanha	83	26,7	10,4	11,3	10,7
Finlândia	85	—	—	—	—
França	85	—	—	—	—
Grécia	79	38,7	7,8	8,0	7,0
Holanda	83	—	—	—	—
Irlanda	83	—	—	—	—
Itália	85	48,0	16,4	30	13,4
Iugoslávia	85	41,7	16,4	18,2	17,9
Noruega	81	—	—	—	—
Polônia	81	—	—	—	—
Portugal	82	30	9,8	6,6	6,6
Reino Unido	83	10,7	6,4	7,7	4,2
Suécia	84	12,9	7,8	7,8	12,0
Suíça	85	14,7	7,3	23,5	9,5
Turquia	86	—	—	—	—

Valores médios e desvio padrão:

26,0± 12,3

9,8± 3,5

12,8± 7,7

9,2± 4,1

Valor médio para Medicina, Ciências e Engenharia: 10,6

Comparação com Universidades Públicas Brasileiras

A Figura 1 mostra o fator ϵ no orçamento da USP nos últimos 12 anos, e a Figura 2 mostra esse fator para as IES federais no período 70 – 86. Em ambos os casos o fator ϵ , nos últimos anos, está bem aquém do mínimo necessário. Seria conveniente que fosse fixado um valor mínimo para ϵ , que poderia até ser 20%, impedindo-se flutuações decorrentes da política governamental, uma vez que estas se refletem negativamente na qualidade do ensino.

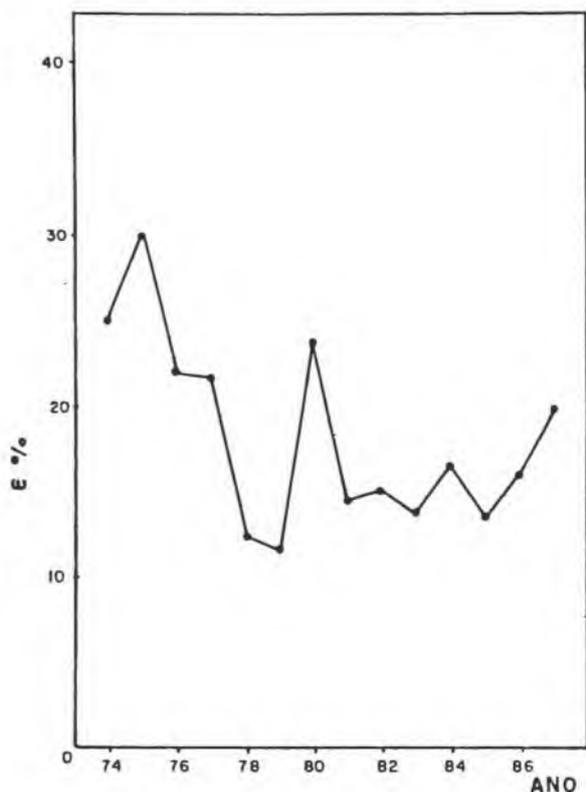


Figura 1. Evolução do orçamento da USP em termos do fator ϵ .

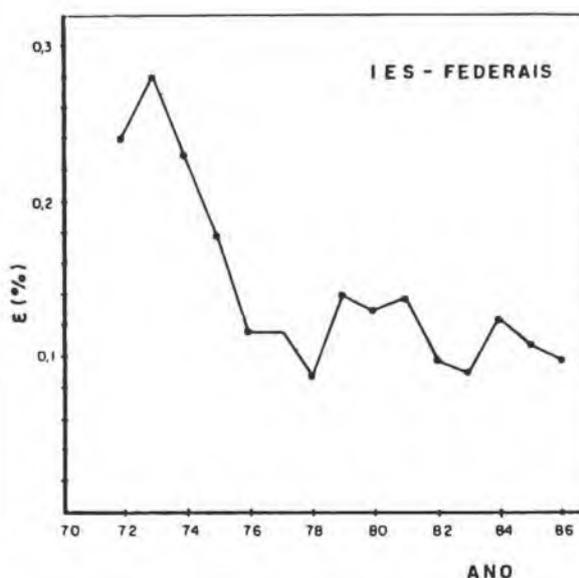


Figura 2. Evolução do orçamento das IES federais em termos do fator ϵ .

A Tabela 4 mostra o fator ϵ para as universidades do Estado de São Paulo e para as IES federais, no período 85 – 86. Para o ano de 1985, os valores em cruzeiros foram divididos por mil para reversão em cruzados, tendo apenas sentido comparativo. Custeio está sendo considerado como sendo a soma de Despesas Correntes, menos Pessoal e Reflexos, mais despesas de Capital menos Obras.

A Tabela 4 mostra, também, o custo aluno para o ano de 1986. Deve-se salientar que esse custo aluno é obtido dividindo-se, simplesmente, a dotação do Estado, ou do MEC, pelo número de alunos. Esse custo não pode ser comparado ao de instituições particulares que não fazem pesquisa e não possuem a maioria dos docentes em tempo

integral. Para citar a USP como exemplo, na dotação do Estado utilizada no cálculo do custo aluno estão incluídos sete museus e dois hospitais que prestam serviços à população.

TABELA 4. Razão = Custeio/(Pessoal + Custeio) E Custo Aluno

UNIVERSIDADE	ANO	PESSOAL Cz\$	CUSTEIO Cz\$	%	Nº DE ALUNOS	CUSTO ALUNO Cz\$
UNESP	1985	292.886.195	68.002.831	18,84	—	—
	1986	881.674.704	251.453.912	22,19	15.697	72.187
UNICAMP	1985	265.497.948	154.152.324	36,73	—	—
	1986	952.872.316	514.898.008	35,08	13.862	105.884
USP	1985	710.247.322	109.945.734	13,40	—	—
	1986	2.522.851.001	638.092.700	20,18	49.278	64.145
IES FEDERAIS	1986	15.115.600.000	1.675.600.000	9,98	364.171	46.108

É importante, comparar-se, também, os outros indicadores pertinentes. A Tabela 5 mostra a evolução do número de docentes, funcionários e alunos nas IES federais e a Tabela 6 mostra as razões alunos/docente e alunos/funcionário para as universidades do Estado de São Paulo e IES federais. Em princípio, seria possível, na maioria das universidades, ampliar-se as vagas em 50% sem necessidade de um acréscimo correspondente em termos de docentes e funcionários.

TABELA 5. IES FEDERAIS – Número de docentes, funcionários e alunos.

ANO	DOCENTES	FUNCIONÁRIOS DE APOIO	ALUNOS FUNCIONÁRIO	ALUNOS	ALUNOS/ DOCENTE
1980	44.123	65.016	5.14	334717	7,58
1984	46.321	80.887	4.51	364921	7,87
1986	55.057	100.637	3.44	364171	6,61

Fonte: Dados fornecidos pelo MEC

TABELA 6. Razão Aluno/Docente e Aluno/Funcionário

UNIVERSIDADE	Nº DE ALUNOS	Nº DE DOCENTES	Nº DE FUNCIONÁRIOS	ALUNOS DOCENTE	ALUNOS FUNCIONÁRIO
UNESP	15.697	2.508	5.651	6,26	2,78
UNICAMP	13.862	1.894	8.924	7,32	1,55
USP	49.278	4.936	12.890	9,98	3,82
IES FEDERAIS	364.171	55.057	100.637	6,61	3,62

Os dados referem-se ao ano de 1986.

Sumário e Conclusões

Foram apresentados indicadores referentes à dotação orçamentária de universidades, baseados no sistema europeu de ensino superior. Os principais indicadores são o fator ϵ que relaciona despesas de custeio e pessoal e a relação entre alunos e docentes.

Uma análise desses indicadores para universidades públicas do País mostra oscilações de ϵ ao longo do tempo e variações consideráveis de uma para outra universidade. A razão aluno/docente está, em geral, abaixo do desejável. As diferenças na razão aluno/docente e no fator ϵ mostram a necessidade de estabelecer-se uma política para a dotação orçamentária das universidades, que lhes permita um planejamento de longo prazo, independente das flutuações decorrentes das preferências ou políticas dos dirigentes governamentais. Seria conveniente fixar um valor mínimo para a razão aluno/docente, levando-se em conta a peculiaridade de cada universidade. Um valor de $\epsilon = 0,3$ permitiria às universidades, inclusive, o desenvolvimento de pesquisas que ainda não fossem de porte suficiente para justificar financiamentos específicos através de projetos submetidos aos órgãos financiadores.

A EMENDA CALMON E O PROBLEMA DO FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR NO SISTEMA FEDERAL

A parcela destinada à União para manutenção e desenvolvimento do ensino, em decorrência da Emenda Calmon é de 13% da receita tributária menos o montante transferido a estados e municípios, decorrente de preceito constitucional. A Tabela 7 mostra o que a União estima arrecadar em 1987 perfazendo um total de 591 bilhões de cruzados, dos quais 306 bilhões constituem a receita tributária.

TABELA 7. Resumo Geral da Receita – 1987

Receitas	(Cz\$)
1. RECEITAS CORRENTES	437.287.897.000,00
1.1 Receita Tributária	306.000.000.000,00
1.2 Demais Receitas	131.287.897.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	154.557.103.000,00
TOTAL	591.845.000.000,00

Deve-se salientar que esta estimativa foi efetuada com previsão de inflação nula. Pode-se, portanto, discutir o montante destinado ao ensino superior em termos de preços de 1986. O montante, destinado à União para o ensino, em decorrência da Emenda Calmon, é de ~28 bilhões e está discriminado na Tabela 8. Desse montante cabem ao MEC 25 bilhões.

TABELA 8. Distribuição dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – 1987 (Emenda Constitucional Nº 24, de 01/12/83)

ÓRGÃOS	(Cz\$)
Ministério da Aeronáutica	79.314.000,00
Ministério da Agricultura	93.268.000,00
Ministério da Educação	24.911.940.000,00
Ministério do Exército	298.610.000,00
Ministério da Saúde	39.701.000,00
Ministério das Ciências e Tecnologia	442.000.000,00
Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios	2.125.094.000,00
TOTAL	27.989.927.000,00

Em 1986 o MEC gastou com o ensino superior, conforme a Tabela 9, ~17 bilhões, dos quais ~16 bilhões foram para pagamento de pessoal. Portanto, 69% do orçamento do MEC provenientes da Emenda Calmon foram gastos com o sistema federal de ensino superior. A Tabela 10 mostra os auxílios e financiamentos (Programa Nova Universidade) concedidos às instituições de ensino superior não-federais e a fonte desses recursos.

TABELA 9. Gastos do MEC com o Ensino Superior do Sistema Federal – 1986

ELEMENTOS	(Cz\$)
Pessoal	15.260.216.600
Outros Custeios e Capital	1.423.255.573
Equipamento	174.691.912
Obras	199.658.480
Amortização	13.076.770
TOTAL	17.070.899.335

TABELA 10. Recursos Transferidos às IES Não-Federais – 1986

ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
AUXÍLIOS	SESu	31.000.000
	FNDE	141.164.257
	TOTAL	172.164.257
PNU	SG	19.110.000
	SESu	17.562.000
	FNDE	27.893.584
	TOTAL	64.565.594
TOTAL GERAL	—	236.729.851

Sabemos, entretanto, que os recursos destinados ao sistema federal são insuficientes para a manutenção adequada do ensino. Os salários estão baixos e o montante destinado a custeio é insuficiente.

Para ilustrar, mostramos abaixo o salário de um professor adjunto em 4 de janeiro de 1987 portanto já com os 25% de aumento concedidos pelo governo.

	Cz\$
Salário	11.850
Gratificação de Nível Superior	2.370
Dedicação Exclusiva	3.554
TOTAL:	17.774

Não vamos aqui discutir o fato de que a maioria dos docentes atinge o nível de adjunto 4 mesmo sem ter qualquer titulação e que um aumento salarial deveria valorizar o mérito e estabelecer salários diferenciados de acordo com a titulação. Vamos supor que seria necessário um aumento de 40% no total gasto com os salários de docentes e funcionários, para se estabelecer uma remuneração mais adequada com o estabelecimento de uma carreira que valorizasse a titulação acadêmica. Além disso, dever-se-ia aplicar em despesas de custeio, no

mínimo, um montante da ordem de 20% do total destinado ao ensino superior. Nessas condições, a preços de 1986, teríamos:

	Cz\$ milhões
Despesas de Pessoal	21.364
Custeio + Equipamento	5.341
Amortização	13
TOTAL:	26.718

Deve-se salientar que a estimativa de uma verba de custeio em torno de 20% do total (pessoal + custeio) leva em conta dois fatores. Em primeiro lugar o percentual utilizado em universidades de países europeus é em torno de 30%, porém, nessas universidades a razão aluno/docente é praticamente o dobro da existente nas IES federais. Por outro lado, as IES federais têm recebido, durante vários anos, uma dotação inferior à necessária, pois a verba de custeio tem sido em torno de 10% do total, e necessitam de uma dotação maior, durante alguns anos, para recompor-se.

Verifica-se que para resolver o problema salarial e adequar a dotação de custeio, o MEC necessita 105% do valor que lhe cabe da Emenda Calmon. Não há portanto, no momento, condições para um financiamento adequado do sistema de ensino superior, pois isso implicaria em utilizar-se todos os recursos provenientes da Emenda Calmon.

FICHA CATALOGRÁFICA

WOLYNEC, E. O financiamento do ensino superior. **Revista da Universidade de São Paulo**. São Paulo, (5): 9-19, jun. 1987.

EM TORNO DE UM CONCEITO ATUAL DE UNIVERSIDADE

Braz José de Araujo ⁽¹⁾

RESUMO: *Partindo de uma conceituação atual de universidade, o artigo sustenta que não existiu e ainda não existe uma política coerente em relação às universidades no Brasil. Apesar disso, algumas delas – como a USP – têm enormes potencialidades. O desenvolvimento industrial e político do País exige modernização das universidades. No caso da USP, aponta desafios básicos: consolidação do sistema de mérito, flexibilidade organizacional e institucional com competência administrativa, capacidade e competência para atender às consultas do sistema produtivo e da sociedade, a fim de que a USP possa contribuir mais efetivamente com o desenvolvimento científico e tecnológico nacional.*

ABSTRACT: *Under a current concept of University, this paper holds up that in Brazil a coherent policy on University has never been made out. In spite of it, some of them – as the University of São Paulo – have wide potenciality. The industrial and political development of the country calls for a simultaneous modernization of the Universities. The University of São Paulo case points up some challenges: strenghtening on aptitude, organization and institutional flexibility together with administrative efficiency, excellence to supply the productive system and the society demands in order that the University of São Paulo would actually contribute to the national scientific and technological development.*

Apresentação

A Revista **Ciência e Cultura**, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), publicou em julho de 1985 um suplemento com o título: *“Universidade Brasileira: Organização e Problemas”* (Ciência e Cultura, 1985), reunindo contribuições significativas de especialistas reconhecidos nas temáticas abordadas. Nota-se nesta publicação que os diagnósticos da universidade brasileira são diferenciados, que as concepções de universidade de Dallari, Hossne, Veiga, Oliveira, Santos, Giannotti, Durham e Schwartzman não são homogêneas. Tudo isso é normal em um quadro de discussões pluralistas. Assim, cabe ainda uma pergunta: qual o conceito que se pode formular de universidade em um país como o Brasil, no final do século XX? O presente artigo pretende sugerir ao leitor algumas linhas de reflexão para respostas à pergunta acima formulada.

Definição de Universidade

A universidade em seu sentido moderno se constitui e se fortalece na dinâmica da revolução industrial e de seus efeitos econômicos, sociais e políticos. Não por acaso, esta universidade moderna vai sur-

(1) Professor Adjunto do Programa de Ciência Política da FFLCH-USP

gindo na segunda metade do século XIX e durante o século XX em países como Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos, Japão, União Soviética. Existem, portanto, diferentes modelos de universidade dentro de um universo de parâmetros comuns.

É no âmbito desses parâmetros comuns que se pode tentar formular uma definição atual de universidade, aproveitando-se das contribuições de BEN-DAVID (1974). As universidades são organizações dedicadas a possibilitar o avanço do saber e do saber-fazer. Ensinam, formam e avaliam o desempenho dos estudantes em variados campos intelectuais, científicos e profissionais. As atividades intelectuais no âmbito das universidades definem os níveis de competência mais elevados nos respectivos campos através da pesquisa básica e da pesquisa aplicada ou da aplicação tecnológica da ciência, níveis estes reconhecidos pela própria comunidade científica e pelas sociedades das quais esta comunidade é parte.

Assim, a universidade é âmbito do *inventar* da descoberta, da nova teoria, de um novo processo, material ou dispositivo. É âmbito do *pesquisar*, ou seja, do trabalho para descobrir algo novo, algumas vezes buscando apenas novos conhecimentos sem se preocupar com sua aplicação comercial ou sua relação imediata como serviço à comunidade. A universidade é âmbito do *innovar*, ou seja, da busca da aplicação tecnológica da ciência, de um processo completo permitindo reconhecer uma necessidade, identificar uma nova solução, desenvolver um processo, produto ou serviço com atrativo econômico, podendo desempenhar um papel fundamental na inovação tecnológica ou em pesquisa & desenvolvimento (Cerqueira Neto, 1986, p. 175-77).

Assim, em um conceito atual de universidade, deve haver uma estreita e profunda relação entre ensino e pesquisa nos variados campos intelectuais, científicos, culturais e profissionais, indispensável para a *formação de cientistas e de profissionais altamente qualificados*. Universidade que se preocupa apenas com o ensino tende a se mediocritizar a si própria, a seus professores e a seus estudantes. Universidade que só faz pesquisa básica tende a perder sua universalidade e a se transformar em uma espécie de instituto especializado de ciência pela ciência. Uma orientação exclusiva para a pesquisa aplicada a confundiria com instituto de pesquisa de empresa ou de governo. Universidade que se preocupa apenas com *democracia* tenderá a cultivar a anarquia, a consolidar o caos, a afugentar os mais competentes e a socializar o que Giannotti chama de "*ideologia do baixo clero*" (Giannotti, 1926, p. 38-9).

Assim, aprofundando a reflexão sobre o conceito atual de universidade, podemos chegar com mais clareza às características que uma universidade de verdade deveria evitar no final do século XX.



Foto 1. *Universidade: ensino, pesquisa e comunidade.*

Crise da Universidade: Crise de Seu Desenvolvimento e da Sociedade?

Quase ao final do século XX, ainda não se tem clareza no Brasil do papel estratégico das universidades para o desenvolvimento econômico, social e político do País. Como se sabe, a via de desenvolvimento da nossa sociedade não é a via americana. Aqui no Brasil, como de certa forma na França, mas sobretudo na Alemanha e no Japão, coube ao Estado um papel primordial no processo de industrialização (Ben-David, 1974 – Moore Junior, 1967 e Ribeiro, 1969). Nestes últimos países, também coube ao Estado um papel decisivo na criação e desenvolvimento de universidades. Se no caso brasileiro isso também é verdade, ainda mais quando instituições de ensino superior privadas e da Igreja Católica dependem dos favores das estatais, cumpre reconhecer que as elites dominantes da sociedade brasileira nos últimos cinquenta anos não conduziram com coerência nem o processo de industrialização, nem o processo de desenvolvimento das universidades.

Em conseqüência, aquela função de mais alta responsabilidade da universidade, apontada há mais de vinte anos pelo educador Darcy Ribeiro, como a de órgão através do qual a sociedade brasileira se capacita para dominar, cultivar, aplicar e difundir o patrimônio do saber humano, encontra-se hoje ainda mal definida e pouco clara (Ribeiro, 1969, p. 160-61). Talvez já se tenha dito que o olhar sobre o conjunto universitário brasileiro perturba-se com o caos, com a incompetência, com a irresponsabilidade, com o paternalismo, com o compadrio, com o desperdício de recursos públicos escassos.

É bem verdade, temos poucas universidades no Brasil. Uma delas é a Universidade de São Paulo e porque a conheço melhor, usarei meu conhecimento dela para apontar caminhos de reflexões e ações. Quando se volta para o conceito atual de universidade, percebe-se que a USP não está em um buraco sem saída. A USP e outras universidades do País têm enormes potencialidades. No entanto, a Universidade de São Paulo apresenta-se com boa performance em muitos campos. Aliás, o conjunto das universidades estaduais paulistas ocupa lugar de destaque na produção acadêmico-científica e tecnológica das universidades brasileiras.

Aproveitando os dados de MOURA CASTRO (1985) e os distribuindo adequadamente, as quatro primeiras universidades brasileiras tiveram em 1982 a seguinte produção em publicações:

TABELA 1. Distribuição de Publicações (1982)

Tipos de Publicações	USP	UFRJ	UNICAMP	UNESP
Livros, artigos e comunicações	3.063	1.342	924	735
Livros, artigos, comunicações, teses e outros	5.131	2.729	1.339	924
Artigos internacionais	495	219	157	47
Artigos em periódicos do "Current Contents" (1973/1978)	1.178	345	448	124

Fonte: MOURA CASTRO, Cláudio. Há produção científica no Brasil? *Ciência e Cultura*, 37 (7): 175-76, jul. 1985.

Dados mais recentes do Ministério da Educação confirmam essas tendências de performance das universidades. (ver a Tabela 2)

Apesar de outros índices indicarem boas performances de algumas universidades brasileiras e da USP em particular, concordo que há uma crise na universidade e também concordo com SCHWARTZMAN (1985, p. 229-34) que esta crise não pode ser diagnosticada como essencialmente financeira, ou relacionada essencialmente com a questão da democratização ou com a estrutura organizacional. Schwartzman aponta os seguintes problemas reais da crise da universidade brasileira:

1. a universidade está deixando de ser um canal de mobilidade de ascenso social;

TABELA 2. Custos e Resultados do Financiamento do Ensino Superior (1985)

Instituições Seleccionadas	Orçamento (Cz\$ 1,00)	Nº de Docentes	Nº de Alunos Matriculados	Produção Científica **	Custo por Professor (Cz\$ 1,00)	Custo por Aluno (Cz\$ 1,00)	Custo por Produto Científico (Cz\$ 1,00)	Nº de Professores por Produto Científico*
USP *	820.193.056	4.936	49.278	13.944	166.000	16.644	58.870	2,82
UNICAMP *	419.650.272	1.808	13.474	2.221	232.000	31.145	188.946	1,22
UNESP	360.889.026	2.399	13.100	1.368	150.400	27.548	263.807	0,57 (2)
UERJ *	122.931.314	1.815	14.621	276	67.730	8.407	445.402	0,15 (7)
UFMG *	383.922.161	2.985	16.647	1.444	128.617	23.062	265.873	0,48 (2)
UFRJ	480.604.842	3.482	25.529	2.492	138.000	18.825	192.158	0,71 (1,3)
UFGO	144.674.465	1.292	8.227	37	111.976	17.585	3.910.108	0,02 (50)
UFES	147.459.787	1.197	9.853	11	123.913	14.966	13.405.363	0,009 (110)
UFRN	254.879.979	2.208	10.293	54	115.434	24.762	4.720.000	0,02 (50)

* Universidades estaduais.

** A pesquisa da Secretaria-Geral do MEC considera produto científico: artigos publicados em revistas científicas nacionais ou estrangeiras; publicação de livros ou artigos em jornais; publicação científica de congressos; teses de mestrado ou doutorado; patentes e protótipos registrados no INPI; desenvolvimento de tecnologias e de produtos; relatórios técnicos de pesquisa; prestação de assessoria ou consultoria; organização de cursos de curta duração e de eventos e exposições.

2. a universidade não é mais um centro de formação de elites;
3. a universidade está deixando de ser um centro de formação profissional;
- 4 a pesquisa se torna cada vez mais difícil na universidade. (Schwartzman, 1985, p. 230-31).

Ora, a primeira observação a fazer, é que os problemas apontados acima não podem ser generalizados para uma universidade como a USP e nem tampouco para todas as áreas de formação e de pesquisa nela existentes. Uma universidade é realmente um complexo heterogêneo, e quem conhece e vive a USP sabe disso. Tal explicitação não significa deixar de reconhecer que estes problemas são reais e/ou potenciais em algumas áreas e devem merecer atenta e séria análise.

Estou entre os que reconhecem a necessidade de seriedade nas elites políticas pluralistas emergentes no Brasil e entre os que percebem com otimismo o futuro deste país. Muitos dos problemas que hoje afetam uma universidade como a USP resultam de seu próprio desenvolvimento, e por que não dizer, de seu sucesso. Isso merece muita atenção das elites dirigentes no estado e no País, sob pena de enganos irreparáveis.

Muitas concepções em voga e relacionadas com as saídas para a crise das universidades adquirem diversos matizes, inclusive partidários, completamente deslocados das questões reais. É muito elucidativo, a este propósito, o artigo de LEO MAAR (1986) e ao qual Giannotti responde em crítica ao que chama de "*ideologia do baixo clero*" (Giannotti, 1986, p. 38). Também é muito significativa a crise de credibilidade de quase todas as associações de docentes, pois o movimento de docentes, ficando quase exclusivamente preso ao problema salarial e ao pseudo-combativismo de greves gerais por tempo indeterminado, tem contribuído para levar instituições com potencialidades a um buraco de difícil saída. Não quero citar exemplos, e os tenho em muitos, para não deslocar a polêmica proposta neste artigo.

Minha preocupação é de tornar real este conceito atual de universidade, em particular me referindo à Universidade de São Paulo. Temos problemas, mas temos saídas. Vejamos as direções apontadas por Schwartzman para sair da crise, em dimensões pertinentes à USP e dependendo fundamentalmente de suas decisões internas.

Consolidar o sistema de mérito

Está mais do que amadurecida na USP a idéia de que a estabilidade do professor só deveria se dar a partir do doutoramento, fortalecendo assim o sistema de mérito vertical. Já está também madura a

idéia de promoção horizontal. No entanto, não pela simples antiguidade como propõe Schwartzman, mas também por mecanismos de avaliação a partir dos próprios departamentos. Urge propor, discutir, decidir e implementar esses mecanismos. É muito corrente a idéia de que avaliar é sinônimo de punir. Evidentemente, o sentido da avaliação é muito mais profundo e deve sempre contar com pareceres de pares respeitados. Muitas vezes, o nível de produtividade do trabalho do docente decai pelo deterioramento das condições de trabalho e/ou falta das condições adequadas de pesquisa. Um sistema de avaliação sério é muito importante para a própria universidade perceber suas insuficiências de organização e de distribuição de recursos materiais e humanos.

Flexibilidade organizacional e institucional

Realizar a plena autonomia dos departamentos, inclusive financeira, torna-se muito importante para desenvolver maior eficiência na aplicação dos recursos, tanto para o ensino como para as linhas reais e potenciais de pesquisa. Tal autonomia não pode estar desligada do sistema de mérito. Como aponta Schwartzman, tanto o recrutamento como a avaliação dos professores devem adquirir rigoroso e sério sentido profissional para que os bons sejam premiados e os maus demitidos (Schwartzman, 1985, p. 232).

Aqui existe uma situação com a qual é necessário conviver, pois os princípios universais do direito negam a retroatividade das leis e afirmam o respeito aos direitos adquiridos. Vamos então conviver com os efeitos do atual sistema ainda por muito tempo. Quem é efetivo é efetivo. Mas precisamos perceber já, que nossa universidade, para o século XXI, não pode se permitir ao luxo do paternalismo. Os membros de nossa Assembléia Nacional Constituinte precisam meditar nesta questão, a fim de introduzir na universidade o princípio, segundo o qual a estabilidade só deveria ser um prêmio para a titularidade pública reconhecida da competência acadêmico-científica atestada pelos pares. Aliás, esta era uma das boas sugestões de Darcy Ribeiro na década de 60 (Ribeiro, 1969, p. 159).

Flexibilidade com competência administrativa

A flexibilidade de organização exige maior competência administrativa. Como mostra a experiência norte-americana, muitos chefes de departamento o são por sua competência gerencial dos diversos assuntos acadêmicos, e se tornaram pilares fundamentais para o desenvolvimento de linhas de pesquisa existentes e/ou necessárias na área respectiva.



Foto 2. A Universidade prestando serviço à pesquisa na área de informática.

A USP, como apontamos, é muito diferenciada e heterogênea. Seria fundamental no entanto, a curto prazo, que a própria USP preparasse de forma sistemática os seus quadros de gerenciamento de projetos de pesquisa. Sondagem que realizei em três áreas (uma de engenharia, outra de ciências humanas e outra de pesquisa básica) indica que cerca de 50% do tempo dos chefes de equipes de pesquisa são gastos nas inúmeras tarefas burocráticas ligadas às diferentes fases do projeto. Este desperdício de tempo precisa ser evitado para agilizar as pesquisas, respeitar prazos, aumentar a produtividade do trabalho acadêmico e aproveitar melhor as competências disponíveis.

Que sejam os próprios chefes de departamento, que sejam profissionais especializados, urge retirar das costas de pesquisadores altamente qualificados a rotina burocrática ligada aos projetos de pesquisa. Em algumas áreas da universidade, predomina ainda uma concepção muito atrasada de disputa por chefias. Onde se constata este fenômeno, a disputa pelo poder é simples expressão do poder pelo poder. Ocupa-se um *poder* para impedir que outros façam. O resultado inevitável é o imobilismo institucional com fortes conotações conservadoras, embora muitas vezes travestido da aparência de *progressista*. Este imobilismo conservador afeta o ensino, paralisa a pesquisa e introduz o círculo vicioso da desmotivação acadêmica.

Neste campo, a USP tem diversas experiências bem-sucedidas. Precisam ser divulgadas, estudadas e socializadas para áreas onde os níveis de eficiência são insatisfatórios. Os professores não podem fi-

car esperando que as soluções venham de cima ou caiam do céu, apesar de se dizer que Deus é brasileiro. Precisam abrir-se sem preconceitos às inovações pela eficiência maior do ensino e da pesquisa de alta qualidade.

O ensino profissional deficiente versus ensino de alta qualidade

A idéia de Schwartzman de acabar com o princípio da *indissolubilidade do ensino e da pesquisa* resulta talvez mais de experiência pessoal do que propriamente de um conhecimento profundo dos diferentes campos de formação profissional de uma universidade como a USP. A formação de profissionais altamente qualificados não pode estar desvinculada de pesquisas do docente, do trabalho de pesquisa em equipes e do conhecimento dos avanços tecnológicos e científicos existentes nas diferentes áreas.

Um aspecto é a função docente de transmitir conceitos básicos em cursos básicos das diferentes áreas. Esta deveria ser apenas função periódica do docente, pois é possível estabelecer um rodízio dos docentes do Departamento e, em alguns casos até da Unidade, para assumir a responsabilidade dessas disciplinas. Outro aspecto é aquele que se liga em muitos cursos a algumas disciplinas voltadas para a especialização e que exigem permanente trabalho de pesquisa para acompanhar o ritmo de desenvolvimento da área. Um terceiro aspecto do ensino está ligado à formação pós-graduada, ou seja, de especialistas altamente qualificados. Aqui dificilmente se conseguirá qualidade, se por detrás do ensino não houver o trabalho de pesquisa do docente, a criação de equipes e a participação nelas. Finalmente, um aspecto importantíssimo, a necessidade cada vez maior de ensino em cursos de especialização, atualização e extensão nas mais variadas áreas.

A demanda crescente de tais cursos explica-se somente pelas *deficiências do ensino profissional*? Ora, uma análise cuidadosa desta realidade em alguns países e mesmo em diferentes áreas da USP (engenharia, economia, administração, ciências humanas, comunicações, agronomia etc.), sem falar de áreas de "high tec" mais solicitadas, mostrará que tal demanda se relaciona fundamentalmente com a necessidade crescente de maior qualificação especializada e com necessidades de adaptação ao ritmo galopante do desenvolvimento científico e tecnológico. Portanto, diversas áreas da USP têm procurado atender a esta demanda, fato de enorme importância para a universidade e a sociedade. Isso pode indicar que a proposta de Schwartzman, neste caso, inspira-se em realidades de alguns países mais desenvolvidos, não levando em conta a situação da economia do País, as necessidades das empresas brasileiras e de outras instituições da sociedade

e do governo. Não leva também em conta a situação real da maior universidade do País, situada no mercado mais exigente do País.

Técnica, Tecnologia, Engenharia e Universidade

Primeiramente, é necessário compreender a distinção entre *técnica* e *tecnologia*. Bunge define técnica como *“todo conjunto de conhecimentos desenvolvidos com a finalidade de aplicação na solução dos problemas da ação, ou seja, no que se chama comumente de saber-fazer. São conjuntos de conhecimentos empregados para controlar, transformar ou criar coisas ou processos, naturais ou sociais, ou seja, para atender as necessidades materiais dos homens”* (Bunge, 1980). O enriquecimento do conhecimento técnico faz assim parte de toda a experiência acumulada da humanidade em sua relação com a natureza.

No entanto, o acelerado desenvolvimento científico nos dois últimos séculos condiciona a evolução da técnica, que passa cada vez mais a ter base científica e a resolver seus problemas com base no método científico. É o conhecido salto da *tecnologia* ou *“todo o conjunto de conhecimentos empregados para controlar, transformar ou criar coisas ou processos naturais ou sociais, compatíveis com a ciência contemporânea e controláveis pelo método científico”* (Bunge, 1980).

Esta distinção é fundamental para compreender os desafios colocados à universidade no final do século XIX e durante este século. Amplia-se a divisão do trabalho no desenvolvimento científico, consolida-se a profissionalização da pesquisa. A pesquisa torna-se efetivamente qualificação necessária à carreira acadêmica. Em alguns países, a especialização engendra a substituição das antigas universidades por escolas especializadas, em outros, encaminha-se para um novo tipo integrado de universidade (que é também o modelo da USP), procurando absorver todos os campos do ensino e da pesquisa. No caso norte-americano, realizam-se estas duas tendências. Tanto existem hoje as universidades integradas de alto nível (Berkeley, Columbia, Stanford, Texas) como universidades não-vinculadas à tecnologia, lado a lado com universidades técnicas (por exemplo, MIT CALTECH etc.) e que ainda hoje servem de referência para a organização da ciência e da pesquisa em todo o mundo.

Na análise comparativa sobre as experiências de universidades nos países mais desenvolvidos neste momento, cumpre destacar quatro pontos para reflexão:

1. flexibilidade de organização da universidade para modificar-se

- segundo as necessidades e potencialidades da pesquisa científica e tecnológica, resistindo-se à burocratização;
2. recrutamento de pesquisadores competentes, com potencialidades e motivados;
 3. desenvolvimento de laboratórios de pesquisa;
 4. desenvolvimento de unidades universitárias de tecnologia, para a formação de engenheiros e a aplicação tecnológica da ciência e *com competência para atender às consultas do sistema produtivo*.

Assim, nestes países, os caminhos da industrialização acarretam mudanças importantes nas universidades. Supera-se o estágio da pesquisa pela pesquisa, da simples especulação, para se chegar ao *relacionamento mais profundo da universidade com o sistema produtivo*.

O significado cada vez maior da tecnologia transfere a unidade básica da pesquisa do indivíduo para a equipe, acarreta a necessidade de organização de laboratórios sempre atualizados nas universidades e marca uma época de importantes contribuições norte-americanas para a explicitação de conceito atual de universidade.

Assim, na França, na Inglaterra, na Alemanha e no Japão, esta nova realidade da experiência americana de difundir inovações e de aceitar multiplicidade de funções para a universidade, tende a se generalizar no contexto de especificidades locais. Até na URSS, em 1925, decreto do Comitê Central, de 12 de janeiro, estabelece a necessidade dos estabelecimentos de ensino superior se ligarem ao sistema produtivo através de consultorias (Chupronov, 1982, p. 209).

Realizam-se, portanto, diversos modelos de relação da educação superior com a pesquisa, o sistema produtivo e a sociedade, buscando-se sempre um equilíbrio renovado entre funções de pesquisa e formação profissional. A descentralização e a competição acadêmicas tornam-se mecanismos internos de autoverificação para distinguir o que é e o que não é eficiente (Ben-David, 1974, p. 233-38). É com as luzes deste processo de consolidação de universidades respeitáveis que devemos voltar nossos olhos para a USP.

Pesquisa: Dentro ou Fora da Universidade?

“A Universidade deve continuar sendo a base da parte mais importante da pesquisa que se faz no país.” Esta é uma das colocações mais significativas de Schwartzman, e expressa uma concepção, a meu ver, generalizada na consciência da maioria uspiana. Se o Brasil não for capaz de aproveitar as universidades para o desenvolvimen-

to da pesquisa básica e aplicada, nosso país continuará irremediavelmente dependente do Exterior em setores de ponta fundamentais.

A sociedade brasileira, governo e empresas, precisam se conscientizar disso. A regra básica neste campo decisivo só pode ser uma: *flexibilidade*. E por quê? Porque, como já dissemos, existe uma heterogeneidade muito grande em uma universidade como a USP e nenhuma regra rígida pode atender às necessidades gerais e específicas. O melhor exemplo desta rigidez conservadora e imobilista é o atual sistema do Regime de Dedicção Exclusiva da USP o nosso RDIDP (Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa). O Conselho Universitário da USP, em decisão recente, manteve a rigidez de nosso sistema, ao contrário da Unicamp e da Unesp, que já realizaram suas aberturas. Tal posição conservadora da USP impede o fortalecimento de algumas áreas estratégicas de pesquisa. Perdemos profissionais altamente competentes e nos quais investimos; temos modestas condições para recrutar os melhores profissionais que nós próprios formamos. Na realidade, esta estratégia conservadora tende a expulsar a pesquisa de ponta para fora da Universidade, seja para institutos, seja para centros especializados e até para as empresas. Ora, *os custos sociais para o incentivo à pesquisa dentro da Universidade*, em um país como o Brasil, são bem menores.

A USP precisa urgentemente se abrir às consultorias. Enganam-se aqueles que imaginam a consultoria como necessidade exclusiva das áreas de engenharia da Escola Politécnica. Com um sistema político mais aberto, abrem-se também as possibilidades de interação universidade/sociedade, universidade/empresas, universidade/centros de pesquisa externos. Tal interação é fundamental para trazer a pesquisa para a universidade, contribuindo para a consolidação de equipes de pesquisa envolvendo docentes e estudantes graduados e pós-graduados. Tal dinâmica é decisiva para a universidade moderna atual. Sem esta abertura, a pesquisa tenderá a se fazer fora da universidade. Tal como ocorreu e ocorre em muitos países avançados, se a pesquisa se desenvolve prioritariamente fora da universidade e sem a participação dela, uma universidade como a USP perderá rapidamente suas competências e potencialidades e até o ensino se tornará medíocre, inadequado para as exigências do mercado de trabalho público e privado e para as exigências das novas demandas culturais.

A saída para a USP é bastante clara: continuar a valorização do RDIDP e da profissão do docente, atrair mais professores para a dedicação exclusiva em algumas áreas, abrir-se para a possibilidade de consultorias nas diferentes áreas, controlar esta abertura através da seriedade conjunta dos departamentos e comissões superiores. Tam-

bém por isso se deve reafirmar a necessidade do aperfeiçoamento dos mecanismos de avaliação, pois de sua seriedade também depende o futuro da respeitabilidade da universidade.

Por outro lado, é muito importante institucionalizar uma carreira permanente de pesquisadores profissionais através do CNPq, Fapesp e outras instituições de apoio à pesquisa (Schwartzman, 1985, p. 233). Mas também é necessária uma maior flexibilidade da universidade para acolher pesquisadores profissionais a fim de criar e/ou estabelecer determinadas linhas de pesquisa ou fortalecer desempenho de projetos específicos com a participação destes pesquisadores.

Por conseguinte, não é por acaso que a USP procura dinamizar todas as dimensões da cooperação internacional e a assinatura de convênios com instituições públicas e privadas existentes no território nacional. A agilização dessas aberturas e a competência de seus gerenciamentos tornam-se indispensáveis para a própria atualização da universidade com os setores de alta tecnologia e com pesquisas de vanguarda. Tudo isso uma boa universidade como a USP pode fazer. Mas é importante conscientizarmo-nos crescentemente contra o conservadorismo imobilista.

As dimensões heterogêneas de poder na universidade precisam efetivamente de aperfeiçoamentos democráticos. Mas o democratismo populista e demagógico tem liquidado algumas instituições de ensino superior com muitas potencialidades. Isso já aconteceu em alguns países e está acontecendo no Brasil. O ensino e a pesquisa na USP podem continuar sendo um dos canais disponíveis para ascensão e mobilidade social, um dos centros para a formação das elites pluralistas de que o País necessita, continuar sendo um dos melhores centros de formação profissional e de pesquisa do País.

Nossa responsabilidade com uma USP atual, moderna e séria, pluralista e competente, é um compromisso com o futuro de nosso país. Este futuro exige que não fiquemos fechados em uma suposta torre de marfim, pois a universidade pode ser um poço de lama. Não é o que queremos.

Referências Bibliográficas

- 1 — BEN-DAVID, Joseph. *O papel do cientista na sociedade: um estudo comparativo*. São Paulo, Pioneira/EDUSP, 1974 — (University in Encyclopaedia of Social Sciences).
- 2 — BUNGE, M. *Epistemologia*. São Paulo, T.A. Queiros/EDUSP, 1980.

- 3 – CERQUEIRA NETO, E.P. O recurso tempo no processo de inovação tecnológica. *Boletim Técnico PETROBRAS*, 29(2): 175-77. abr./jan. 1986.
- 4 – CHUPRONOV, D. et alii. *Enseignement superieur, emploi et progrès technique en URSS*. Paris, UNESCO, 1982. p. 209.
- 5 – CIÊNCIA e CULTURA, v.37. n.7 jul. 1985. Suplemento.
- 6 – GIANNOTTI, J.A. O debate da competência na universidade: minha resposta. *Novos Estudos CEBRAP*, (16): 38-9, dez. 1986.
- 7 – LEO MAAR, Wolfgang. O debate da competência na universidade. *Novos Estudos CEBRAP*, (16): 32-7 dez. 1986.
- 8 – MOORE JUNIOR, Barrington. *Social origins of dictatorship and democracy: lord and peasant in the making modern world*. Boston, Beacon, 1967.
- 9 – MOURA CASTRO, Cláudio. Há produção científica no Brasil? *Ciência e Cultura*, 37(7): 165-87, jul. 1985.
- 10 – RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.
- 11 – SCHWARTZMAN, Simon. O que fazer com a universidade? *Ciência e Cultura*, 37(7): 229-34, jul. 1985.

FICHA CATALOGRÁFICA

ARAUJO, B. J. Em torno de um conceito atual de Universidade. *Revista da Universidade de São Paulo*. São Paulo, (5): 21-34, jun. 1987.

CIÊNCIA, FILOSOFIA E HUMANIDADES: ONDE FICAM AS CIÊNCIAS SOCIAIS?

Eunice Ribeiro Durham⁽¹⁾

RESUMO: *Este trabalho é um comentário ao artigo de Franklin Leopoldo e Silva, publicado no número anterior desta revista, que trata das relações entre ciência e filosofia. O comentário discute a posição das ciências sociais na dicotomia ciência-filosofia, a partir da compreensão do processo de constituição das identidades dos ramos do conhecimento.*

ABSTRACT: *This is a commentary on an article, by Franklin Leopoldo e Silva, published in a previous number of this journal, concerning the relationship between Philosophy and Science. The commentary discusses the position of the Social Sciences and the process of establishing scientific identities.*

Uma das coisas que os filósofos sabem de longa data, mas os cientistas sociais só aprenderam recentemente, e a duras penas, é que a identidade, individual ou coletiva, só se constrói pela referência a um *outro*. O interessante desta descoberta é que a elaboração contrastiva da identidade não se reduz a um confronto entre dois sujeitos autônomos, mas se dá através de um complexo jogo de espelhos: cada um estabelece sua identidade através do modo pelo qual imagina que o outro o percebe e percebe a si próprio.

Essa reflexão vem a propósito do artigo de Franklin Leopoldo e Silva, publicado no último número da Revista da USP⁽²⁾, que é um fascinante exercício do modo pelo qual a identidade da filosofia é construída no espelho de uma imagem da ciência. Sendo a universidade, pela sua própria universalidade, um campo privilegiado para esse jogo, através do qual as diferentes disciplinas demarcam seus espaços próprios, achamos interessante contrastar a visão de ciência elaborada pelo filósofo com aquela, muito diferente, que é produzida pelas ciências sociais (ou, pelo menos, pela antropologia). A diferença das imagens prende-se certamente ao caráter ambíguo das ciências sociais, as quais, na oposição entre ciência e humanidades, sentem-se um pouco no meio do caminho ou melhor, equilibrando-se precariamente com um pé em cada canoa. Daí deve advir a dificuldade que encontramos em aceitar uma oposição entre ciência e humanidades nos termos em que é estabelecida por nosso colega da Filosofia. É

(1) *Professora Titular de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais da FFLCH-USP.*

(2) *SILVA, F.L. O papel das humanidades no contexto tecnológico. Revista da Universidade de São Paulo. São Paulo, (4): 65-74, Mar. 1987.*

verdade que a antropologia sofre de uma certa ausência de sofisticação conceitual que a coloca numa posição difícil num diálogo com a filosofia. Mas como estamos tratando da construção das identidades, e portanto, de diversas visões de ciência, a contraposição de diferentes perspectivas pode enriquecer a discussão.

No texto do prof. Franklin, a filosofia é definida “*no interior das Humanidades, como modalidade cultural que aborda sistemática e criticamente todos os aspectos da experiência humana*” (Silva, 1987, p. 66). Apesar da aparente clareza dessa formulação, a relação entre filosofia e humanidades se torna bastante ambígua no decorrer do texto pois, menos que “*no interior*” a filosofia tende a ser apresentada como estando *acima* ou *no centro* desse conjunto. Conjunto, aliás, pouco definido, pois o autor menciona explicitamente as artes, a literatura, a história e, em certo momento, a sociologia. Não ficamos sabendo onde se devem colocar a psicologia, a economia, a geografia, a antropologia e a ciência política, embora, por um conjunto um tanto depreciativo de referências às *técnicas de controle social*, pudéssemos supor (não fosse a inclusão da sociologia nas humanidades) que estivessem todas incluídas entre as ciências.

A *ciência* não é propriamente definida, mas aprendemos, no texto, que, para a filosofia, o fundamental é refletir sobre “*a articulação entre Ciência e técnica a partir da relação essencial que une estes dois elementos*” (Silva, 1987, p. 66). Como não se define também o que seja *técnica* é necessário entender seu significado a partir do contexto. Num primeiro momento, vamos analisar a proposição tomando o termo *técnica* no seu sentido corrente, associado à tecnologia, identificando portanto o termo *ciência* como se referindo, basicamente, àqueles ramos do conhecimento denominados, no senso comum, como *ciências da natureza*.

A relação entre ciência e técnica aparece como fundamental, pois é “*a técnica, um prolongamento da Ciência que realiza a vocação originária do saber como instrumento de dominação*” (Silva, 1987, p. 66). O uso da palavra *dominação* já dá a entender que há alguma coisa bastante perversa embutida na própria ciência. Essa suspeita se confirma no final do parágrafo, onde lemos que a tarefa que a filosofia se propõe é “*indagar por que o homem acredita que a realização de seu destino histórico estaria estreitamente ligada à consumação da supremacia tecnológica sobre a natureza e à instauração de condições técnicas de controle social*” (Silva, 1987, p. 66).

Vê-se portanto, claramente, que já há uma postura política implícita nas definições iniciais, que incorpora valores *do presente* na análise que vai ser feita. Mas sobre essa relação entre presente e passa-

do voltaremos mais tarde. Queremos partir de outra questão, apresentando a perspectiva da antropologia. De início, parece haver uma identificação total da antropologia com a filosofia, pois muitos antropólogos definem sua disciplina exatamente nos mesmos termos em que o prof. Franklin define a dele. Mas as divergências já aparecem em relação a toda a concepção relativa à técnica, enquanto domínio sobre a *natureza*.

Em termos da antropologia, essa prevenção inicial em relação à técnica faz muito pouco sentido. Talvez por uma influência excessiva de Lévi-Strauss e de uma familiaridade indevida com Giannotti, parece-nos muito difícil separar as duas faces da experiência humana: o trabalho e a reflexão. Concebemos o próprio processo de humanização como constituído por uma dupla relação do homem com o mundo, isto é, com a *natureza* e com os outros homens, mundo esse que o próprio homem constrói. Essa dupla relação envolve uma ação *técnica* que exige uma mediação simbólica. Desse modo não apenas a *ciência* no seu sentido restrito, mas o conhecimento, no seu sentido amplo, dificilmente podem ser separados dessa matriz fundamental de um ser que *age*, criando e transformando o mundo e atribuindo um significado ao seu agir. Nesse contexto, a relação essencial entre ciência e técnica nos parece uma manifestação da indissociabilidade entre trabalho e reflexão.

Talvez não seja correto introduzir, nesta discussão, resultados de pesquisas empíricas, uma vez que, na filosofia, não há "*nenhuma instância análoga à base factual que possa dirigir a escolha de teorias em função da compatibilidade com o real, tendo em vista seu conhecimento mais abrangente e aprofundado*" (Silva, 1987, p. 70). Mas, como estamos apresentando a perspectiva antropológica, a base factual é inevitável. Para a antropologia, a questão da indissociabilidade originária entre trabalho e reflexão, saber e domínio sobre a natureza, surge na análise do processo evolutivo e é anterior ao aparecimento da espécie *Homo sapiens*. O processo de hominização, dentro da ordem primata é marcado pelo desenvolvimento da posição ereta, do aumento da capacidade craniana, da redução da face e da arcada dentária e do uso de instrumentos. Os dados permitem inferir que essas modificações físicas estão associadas à fabricação e uso de instrumentos, isto é, a um processo novo de domínio sobre a natureza. Podemos supor também, embora neste caso a base factual seja mais frágil, que esse desenvolvimento envolve, simultaneamente, a linguagem e novas formas de vida social. Como todo esse processo, assim como a domesticação do fogo é anterior ao aparecimento do *Homo sapiens*, podemos considerar a nossa espécie como um produto da cultura, resultado de uma nova forma de relação com o ambiente (dada pela técnica), sem a qual sequer é possível a sua sobrevivência biológica.

Para o antropólogo, portanto, instrumentos, linguagem e vida social aparecem como dimensões indissociáveis do mesmo fenômeno.

Mas não se trata apenas disso — se tomarmos o termo *técnica* no seu sentido mais amplo, e incluirmos na discussão as *técnicas* de controle social, a mesma postura se mantém. A própria vida social se coloca, para a antropologia, como envolvendo necessariamente, alguma forma de controle. O característico da sociedade humana, na visão antropológica, é a substituição de uma programação geneticamente determinada do comportamento social por uma “*regra*” (conforme Lévi-Strauss), ou por modelos simbólicos (na colocação de Geertz), construídos pelo homem. De uma forma ou de outra, o problema fundamental é a existência necessária da *norma*, sem a qual é impossível pensar a sociedade. A questão do *controle*, como a da *técnica*, portanto, estão postas como condições essenciais da existência da sociedade.

Vê-se então que, a partir de uma tradição diversa, assumimos uma perspectiva diferente daquela que orienta o estudo do prof. Franklin. Isto é, não tomamos a “*vocação originária do saber como instrumento de dominação*” como perversa, como o texto do prof. Franklin parece dar a entender, pois ela constitui a condição originária fundamental e necessária, do processo de hominização. Também não a restringimos à *ciência*, mas a pensamos como característica de todo processo de conhecimento.

Mas a diferença talvez resida no fato de que o filósofo não esteja realmente examinando o problema a partir da *totalidade da experiência humana*, tal como os antropólogos a entendem, mas esteja restringindo sua crítica a uma tradição cultural específica — a que se estabelece na *nossa civilização* a partir do Renascimento, com o desenvolvimento de uma nova racionalidade técnica. Parece ser esse, efetivamente, o momento do pecado original, em que a instauração da *razão científica* fragmentou o saber e destronou a filosofia de sua posição privilegiada, como lugar de integração de todo conhecimento. Talvez, a partir desse momento, tenha-se instaurado realmente uma relação perversa através da qual o domínio da natureza pela técnica determine, num novo sentido, a dominação do homem pelo homem.

Mesmo dessa perspectiva, no entanto, é difícil para um antropólogo concordar com o filósofo. Acostumados a lidar sempre com uma base factual, ficamos nos perguntando em que essa nova dominação é assim tão pior do que aquela que caracterizou a Grécia Antiga, na época em que a filosofia incorporava todo o saber, e a liberdade do cidadão se realizava graças ao trabalho do escravo.

Assim, se é verdade que a utilização da ciência para criar novas

técnicas não libertou o homem, permitiu que, pelo menos, se pensasse na possibilidade dessa libertação. Os gregos certamente não podiam conceber a universalização da cidadania porque não podiam dispensar o escravo. Essa parece ser também a posição de Marx quando, criticando os socialistas utópicos, afirma que o domínio da natureza é condição essencial para a efetiva libertação do homem — isto é, dominando a natureza pela técnica, seria possível não ter mais que escravizar o homem para produzir o substrato material necessário à civilização.

Também não fica muito claro, para um antropólogo, por que a aplicação da mesma *racionalização técnica* no campo das relações sociais provoca uma forma de dominação mais deletéria que as anteriores. Parece-nos que a religião e filosofia, na Idade Média, serviram tão bem (ou melhor) aos propósitos da dominação do homem pelo homem, quanto a ciência o fez no período posterior. E embora Maquiavel não seja propriamente um antropólogo, um conhecimento talvez um tanto superficial de sua obra nos leva a crer que sua reflexão sobre o poder, como exemplo da utilização da *nova razão*, revelando as técnicas de controle do homem sobre o homem, tanto pode servir ao príncipe como ao povo.

Essa passagem pelo Renascimento, assim como a menção à Grécia Antiga e à Idade Média, nos permite levantar um outro problema, igualmente fundamental, que é a relação da ciência e da filosofia (das humanidades?) com o passado e com a tradição.

O filósofo atribui à ciência uma concepção linear de tempo, na medida em que a *“continuidade progressiva da Ciência não está condicionada à avaliação crítica da tradição, porque na Ciência existe a figura da superação das soluções tradicionais e da resolução de novos problemas”* (Silva, 1987, p. 70). Na filosofia, como na literatura e na história, o trabalho de investigação se faria dentro de uma continuidade muito maior com a tradição, pois esta é *matéria de pesquisa*. *“Uma vez que não há propriamente progresso de uma doutrina filosófica para outra, o conhecimento da tradição não pode se guiar por parâmetros seletivos ou por critérios de relevância teórica tomados a partir do presente”* Mais ainda, *“Não há, nesse caso, nenhuma instância análoga à base factual que possa dirigir uma escolha de teorias em função da compatibilidade com o real”* (Silva, 1987, p. 70).

Aqui, mais uma vez, os antropólogos e, provavelmente, também os cientistas políticos não saberiam bem onde se localizar. A antropologia e, mais ainda, a ciência política, pretendem ter com a tradição a relação crítica que a filosofia postula para si, para a história e para a literatura. Assim, a constante referência a Maquiavel, Hobbes e

Rousseau (por exemplo), que permeia toda a reflexão política, consiste exatamente nessa constante reincorporação do passado que caracteriza as nossas disciplinas. Do mesmo modo, na antropologia, Morgan, Tylor, Malinowski, não são descartados como portadores de um *saber ultrapassado*. Mas, por outro lado, não julgamos possível incorporar essa tradição e muito menos fazê-lo *criticamente*, a não ser guiados por parâmetros seletivos ou por critérios de relevância teórica tomados *a partir do presente*. Isto é, não acreditamos que seja possível despojar-nos do presente, por mais que o tentemos. Na antropologia, especificamente, o mesmo problema se coloca em relação a seu próprio objeto, pois o esforço em apreender a experiência de sociedades diferentes da nossa só pode ser feito em termos de um diálogo entre nós e os outros, dentro do qual nossas referências podem ser relativizadas, mas não abolidas. A recuperação do passado parece-nos, portanto, ser sempre uma leitura feita pelo presente e através de parâmetros e critérios de relevância tomados do presente — e é por isso que cada autor, em cada época, é capaz de fazer uma leitura nova da tradição, a partir das *novas perguntas* que o presente constantemente produz. Somos assim guiados por parâmetros seletivos e por critérios de relevância teórica tomados a partir dos problemas que o presente nos coloca (e é isso que faz com que a leitura de Aristóteles por S. Thomás de Aquino não seja exatamente a mesma daquela efetuada hoje). É a aceitação dessa inelutável relação com o presente que permite apreender a dimensão propriamente política (para não falar ideológica) da nossa reflexão e defender, em nome da *razão científica*, a necessidade de explicitar essas referências que orientam a percepção do passado (ou das outras sociedades).

Negar essa relação parece-nos uma forma de ocultar as posições políticas que organizam nossa reflexão. Em nosso entender, é a explicitação dessas referências que constitui a base de uma reflexão crítica.

Dentro dessa perspectiva, uma vez reintroduzido o presente na relação com o passado, reintroduzimos, com ele, a *base factual* inescapável que é dada pelos problemas a partir dos quais fazemos as indagações — no caso, a fragmentação do saber, as novas formas de dominação, sua relação com o desenvolvimento tecnológico etc.

Colocada a questão dessa forma, a oposição entre ciência e humanidades não se apresenta, para os antropólogos, da forma radical pela qual a concebe nosso colega da Filosofia. E isso porque, embora na ciência exista “*a figura da superação das soluções tradicionais e da resolução de novos problemas*” (Silva, 1987, p. 70), é o segundo aspecto que nos parece ser o mais fundamental na definição da atividade científica. Dentro deste ponto de vista, o *progresso* na ciência de-

fine-se menos pela *superação*, pura e simples, de teorias anteriores, do que pela construção de *novas questões*. E são essas novas questões que a filosofia parece incapaz de incorporar. exatamente em virtude do nível de abrangência em que coloca as *suas* perguntas, que, de fato, são sempre as mesmas. A diferença na temporalidade própria da ciência e da filosofia se desloca, portanto, para outro lugar, em que o caráter cumulativo do conhecimento científico se manifesta na sua capacidade de propor novos problemas e não simplesmente de oferecer novas respostas para as mesmas perguntas. Nessa perspectiva, a antropologia — e, seria o caso de acrescentar, também a ciência política — se identificam com essa imagem de ciência em termos de uma leitura sempre nova, que advém da sua capacidade de propor novas questões.

Talvez pelo fato de mantermos, com o passado e com a *base factual*, uma relação diferente daquela que parece ser a da filosofia, tenhamos uma imagem também diversa, não só da ciência, mas da forma pela qual imaginamos que os cientistas nos vêm. Ao contrário dos filósofos, nunca nos ocorreu que nossa incorporação permanente das teorias e reflexões produzidas no passado possam nos caracterizar como *antiquados*, ou que sejamos marginalizados pelos cientistas. Talvez erradamente, sempre imaginamos que os cientistas tivessem o máximo respeito pela nossa competência específica. Imaginamos até que os cientistas, eles próprios, não possuem de suas disciplinas a visão linear que o filósofo lhes atribui. Mas ainda, julgamos que os problemas colocados pela ciência constituem desafios para a própria reflexão antropológica, pois é indubitável que a ciência moderna alterou radicalmente os parâmetros de nossa concepção do mundo, destruindo as categorias tradicionais de espaço, de tempo e de matéria. Assim, caracterizar a ciência por uma temporalidade linear parece uma simplificação no mínimo questionável.

Aceitando, portanto, o que se poderia chamar de desafio da ciência, nunca nos ocorreu que estivéssemos sendo *roubados* de nossa identidade. Tivemos, é claro, momentos de crise em que essa identidade parecia se perder — mas sempre atribuímos a crise a uma dificuldade *nossa* de formular com clareza a natureza de nosso objeto, que deve ser constantemente redefinido e repostos.

Partindo de uma outra tradição e concebendo a ciência de outra forma, vemos também de forma diferente sua relação com a tecnologia e seu lugar na universidade. Admitindo uma indissociabilidade entre trabalho e reflexão, parece-nos fundamental evitar transformar essa relação *essencial* entre ciência e técnica em uma associação direta entre desenvolvimento científico e aplicação tecnológica. É preciso lembrar que a constituição da universidade moderna, no século XIX,

a partir do modelo alemão, permitiu o desenvolvimento científico exatamente na medida em que libertou a pesquisa das amarras das exigências de uma aplicabilidade imediata dos resultados. Toda a defesa da ciência básica, que marca não só a história das ciências nos países desenvolvidos mas, inclusive, permeia a própria criação da universidade brasileira, é parte integrante de nossa concepção de universidade. Aliás, convém lembrar que a subordinação da ciência à tecnologia sempre foi característica dos regimes autoritários e, por isso mesmo, permeou tão profundamente a nossa tradição luso-brasileira. Afirmar a relação *essencial* entre ciência e técnica sem, paralelamente, estabelecer a distância e a independência das pesquisas nas ciências básicas em relação às demandas imediatistas do desenvolvimento tecnológico, contribui para reforçar a concepção própria da tecnoburocracia estatal e ameaça diretamente todo o desenvolvimento científico na universidade.

Isso não quer dizer que a inovação tecnológica não seja importante, ou que deva ser afastada da universidade. Pelo contrário, preservado o espaço de autonomia das ciências, os problemas tecnológicos constituem fonte permanente de novas indagações e propiciam a criação de um lugar privilegiado para a interdisciplinaridade. Isso porque os problemas tecnológicos, como os problemas concretos em geral, têm o vício de ignorarem as distinções que estabelecemos entre os campos de investigação e assim tendem a exigir a colaboração de diferentes especialistas. Além do mais, são freqüentemente os problemas tecnológicos, assim como aqueles referentes a *técnicas* de controle social, que quebram as muralhas da universidade, fazendo com que interaja com a sociedade. Não com aquela que gostaríamos de ter, mas aquela na qual efetivamente vivemos. É quando não apenas denunciarmos os problemas sociais, mas tentamos encontrar soluções para a moradia, o transporte, a preservação ambiental, a produção de alimentos que as ciências naturais e sociais, encontram, *na política*, o espaço privilegiado da interdisciplinaridade.

Dada a inevitável fragmentação do saber, como reconhece o texto que estamos comentando, cabe indagar se é possível, na universidade, a *"integração crítico-reflexiva da diversificação através da elucidação permanente do significado da tarefa do conhecimento"* (Silva, 1987, p. 73) e se a filosofia e as humanidades constituem realmente, o núcleo crítico da universidade. O prof. Franklin assim concebe a filosofia e as humanidades através da virtude que deriva da *"reflexão integradora tradição/presente que capacita a atividade intelectual que aí se desenvolve para avaliar o presente através de uma visão da gênese constitutiva dos aspectos da experiência humana que devem ser teoricamente apreendidos"* (Silva, 1987, p. 71). Longe

da antropologia está negar esse papel crítico das humanidades e da filosofia. Mas, por outro lado, se é verdade, como afirma o filósofo que, ao contrário dessas disciplinas voltadas para a integração passado-presente, as ciências estão voltadas para o futuro, cabe perguntar se a relação presente-futuro não constitui também uma dimensão necessária da reflexão crítica.

Se se aceitar essa outra posição, poderíamos inferir que a reflexão integradora é tarefa da universidade, na oposição ciência-humanidades, muito mais do que privilégio de um dos lados dessa dicotomia. A integração crítica pode estar, então, centrada no *diálogo* entre as diferentes perspectivas e não na visão privilegiada de qualquer uma delas. Isto é, parece-nos difícil aceitar a possibilidade de que exista na universidade, um núcleo teórico "*encarnando, por assim dizer, institucionalmente, a consciência que o sistema tem de si mesmo*" (Silva, 1987, p. 73).

Aliás, convém reconhecer aspectos positivos nessa própria fragmentação. Ela destrói a ilusão da possibilidade de um saber totalizante, e provoca a modéstia necessária ao cientista, que se dá conta de deter apenas fragmentos de explicação. Inversamente, nos leva a reconhecer o caráter necessariamente coletivo do conhecimento, da crítica e da cultura em geral, cuja integração (sempre parcial) só se dá pela interação social. A antropologia, inclusive, nos leva a reconhecer que isso é próprio não apenas da nossa civilização, mas destino inescapável de toda a humanidade. Mesmo nas sociedades mais simples, ninguém detém todo o saber. Há sempre, pelo menos um saber feminino diverso do masculino, de tal forma que a vida social só é possível pela cooperação entre homens e mulheres. Assim também a universidade só existe enquanto totalidade fragmentada, capaz, entretanto, de formular integrações parciais cada vez que uma nova pergunta é formulada pela ciência, ou um novo problema prático se coloca para a reflexão e exige a cooperação de diferentes saberes.

FICHA CATALOGRÁFICA

DURHAM, E. R. Ciência, filosofia e humanidades: onde ficam as ciências sociais? **Revista da Universidade de São Paulo**. São Paulo, (5): 35-43, jun. 1987

A MODERNIDADE SEGUNDO WALTER BENJAMIN

Willi Bolle⁽¹⁾

RESUMO: *O Trabalho das Passagens (1927-40), de Walter Benjamin, é interpretado como expressão da experiência do escritor autônomo na República de Weimar e nos primeiros anos do Terceiro Reich. A ambigüidade de sua situação histórica é mostrada no confronto entre formas de expressão da revolta e o condicionamento pelo mercado literário. Uma montagem crítica (ou radiografia) de gêneros literários urbanos — feuilleton, história de detetive, poesia do apache — revela as fantasmagorias da pequena-burguesia contra o fundo de suas condições de vida reais.*

ABSTRACT: *Benjamin's Passagenwerk is taken as the expression of the autonomous writer's experience during the Weimar Republic and the first years of the Third Reich. The ambiguity of his historical situation becomes clear within the confrontation between the literary forms of rebellion and the conditions dictated by the literary market. A critical set up (or a radiography) of urban literary genres — feuilleton, detective story, apache's poetry — unveils the delusions of middle-classes against the background of their real life conditions.*

Um ensaio exemplar sobre a Modernidade completará, em breve, meio século de existência: trata-se de *A Paris do Segundo Império em Baudelaire*, escrito por Walter Benjamin em 1938. É um modelo em miniatura de uma obra maior, mas inacabada — o **Trabalho das Passagens** ou **Passagens Parisienses (1927-40)** —, que representa, juntamente com **Origem do Drama Barroco Alemão (1928)**, a obra de maior peso do filósofo, crítico e escritor alemão. Motivo de controvérsia entre Benjamin e Adorno, o ensaio foi recusado para a publicação em 1938 e só veio a público em 1969. Na época, Benjamin se viu obrigado a reescrever o trabalho, de que resultou *Sobre Alguns Motivos em Baudelaire (1939)*. Do **Trabalho das Passagens**, esses dois ensaios são os únicos textos acabados; no mais, existem o resumo *Paris, Capital do Século XIX* (em duas versões, a alemã, de 1935, e a francesa, de 1939), um volumoso conjunto de fragmentos, esboços, notas e materiais, e alguns ensaios complementares: *A Obra de Arte na Era de Sua Reprodutibilidade Técnica (1935)*, *Eduard Fuchs, o Colecionador e o Historiador (1937)* e as *Teses Sobre o Conceito da História (1940)*.

O projeto benjaminiano da Modernidade será apresentado aqui em forma de um sucinto comentário de *A Paris do Segundo Império em Baudelaire* e *Sobre Alguns Motivos em Baudelaire*. Entre os estudiosos brasileiros, KOTHE (1978) focalizou as diferenças entre esses dois ensaios, no sentido de um confronto entre as concepções de Benjamin e Adorno; ROUANET (1987) comparou as duas versões de

(1) Professor Adjunto do Departamento de Letras Modernas da FFLCH—USP.



Foto 1. Mãe operária com seu filho, por volta de 1928.*

Paris, Capital do Século XIX, agrupando em relação a elas os numerosos materiais e notas do **Trabalho das Passagens** publicados em 1982. O presente estudo se propõe ler os ensaios de BENJAMIN (1938 e 1939) dentro de uma perspectiva histórica, assim definida pelo autor: *Não se trata de apresentar as obras literárias em correlação com seu tempo, e sim, apresentar – no tempo em que elas nasceram – o tempo que as conhece: o nosso*. Falar da Modernidade de Baudelaire significava, para Benjamin, expressar a experiência de sua própria geração: o trabalho do escritor na República de Weimar e nos primeiros anos do *Terceiro Reich*.

* As fotos foram tiradas de SANDER, A. *Antlitz der Zeit, (Fisionomia da época)*, ed. original: 1929; reimpressão: Ed. Schirmer-Mosel, 1983.



Foto 2. *Revolucionários 1928.*

Situação do Escritor

O sentido geral do trabalho de Benjamin, durante as décadas de 20 e 30, foi a reflexão sobre a condição do escritor e do intelectual: sua posição, seu papel, sua função social. O tema prioritário de Benjamin, naqueles conturbados anos, foi a crise econômica e política do escritor autônomo – o homem de letras obrigado a viver de seu trabalho e, portanto, envolvido na crise geral. O ensaio sobre Baudelaire mostra a origem histórica do escritor moderno, no ambiente social da *bohème* e na roupagem alegórica do *flâneur* (São esses os títulos dos

capítulos 1 e 2 do ensaio de 1938.). Já no primeiro resumo do **Trabalho das Passagens**, Benjamin explicara:

“Com o flâneur, a inteligência literária entra no mercado. Na fase intermediária em que ela ainda tem mecenas, mas já começa a se familiarizar com o mercado, ela aparece como bohème. À indeterminação de sua posição econômica corresponde a indeterminação de sua função política. Isso se mostra de maneira mais clara nos conspiradores profissionais, todos eles pertencentes à bohème. A poesia de Baudelaire tira sua força do páthos rebelde dessa camada social”

Essas palavras circunscrevem a esfera de atuação do escritor profissional na sociedade burguesa de mercado. Suas contradições — a indeterminação econômica e a ambigüidade política — e as de sua classe de origem são estudadas no campo de tensão entre as formas de expressão da *revolta* e o condicionamento pelo mercado: o *feuilleton* dos jornais. Ambígua é também a atitude geral de Benjamin em relação a Baudelaire: um jogo entre identificação e distanciamento, (auto-) ironia romântica como forma de autoconhecimento. Foi com os primeiros românticos alemães, Friedrich Schlegel e Novalis, que



Benjamin aprendeu o ofício da crítica; ele o adapta para a Modernidade alemã dos anos 1920 e 30.

Um estado geral de *revolta* contra a sociedade existente caracterizava *toda essa massa indefinida, caótica, jogada para cá e para lá, chamada pelos franceses de bohème*, estado de ânimo que se traduziu em determinadas formas literárias. Como metáfora do trabalho do escritor, aparece em Baudelaire a figura do lixeiro. Benjamin completa as metáforas do poeta-engenheiro (Edgar A. Poe) e do poeta-operário (Maiakóvski) por uma imagem tirada do mais baixo degrau da escala social:

“Do literato ao conspirador profissional, cada qual que pertencia à bohème podia reencontrar no lixeiro um pedaço de si”

A concepção desiludida da Modernidade alemã — em que pesam a experiência da inflação de 1923 e da conseqüente pauperização — leva o crítico a comentar sarcasticamente os pesquisadores do pauperismo, empenhados em descobrir *onde estaria o limite da miséria humana*.

Da representação baudelaireana dos *de baixo* — pobres, socialmente desprezados e os que não possuem nada — Benjamin dirige o olhar para os *de cima*, perguntando qual a posição do escritor em relação aos donos do poder. Baudelaire, depois de ter superado atitudes iniciais de humor macabro, desejo terrorista e *culte de la blague* — que, na época de Benjamin, acabaram sendo encampados pela propaganda fascista — elaborou um código próprio de revolta com o satanismo, forma teológica radical, que constitui uma resposta à altura do cinismo da classe dominante. Resumindo o caráter da poesia social de Baudelaire, Benjamin caracteriza-a em termos de uma *profunda duplicidade*:

“ ela toma o partido dos oprimidos, tanto de suas ilusões quanto de sua causa”

De que meios de comunicação dispõem o poeta e o crítico para expressar o espírito de revolta? Com a expansão da economia burguesa, as belas letras ganharam, como observa Benjamin, um considerável mercado de vendas no *feuilleton*, inventado por volta de 1840 por Girardin, editor do jornal *La Presse*. O subtexto de uma série de considerações benjaminianas sobre o *feuilleton* é, sem dúvida, a experiência vivida nos anos 1926-33 no jornal *Die Literarische Welt* (editor: Willy Haas) e no *feuilleton* do *Frankfurter Zeitung* (cujo redator era Siegfried Kracauer). A *visão desiludida do mercado literário* faz com que a literatura seja considerada como mercadoria, a atividade literária medida pelo seu preço, e o trabalho do escritor apresentado *sob o*

aspecto pouco vantajoso da prostituição: Confrontar o literato – e em primeiro lugar, a si mesmo, com a prostituta, era normal para Baudelaire. Entre os outros literatos que mereceram tal epíteto, Benjamin cita um comentário de Baudelaire sobre Lamartine, escritor muito bem remunerado a serviço da política oficial.

Ver a honrosa cultura desta maneira rebaixada para a esfera dos lixeiros e dos lúmpens, dos marginais e das prostitutas – podia ser sentido como desacato por alguns representantes da cultura. Talvez isso tenha pesado na censura do ensaio de Benjamin por Adorno e Horkheimer. Nessa hipótese, a provocação não era apenas o satanismo de Baudelaire nem o marxismo de Benjamin, mas uma crítica arrasadora da cultura. Escrever a história significa, porém, como diz o ensaísta, dar aos anos uma fisionomia. O ano era 1938. A Alemanha, dirigida então por elementos do submundo, tinha liquidado com o melhor de sua cultura e estava prestes a começar uma nova guerra.

Gêneros literários urbanos

O que caracteriza o estilo *feuilleton*, essa grande escola jornalística, urbana, onde aprendia, por volta de 1840, a geração de Baudelaire e onde ingressava, em 1926, o crítico Walter Benjamin? A função do *feuilleton* era, numa frase: apresentar *uma revista colossal do mundo burguês*. Nesse sentido, o *feuilleton* era parente das *fisiologias* do século XIX e precursor das atuais revistas ilustradas e gêneros afins. Essa literatura é, antes de mais nada, *preenchimento de linhas*, ocupação de todo o espaço disponível; um trabalho da mídia que, no caso negativo – Benjamin cita o testemunho crítico do jornalista Karl Kraus – *“calafeta os acontecimentos em relação à experiência palpável do leitor”*, diminui portanto sua experiência, paralisa a imaginação, liquida com a memória. Para cumprir a função de construir uma enorme e ininterrupta *fantasmagoria*, o procedimento do *feuilleton* consiste em *transformar o boulevard em intérieur, assim como a rua se torna morada para o flâneur*. Procura-se estabelecer uma fantástica harmonia entre a esfera particular burguesa e a cultura de rua. O trabalho do crítico-escritor consiste em desmontar esse harmonioso sonho.

Como a poética de Baudelaire, também a ensaística de Benjamin se distancia da feitura neofisiognômica do estilo *feuilleton* e de suas imagens urbanas idílicas, partindo para uma transformação. O pressuposto da inocuidade – a transmissão de *uma imagem amigável das relações interpessoais* – é contestado em nome de uma observação da realidade metropolitana, onde as pessoas se conhecem como *devedores e credores, vendedores e clientes, patrões e empregados e, sobre-*

tudo, como concorrentes. A figura do choque começa a se delinear no estilo do ensaísta, que aposta numa literatura que fixa *os aspectos inquietantes e ameaçadores da vida urbana*. Para falar da luta entre concorrentes, dos interesses individuais em jogo, das funções da massa na grande cidade, é necessário um instrumento literário mais exato: a história de detetive, gênero inventado por Edgar A. Poe na década de 1840 e assimilado por Baudelaire através de suas traduções. Para Benjamin, o novo gênero — além de vantagens técnicas — observação aguda e exatidão de uma *narrativa científica* — permite, pela própria essência, focalizar a vida urbana no seu aspecto ameaçador e perigoso: a Cidade como lugar do Crime.

Contudo, a história de detetive não é simplesmente adotada e assimilada pelo poeta e pelo ensaísta, mas sofre marcantes mudanças de funções. Baudelaire não escreveu nenhuma história de detetive, *porque a identificação com o detetive lhe era incompatível*. Diferentemente de Poe, cuja simpatia era com o detetive, o momento construtivo em Baudelaire se inclinava para o lado dos personagens sociais (logo mais falaremos de sua *poesia do apache*). Benjamin, para alcançar seu objetivo maior — a fisionomia da grande cidade contemporânea —, aborda o gênero por uma leitura às avessas, cujo *leitmotiv* é brechtiano: *Apague as pegadas* (refrão de um famoso poema da *Cartilha para habitantes das cidades*, escrita por Brecht em 1926). Como *conteúdo social original da história de detetive*, o crítico postula o *apagar as pegadas do indivíduo na multidão*. Paradoxo que se esclarece quando essa leitura nos faz perceber notáveis contradições sociais. Pois a burguesia, como detentora do sistema administrativo de controle, pratica ela mesma *um comportamento associial*: sua cultura de moradia é interpretada por Benjamin como *defesa contra o controle*.

No momento em que o lugar social do Bem e do Mal começa a ser questionado dessa maneira, a história de detetive ou narrativa policial chega a seus limites. De fato, o gênero sofre grandes transformações de que são testemunhas, na época em questão, os romances de Doebelin e de Brecht. Mas, voltando a Benjamin: para esclarecer as referidas contradições, ele precisava de um instrumento mais exato, mais aperfeiçoado que a história de detetive. Ele o chama de *“radiografia da história de detetive”* citando como exemplo concreto o conto de Poe, *O Homem das multidões*. Tocamos aqui o cerne da intenção benjaminiana: Transformar a *narrativa científica* num *ensaio radiográfico* da Modernidade. O discurso benjaminiano da Modernidade é uma *radiografia da metrópole moderna*, organizada de tal forma que aparecem, sob as aparências manifestas, as significativas estruturas latentes.

Como se fabrica tal radiografia? quais os procedimentos em jo-

go? Tratava-se de um *work in progress*, onde certos procedimentos que Benjamin havia descoberto no ensaio de 1938 foram esclarecidos melhor em seu trabalho de 1939. De um modo geral, podemos dizer que a apresentação benjaminiana se move no campo de tensão entre a esfera da fantasmagoria e a sobriedade. Dos surrealistas, Benjamin assimila os elementos de devaneio, sonho e êxtase, confrontando-os com um *estranhamento* sóbrio, quase brechtiano. A diferença específica em relação a Brecht consiste num procedimento que Benjamin chama de *técnica de acordar*. Trata-se de uma compreensão mimética da mitologia moderna: o escritor penetra nas camadas da fantasmagoria coletiva – devaneio, sonho, delírio – e resgata o conhecimento desses estados inconscientes para a zona da vigília, da consciência acordada.

É uma espécie de protocolo onírico, registro ao mesmo tempo mimético e crítico dos *sonhos coletivos* da Modernidade. Romanticamente falando, uma moderna escrita *adivinhatória*. Como isso é feito tecnicamente? Em termos de composição, podemos falar numa *ensaística cinematográfica*, na medida em que Benjamin realiza uma montagem de textos sobre as condições de vida metropolitana, contrapondo aos estados oníricos, em forma de choque: instantes de máxima sobriedade.

Dentro dessa técnica geral, o artifício mais importante e mais característico é a *Ueberblendung*, ou seja, a fusão de duas imagens, onde do esvanecer (*fading out*) da primeira, surgem, cada vez mais nítidos (*fading in*), os contornos da segunda. Embora essa técnica se assemelhe à da superposição de imagens – por exemplo, a projeção de uma transeunte contra fundo de multidão – elas não devem ser confundidas. A superposição trabalha com a contigüidade, ela é metonímica, ao passo que a fusão trabalha com a opacidade e a transparência, ela é reveladora. Verdadeira função poética, no sentido jakobsoniano, em que a projeção do princípio de equivalência do eixo de seleção sobre o eixo de combinação tem o efeito de desmascarar.

Mitos burgueses

Um exemplo concreto: o comentário benjaminiano do conto de Poe, *O Homem das multidões*, focaliza o retrato da classe dos empregados de nível médio-superior, da seguinte maneira: “*Poder-se-ia pensar que se trata de indivíduos semibêbados, miseráveis. Na verdade, trata-se de pessoas de boa família, comerciantes, advogados e especuladores da bolsa de valores*” A leitura do crítico projeta discretamente sobre as pessoas *de boa família*, de boa condição, o véu da miséria

geral das classes pobres. O compromisso do escritor é com a fisionomia de sua época. A meta de Poe, esclarece Benjamin, não foi a literatura que, mais tarde, seria recomendada como modelo para o realismo socialista, mas *uma imaginação conscientemente deformadora*.

Outro exemplo de *fusão* desmascaradora é a caracterização do *flâneur* como um *abandonado* no meio da multidão. Na verdade, o termo alemão, *ein Preisgebener*, é ambíguo, querendo dizer ao mesmo tempo: um indivíduo *que tem seu preço* no meio da multidão. Aquele que olha as mercadorias, com sonhos de consumidor, é, ele mesmo, mercadoria. Só que o *flâneur* não sabe disso, o espírito da mercadoria penetra-o *como um alucinógeno, que deve compensar suas muitas humilhações*.

Com a crítica do *flâneur*, Benjamin atinge o mito burguês da esfera particular, para onde o indivíduo podia se retirar como que entrando em um abrigo. Tal refúgio não existe mais na Modernidade. A situação da classe dos pequenos-burgueses, de que faz parte o *flâneur*, é comentada pelo crítico de maneira pessimista. No século XIX, diz ele, *“ela se encontrava apenas no início de seu declínio. Inevitavelmente, muitos tinham de tropeçar um dia na natureza mercantil de sua força de trabalho”* Subjetivamente, a classe em questão cultivava suas fantasmagorias, objetivamente ela se proletariza (Esse, pelo menos, é o registro histórico da situação alemã nos anos 1920 e 30.). *“Na melhor das hipóteses”* diz ainda Benjamin, sua parte poderia ser *“a fruição, jamais o poder”* O conceito de história subjetivo dessa classe se reduz a um *passatempo*. Imensa soma de pequenos sonhos de fruição e consumo, essa classe sem projeto histórico se desintegra em átomos de subjetividade, onde cada qual permanece *isolado dentro de seus interesses particulares*.

Assim se esvanecem a aparência e o charme erótico que a massa tem para o consumidor médio. E vem à tona a função da massa dentro de um cálculo econômico e político. A presença da massa se reduz a uma praça de mercado. Nesse sentido, as massas foram usadas pelos estados totalitários, *que aproveitam o ajuntamento de seus clientes para comprometê-los de maneira permanente com as suas intenções*.

Qual a posição do escritor em relação às massas? Opondo Baudelaire a Victor Hugo, numa relação de concorrência, Benjamin critica a ambos, por não enxergarem *“a aparência social que se condensa na multidão”* Hugo, escritor e político de sucesso, idealizava a massa — isto é, sua clientela de leitores e eleitores — como herói. Baudelaire, sentindo o choque de que a massa não se interessava por ele, assumiu o papel de *guardião do limiar que separa o indivíduo da multidão*, opondo-lhe a figura do herói individual.

Fim da modernidade

Para fazer o retrato da Modernidade, Benjamin utiliza uma figura por excelência da Antiguidade clássica: o herói e sua *aura*. Nesse sentido, a imagem baudelaireana do *artista como herói* é o arcabouço do texto intitulado *A Modernidade*, 3º e último capítulo do ensaio de 1938. Uma seqüência benjaminiana de imagens baudelaireanas — um estilo ensaístico cinematográfico — faz desfilar caracteres sociais da metrópole Paris, sobre os quais se projetam instantâneos do poeta da Modernidade. Assim, o trabalho do escritor aparece contra o fundo de massas urbanas, sendo o molde comum da figura de primeiro plano o arquétipo do herói.

O esgrimista, o *flâneur* o sem-posses, os filhos de camponeses depauperados obrigados a se alistarem como mercenários, miseráveis, lúmpens, proletários, assalariados, suicidas, papa-defuntos, melancólicos, inúteis, vadios, milhares de marginais, criminosos, prostitutas, lixeiros, lésbicas, *dandys* revolucionários — formam uma massa compacta de personagens, uma enumeração caótica, através da qual o ensaísta mostra a cidade da perspectiva dos excluídos: *Uma população pobre, doentia é o fundo, contra o qual se destaca a silhueta do herói. A essa imagem, Baudelaire dá uma legenda à sua maneira, apondo a palavra la modernité.*

Já estamos longe da história de detetive. Baudelaire optou pelo seu avesso: o gênero da poesia do apache, em que criminosos e prostitutas, entre outros marginais, aparecem como heróis. Benjamin, que constata a continuidade do gênero, desde a época de Baudelaire até os anos de 1920 e 30, faz sua crítica. Observa ele:

“O poeta, o suplente do antigo herói, teve de recuar diante do herói moderno, cujos feitos são noticiados pela Gazette des Tribunaux”

Esse *herói* moderno é o criminoso. Uma nota esclarece o sentido histórico da crítica: *“Três-quartos de século depois, se reatualizou o confronto do gigolô com o literato. Quando os escritores foram expulsos da Alemanha, se instaurou na literatura alemã a lenda de um Horst Wessel”* Trata-se de um gigolô, militante nazista, morto num dos combates de rua e heroificado pelo regime. No contexto histórico de uma Alemanha em que elementos do submundo dirigiam os negócios do Estado, o crítico não tinha motivos para aderir à idealização poética do apache.

Quando Benjamin fala, concomitantemente, em substituição do herói e *fim da Modernidade*, isso significa, historicamente: fim da República de Weimar. As previsões de Apollinaire, citadas por ele, se



Foto 4. Mãe de classe média com seu filho, 1927/28.

cumpriram: *“Editoras assaltadas, livros queimados, poetas assassinados”*; e *pogroms*, onde a polícia *“caminha junto com os saqueadores”*. O ensaio sobre Baudelaire é a codificação do drama da literatura alemã de exílio e dos que ficaram.

Diante desse *fim da Modernidade* – que significava que os sonhos de uma luta pela libertação da humanidade foram sepultados – Benjamin considerou como tarefa urgente do artista: *“dar uma configuração à Modernidade”*. Nesse momento, recorre à sapiência dos antigos diante das situações de decadência, derrota e morte. O motivo baudelaireano da caducidade da metrópole, presente em poemas como *Le Cygne* e *Les petites vieilles*, é ao mesmo tempo antigo e moderno. Completando os poemas baudelaireanos com textos mais recentes, de historiadores, sociólogos, urbanistas, Benjamin faz uma montagem de visões apocalípticas. A título de exemplo, duas citações:

“Entre as necessidades do homem moderno, a do suicídio é mais forte que o instinto de autoconservação”.

“Como têm crescido, juntamente com as grandes cidades, os meios para arrasá-las!”

Na visão pessimista do crítico, a Modernidade se transforma em *Trauerspiel*, drama barroco, onde reina a Melancolia: *A Modernidade heróica revela-se como um Trauerspiel, onde o papel do herói está à disposição*. Fim da Modernidade – fim do herói. O herói *não é previsto* na Modernidade; ela *não tem emprego* para ele. Na sociedade moderna, o papel do poeta, como suplente do herói antigo, é o de um marginal. Aliás, o poeta, esse herói moderno, *não é herói, é um ator que faz o papel de herói*. Assim, Benjamin entendeu o trabalho poético de Baudelaire e, auto-ironicamente, o seu próprio: *Flâneur, apache, dandy e lixeiro eram para ele uns tantos papéis*. O trabalho do escritor moderno consiste em usar e examinar esses papéis, as máscaras da Modernidade que tapam/revelam o rosto bárbaro do humanismo no século XX.

Entre esses papéis consta também o do revolucionário. O paralelo entre Baudelaire e Blanqui, censurado por Adorno, é a moldura do ensaio *A Paris do Segundo Império em Baudelaire*. “*A ação de Blanqui era a irmã do sonho de Baudelaire*” afirma Benjamin. O escritor guarda a memória do sonho dos derrotados. Obstinação singular, mas que tem sua razão de ser, se a palavra do poeta antigo – de que *o homem é a sombra de um sonho* – for o retrato real do homem moderno.

Referências Bibliográficas

- 1 – BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt, Suhrkamp, 1974. v. 1, tomo 2.
- 2 – ————. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt, Suhrkamp, 1982. v. 5, tomos 1 e 2.
- 3 – ————. *Sociologia*. São Paulo, Ática, 1985. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 50).
- 4 – KOTHE, Flávio R. *Benjamin e Adorno: confrontos*. São Paulo, Ática, 1978.
- 5 – ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do Iluminismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

FICHA CATALOGRÁFICA

BOLLE, W. A modernidade segundo Walter Benjamin. *Revista da Universidade de São Paulo*. São Paulo, (5): 45-56, jun. 1987.

GRAMSCI: HISTÓRIA E REVOLUÇÃO CINQUENTA ANOS DA MORTE DO REVOLUCIONÁRIO ITALIANO NAS PRISÕES DO FASCISMO

Oswaldo Coggiola⁽¹⁾

RESUMO: *As notáveis inovações de Antônio Gramsci, no campo da sociologia marxista, devem ser analisadas levando-se em conta o seu objetivo principal: o esclarecimento das condições históricas para a revolução proletária. Gramsci realizou, em função disso, um verdadeiro balanço da história da era capitalista, e da teoria revolucionária (marxista) produzida nesse período. Mudanças importantes podem ser notadas entre o Gramsci que participou da fundação do PCI, logo após a revolução russa, e aquele que definiu seus principais conceitos, na prisão, depois da derrota para o fascismo.*

ABSTRACT: *The notable innovations of Antonio Gramsci in the marxist sociologic field must be analysed by considering its principal aim: the elucidation of the historical conditions for the laboring class revolution. Gramsci did a real balance of the history of the capitalist age and revolutionary theory (marxist) produced in that time. Important changes can be observed between Gramsci who had participated in the ICP foundation, after the russian revolution, and Gramsci, who had defined his main concept in prison after the deficit towards the facism.*

Introdução

De Gramsci, toma-se aquilo que se quer. Faz-se dele, então, “o mais importante teórico político marxista do século XX” (Coutinho, 1987), o criador de uma “nova ciência política” (Pinheiro, 1987), um inovador que “revelou a riqueza de determinações pertinentes à sociedade civil no Ocidente burguês. (que) proclamou o fim do reducionismo de classe” (Merquior, 1987. p. 147, 154), para ficarmos em exemplos recentes, produzidos todos por autores com posições político-ideológicas muito diversas.

A operação ideológica de maior vôleo político, feita a partir do pensamento de Gramsci, foi sem dúvida a adaptação da sua noção analítica de *bloco histórico*, para a estratégia política de *compromisso histórico*, defendida pelo *eurocomunismo* (hoje praticamente reduzido ao *italo-comunismo*, depois das *debâcles* dos PCs espanhol e francês), e que continua a fundamentar a política do PC italiano. O fenômeno já foi constatado, dez anos atrás, por Perry Anderson:

“a grande amplitude dos apelos à sua autoridade, vindos de setores os mais opostos da esquerda, revela os limites do estudo

(1) Professor de História Contemporânea da FFLCH—USP

minucioso e da compreensão de suas idéias. O preço de uma admiração tão ecumênica é necessariamente a ambigüidade”
(Anderson, 1986, p. 7).

Hoje, só caberia acrescentar a setores fora da esquerda. Quanto à crítica, quando ela existe, geralmente se limita a tentar corrigir aspectos do seu pensamento — *“não formulou nenhuma concepção explicitamente pluralista do poder socialista”* (Merquior, 1987, p. 152) — *puxando-o* em direção de teorias políticas alheias à do próprio Gramsci, sem falar nas *aplicações* (termo que encerra um forte conteúdo dogmático) dos seus principais conceitos — *hegemonia, transformismo* etc. — aos contextos e situações mais diversas. Ora, a função da crítica deveria ser a de ir eliminando essa ambigüidade, mas isso só é possível tomando-se como parâmetro o eixo de todas as fases da vida e da obra do revolucionário italiano morto há cinquenta anos: a luta — política, teórica, ideológica — pela revolução proletária.

Gramsci, Teórico da Revolução Vitoriosa

O jovem socialista turinês que, no final da Primeira Guerra Mundial, procurava uma saída para o imobilismo da social-democracia, já então considerado como responsável principal pela escassa resistência do proletariado europeu à carnificina de 1914/18, foi naturalmente encontrá-la na revolução vitoriosa que vinha do Oriente: o outubro russo. A excepcional qualidade do teórico revelou-se no fato de que Gramsci não só reivindicou politicamente a revolução bolchevique, mas também tirou dela as lições históricas que lhe permitissem combater a teoria então imperante na II Internacional, uma sorte de fatalismo mecanicista travestido de *ciência marxista* responsável, para Gramsci (e para outros marxistas ocidentais), pelo imobilismo criminoso da social-democracia. A procura de Gramsci era anterior à revolução russa, pois já em fevereiro de 1917 afirmava que *“a ciência sofreu uma derrota, ou melhor, ela limitou-se a cumprir a única tarefa que lhe correspondia, e perdeu-se a confiança cega que se tinha nas suas deduções”* (Gramsci, 1917). Com a vitória bolchevique, esta recusa, além de se aprofundar, tomará uma forma positiva, no célebre artigo **A revolução contra O Capital**, de 1918 (isto é, contra a *ciência* que pretendia deduzir a revolução das leis da economia capitalista): *“(os bolcheviques) vivem o pensamento marxista, que não morre nunca, que é a continuação do pensamento idealista alemão e italiano, e que em Marx tinha sido alterado por escórias positivistas e naturalistas. Esse pensamento reconhece sempre como o maior fator da*

História, não os fatos econômicos em bruto, mas os homens (que) compreendem os fatos econômicos, os julgam e os submetem à sua vontade, até transformá-la no elemento motor da economia". Os bolcheviques, então, pensam que os canons do materialismo histórico só são válidos post-factum, para estudar e entender os acontecimentos do passado, e que não devem se transformar numa hipoteca sobre o presente e sobre o futuro. Contra a ciência fatalista da II Internacional, Gramsci opunha a vontade, vontade dos homens, e esse voluntarismo será a sua marca como teórico da revolução vitoriosa.

Não foram poucos os críticos mais recentes que viram nesse voluntarismo os traços do tardio idealismo italiano (cujo mais célebre representante era o filósofo Benedetto Croce, com quem Gramsci tentou ajustar as contas num período posterior), citado explicitamente por Gramsci no texto acima, chegando até ver nisso um *provincianismo* característico de Gramsci, que levaria alguns a rejeitar *in totum* o seu pensamento (Corte, 1976). O fato é que Gramsci elabora o seu voluntarismo baseado na experiência russa: *"a propaganda socialista criou a vontade social do povo russo. Por que esse povo deveria esperar que a história da Inglaterra se repetisse na Rússia, que se formasse na Rússia uma burguesia, que a luta de classes fosse suscitada para que nascesse a consciência de classe e que sobreviesse, enfim, a catástrofe do mundo capitalista? O povo russo passou por todas experiências no pensamento, ainda que fosse o pensamento de uma minoria. Ele superou essas experiências"* (Gramsci, 1917).

A diversidade das formações econômico-sociais, as diversas etapas do desenvolvimento econômico e social, as próprias experiências das classes sociais na sua luta, contam pouco: o decisivo é a *propaganda socialista* que é capaz de criar a vontade revolucionária com alto grau de independência desses fatores. Nesse voluntarismo, nitidamente idealista, que Robert Paris, citando os escritos juvenis de Gramsci — *"trata-se de pensar bem, seja lá o que for o que se pense, e, portanto, de agir bem, seja lá o que for o que se faça"* — chamou de socratismo (Paris, 1978, p. 60), o papel do desenvolvimento econômico-social (histórico) é apenas o de criar as condições, a classe social, capaz de levar à prática a propaganda (idéias), com relativa independência da sua própria história social e política: *"A partir de essa célula — a fábrica — considerada como uma unidade, como o ato criador de um produto determinado, o operário se eleva até a compreensão de unidades sempre mais vastas, até a própria nação. então sente o que é a classe e se transforma em comunista porque, para ele, a propriedade privada não é uma função da produtividade; e se transforma em revolucionário porque concebe o capitalista, o proprietário priva-*

do como um peso morto, como um obstáculo que é preciso eliminar. Então, verdadeiramente, concebe o Estado” (Gramsci, 1919).

Daí a função central e absolutamente auto-suficiente que Gramsci atribui nesta etapa aos Conselhos Operários, *experiência de auto-governo é de auto-educação*, onde o proletariado descobre que *o novo Estado é o seu Estado*. Para os gramscianos mais ardentes, como Roberto Giudicci, *“esta concepção dos Conselhos como construção de civilização constitui o aspecto mais moderno, menos espontâneo e mais atentamente calculado e meditado, da concepção marxista do salto dialético, da passagem revolucionária” (Giudicci, 1978, p. 119).*

Em qualquer caso, fazendo a economia da história do movimento operário, colocando o operariado como potencialmente apto para transformar o mundo, em qualquer momento, na medida do sucesso da propaganda socialista, e achando nisso o tema central da sua delimitação política com relação ao reformismo, Gramsci chega não só a postular uma teoria não-histórica da revolução proletária, mas também a minimizar o papel da *política* (e, portanto, do *partido* político dos comunistas) no processo revolucionário, atribuindo-lhe, sobretudo, uma função *educativa* acerca do objetivo final (estratégico) do operariado revolucionário. Esta concepção reflete as explosivas condições revolucionárias existentes então, não só na Itália, mas na Europa inteira, e era compartilhada por muitos outros dirigentes e correntes passados então, do socialismo ao comunismo bolchevista. A *esquerda comunista* alemã chamava o bolchevismo de *teoria da ofensiva* (contrapondo-a ao *defensismo* social-democrata). Nesta teoria, todas as mediações políticas (*táticas*) entre a situação imediata do proletariado e o seu objetivo final, eram absorvidas, através da propaganda, pelo próprio objetivo final (estratégico): a *tática* era absorvida pela *estratégia*. Gramsci foi o teórico mais brilhante dessa idéia, que teve em Lukács (com a sua noção de *atualidade da revolução* definida como o próprio do pensamento de Lenine) seu mais brilhante defensor filosófico.

A trajetória política de Gramsci, neste período, seria perfeitamente conseqüente com aquela teoria. Apesar da sua coincidência com o *sistema soviético* defendido pelos bolcheviques (o que levou a Lenine e Trotski a defender publicamente em *L’Ordine Nuovo*, o grupo e o jornal animados por Gramsci, a alternativa revolucionária para o socialismo italiano) ainda em setembro de 1920 (bem depois da fundação da Internacional Comunista) Gramsci vacilava em colocar a questão da ruptura política com o PS italiano (lembremos que Rosa Luxemburgo também se opôs, pouco tempo antes, a romper abertamente com a social-democracia alemã para aderir à IC), ruptura que

era colocada abertamente pela fração adversária, *esquerdista*, de Bordiga. A coincidência política de Gramsci com o bolchevismo nunca foi profunda, pois se se opôs ao *esquerdismo* bordighista, que dirigiu os primeiros anos do PC italiano (até conquistar a liderança partidária em 1924 e até 1926, quando será detido pelo governo fascista), e se fez parte da direção da IC (ficando em Moscou em 1922/23), Gramsci será também um opositor da *tática* da Frente Única, preconizada por Lenine e Trotski (na IC) quando as perspectivas imediatamente revolucionárias de 1918/23 deram lugar a um refluxo (e isto fazendo, eles não inventavam uma nova política, mas apenas generalizavam a experiência do bolchevismo russo na luta pelo poder em 1917). A estratégia gramsciana se recusava a admitir mediações táticas. Como diz Perry Anderson, *“o próprio Gramsci, como quase toda a direção do PCI, rejeitou obstinadamente a Frente Única na Itália e assim objetivamente facilitou a vitória do fascismo, que foi capaz de triunfar sobre uma classe operária profundamente dividida. De 1921 a 1924, os anos nos quais a IC procurou seriamente assegurar a implementação das táticas da Frente Única pelos maximalistas do PSI na Itália, tanto Bordiga como Gramsci recusaram a linha da IC e resistiram a ela. Quando Gramsci assumiu a liderança do partido, em 1924, e aderiu a uma política de fidelidade à IC, o fascismo já estava instalado e a IC havia ela própria abandonado em grande parte as táticas da Frente Única”* (Anderson, 1986, p. 57).

Derrotada a revolução e vitorioso o fascismo, a tática (política) e a própria história ganhariam um lugar de destaque no pensamento de Gramsci, de uma maneira singular, mas perfeitamente coerente com a sua anterior trajetória teórica e política.

Gramsci* Teórico da Revolução Derrotada

No final dos anos 20 e durante boa parte dos 30, nos principais países europeus, a revolução está derrotada, pelo nazi-fascismo no Oeste, pela contra-revolução stalinista no Leste. Os revolucionários continuam com uma atividade, agora mais propagandística e teórica, nas piores condições: a prisão ou o exílio (sem contar os que foram mortos). Trotski percorre, exilado, um mundo transformado num *planeta sem visto*. Christian Rakovski escreve nos campos de concentração stalinistas na Sibéria. No Ocidente, *“a solidão e a morte de Gramsci na Itália, o isolamento e o exílio de Korsch e de Lukács nos Estados Unidos e na URSS, marcaram o fim da fase em que o marxismo ocidental se mantinha ainda ligado às massas”* (Anderson, 1978,

* Todas as citações de Gramsci nesta seção pertencem aos *Cadernos do Cárcere*.

p. 46). Outro traço em comum dos revolucionários derrotados: procurando as causas da derrota, eles escrevem traçando o balanço de um longo período histórico ou revolucionário. Temos aí os monumentais escritos históricos de Trotski (incluindo o pequeno mas significativo **A noventa anos do Manifesto Comunista**), Rakovski remontando até a Revolução Francesa para explicar o stalinismo em **Os perigos profissionais do poder**, Lukács indo procurar no irracionalismo alemão a partir de Schelling as raízes ideológicas do nazismo (**A destruição da razão**), Arthur Rosenberg subtitulando seu **Democracia e Socialismo, Contribuição à história política dos últimos 150 anos**. O balanço histórico coloca a *política* (e não mais o desenvolvimento da economia capitalista, como na época de Marx) no seu eixo. E Gramsci, no cárcere, sem contato com aqueles (que também não tinham contato entre si, o que revela não estarmos diante de um acaso) escreve os seus Cadernos.

Gramsci partiu de um balanço do fracasso da revolução democrática na Itália (do mesmo modo que Marx nos seus principais trabalhos históricos, do mesmo modo que Trotski em 1905 e na sua história da revolução russa), tendo como eixo a incapacidade do partido democrático no século XIX: *“O partido da ação não podia, pela sua própria natureza, exercer esse poder de atração, já que estava ganho pelo medo de um terrorismo à 1793, reforçado pelos acontecimentos de 1848-49 na França, o que o levava a vacilar em introduzir no seu programa certas reivindicações populares (como a reforma agrária)”* César Corte assinala que Gramsci não precisa que *o perigo de 1848 na França* era nada menos do que a primeira revolução proletária na Europa, o que levaria Gramsci a colocar a covardia do partido democrático num plano ideológico, e não social (os partidos burgueses e pequeno-burgueses tendem a fechar fileiras com a contra-revolução quando o perigo da revolução proletária se desenha no horizonte, ainda que seja num outro país, já que a revolução proletária aparece como uma potencialidade europeia, isto é, internacional) (Corte, 1976, p. 129).

Mas Gramsci não faz só um balanço *italiano* desse período, seu balanço, além de *européu*, inclui uma conclusão sobre a teoria revolucionária então elaborada: *“O conceito político assim chamado de revolução permanente, que veio à luz antes de 1848 como expressão cientificamente elaborada das experiências jacobinas de 1789 ao Termidor, pertence a um período histórico no qual os grandes partidos de massa e os sindicatos ainda não existiam e a sociedade vivia ainda, sob muitos aspectos, em um estado de fluidez. Havia um grande atraso e um monopólio virtualmente completo do poder político e esta-*

tal por um pequeno número de cidades, ou até mesmo por apenas uma delas” Duas observações imediatas:

- a) Marx elaborou o conceito de *revolução permanente* não antes, mas *depois* de 1848 (na famosa **Circular à Liga dos Comunistas** de 1850) justamente como balanço da incapacidade dos partidos democráticos em levar até o fim a revolução democrática (o partido proletário devia substituí-los em tal função, e seu grito de guerra deve ser: *revolução permanente!*, transformando a revolução democrática em proletária, questão que o Manifesto Comunista de 1847 deixava ainda em aberto). *Durante* 1848 só Blanqui parece ter usado a fórmula, e provavelmente Marx a tomou dele;
- b) a fórmula de revolução permanente não se referia ao grau de organização política e social das diversas classes (partidos de massa, sindicatos) mas à *dinâmica social* da revolução a partir da configuração do proletariado, enquanto classe diferenciada.

Gramsci, misturando os níveis histórico e político, tirou então conclusões históricas (isto é, válidas para o conjunto da teoria revolucionária) a partir das mudanças políticas: *“No período seguinte a 1870, com a expansão colonial da Europa, todos estes elementos se transformam. As relações de organização do Estado, no plano interno e internacional, tornaram-se mais complexas e sólidas e a fórmula de 1848 da revolução permanente reelaborada e superada na ciência política pela fórmula de hegemonia civil. Ocorreu na arte da política o mesmo que havia acontecido na arte militar: a guerra de movimento se tornou cada vez mais guerra de posição e pode-se dizer que um Estado ganhar uma guerra na medida em que ele se prepara para ela minuciosamente e nos seus aspectos técnicos em tempos de paz. A sólida estrutura das democracias modernas — tanto as organizações estatais como as associações complexas da sociedade civil — é para a arte da política o que as trincheiras e fortalezas permanentes do front são para a guerra de posição. Elas fazem com que o elemento do movimento, que costumava ser tudo na guerra, se torne meramente parcial”*

Assim, vemos como o Gramsci teórico das revoluções derrotadas percorre agora o caminho inverso ao do teórico da vitória. É a partir de mudanças não-qualitativas, mas de grau (*mais sólido, mais complexo*) na configuração *política* das classes, que ele tira conclusões que afetam (chegando a negar) toda a linha *estratégica* anterior (objetivo

histórico). A mudança proposta na arte da *política* revolucionária (*tática*) – guerra de posição em vez de guerra de movimento, luta pela *hegemonia civil* – é confrontada com a *estratégia* (revolução permanente), negando-a. A estratégia é absorvida pela tática, invertendo o percurso anterior, mas mantendo a lógica de não distinguir entre uma e outra. O Gramsci vitorioso diluía a política na história, o Gramsci derrotado dilui a história na política. Prova disto tudo é que o correlato político da teoria desenvolvida nos Cadernos do Cárcere, foi o reclamo por parte de Gramsci da adoção das *táticas da Frente Única* (incluído o reclamo de uma Assembléia Constituinte para opor as massas ao fascismo) contra o fascismo, pela Internacional Comunista, ele que as tinha rejeitado no início dos anos 20, na direção do PCI. O que na IC era uma unidade (*tática de Frente Única, estratégia de revolução permanente*), transformava-se, em Gramsci, em oposição. A fraqueza deste ponto de vista de Gramsci, hoje já criticada, não impediu que, no plano político, ele convergisse com a Oposição no PCI, animada por Trotski, contra a linha ultra-esquerdista do *terceiro período* defendida pela IC de Stalin e pelo PCI, a partir de 1927 e até 1934. Mas essa foi uma coincidência objetiva, não-explícita nem consciente, o que não impediu àquela corrente de reivindicá-la retrospectivamente (Massari, 1977). É preciso destacar que se tratou, assim mesmo, de uma convergência real, como o prova o fato de que, se a Oposição trotskista tinha sido excluída do PCI, Gramsci também foi excluído, de fato, ao serem censuradas as críticas que, desde a prisão, ele fez chegar à política do *terceiro período* seguida pela IC e o PCI (o seu antigo camarada Togliatti foi o encarregado de exercer essa censura).

Mas a coincidência, circunstancial, política – sobre cujo futuro eventual é impossível dizer alguma coisa, pois Gramsci morreu na prisão sem conhecê-la – não pode ocultar a básica divergência teórica. Assim, Gramsci insistia em que “*deveria ser examinado se a famosa teoria de Trotski sobre o caráter permanente do movimento não é o reflexo político. de condições econômico-culturais e sociais em um país cujas estruturas de vida nacional são embrionárias e frouxas e incapazes de se tornar trincheiras ou fortalezas*” A improcedência desta crítica do ponto de vista teórico, foi colocada acima. Perry Anderson demonstrou também que ela não era procedente, do ponto de vista político e, sobretudo, do ponto de vista militar, onde Trotski tinha demonstrado, teórica e praticamente (como líder militar do Exército Vermelho) a inexistência de uma contradição absoluta entre *guerra de posição* e *guerra de movimento*, que deviam ser concebidas como momentos diferentes e diferenciados de uma única *estratégia* militar (a assimilação, incluso terminológica, das estratégias política

e militar, era um traço comum a todos os dirigentes comunistas da época, e inspirou visivelmente as analogias de Gramsci).

Parece-nos que a análise dos riquíssimos conceitos elaborados por Gramsci para compreender os problemas da luta revolucionária nos países de capitalismo avançado (a luta pela *hegemonia civil*, a teoria das alianças de classe, a teoria sobre os intelectuais etc.), campo no qual foi em muitos aspectos um pioneiro, deve partir da sua matriz histórica: o balanço por ele realizado de mais de um século de história, e da teoria revolucionária elaborada a partir dela. Perry Anderson fez a mais importante incursão crítica no interior desses conceitos, porém sem adotar aquele ponto de partida. Concluiu em que a estratégia de Gramsci dos Cadernos “representou um tipo de ajustamento estóico a perda de toda esperança imediata de uma vitória no Ocidente” (Anderson, 1986, p. 67). Essa conclusão deve ser, no mínimo, ampliada. Quando se pensa em aplicar os conceitos de Gramsci (por exemplo, à realidade brasileira) deve-se levar em conta não só a crítica de que esses conceitos foram objeto, mas também que toda utilização de um marco teórico-conceitual deve ser criativa o suficiente como para reagir sobre o conjunto da teoria. Essa é a única maneira de responder ao enorme desafio lançado, há mais de cinquenta anos, pelo extraordinário revolucionário italiano, no meio de um penoso combate contra a prisão, o isolamento, a censura e a doença, o que torna ainda mais notável o fato de que o desafio permaneça inteiramente em pé.

Referências Bibliográficas

- 1 – ANDERSON, Perry. As antinomias de Gramsci. In: *Crítica Marxista*. São Paulo, Joruês, 1986.
- 2 – ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Lisboa, Afrontamento, 1978.
- 3 – CORTE, César. L'idéalisme de Gramsci. *La Vérité*, (573), sept. 1976, (574), dec. 1976.
- 4 – COUTINHO, Carlos N. Universalidade que se amplia geograficamente. *Folha de S. Paulo*, 25 abr. 1987.
- 5 – GIUDICCI, R. Gramsci et l'Ordine Nuovo. In: *Arguments/4, Révolution/Classe/Parti*. Paris, U.G.E., 1978.

- 6 – GRAMSCI, A. *La Città Futura*, 11 feb. 1917.
- 7 – GRAMSCI, A. *Avanti*, 24 nov. 1917.
- 8 – GRAMSCI, A. *L'Ordine Nuovo*, 8 nov. 1919.
- 9 – MASSARI, Roberto, org. *All'opposizione nel PCI con Trotsky e Gramsci*. Roma, Contracorrente, 1977.
- 10 – MERQUIOR, José G. *O marxismo ocidental*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987
- 11 – PARIS, A. Le socratisme de Gramsci. In: *Arguments/4, Révolution/Classe/Parti*. Paris, U.G.E., 1978.
- 12 – PINHEIRO, Paulo Sérgio. A dimensão do poder escapa da cela. *Folha de S. Paulo*, 25 abr. 1987.

FICHA CATALOGRÁFICA

COGGIOLA, O. Gramsci: história e revolução. Cinquenta anos da morte do revolucionário italiano nas prisões do fascismo. **Revista da Universidade de São Paulo**. São Paulo, (5): 57-66, jun. 1987.

FOLCLORE E CONSCIÊNCIA NACIONAL: A VISÃO CRÍTICA DE FLORESTAN FERNANDES*

José Cesar Gnaccarini ⁽¹⁾

RESUMO: *Busco desvendar, nas investigações folclóricas de Florestan Fernandes, a passagem de uma fase positivista a outra teórica, que trabalha as discontinuidades e fraturas da cultura como processo histórico. Uma vez apropriada pelas linguagens cultas, a mitologia da cultura popular exprime, segundo ele, relações que subjazem à chamada questão racial em uma sociedade capitalista. Ao ir abandonando o postulado durkheimiano de descrições empíricas com definições prévias, já está questionando a mitologia como forma de relações alienadas. Desenvolve, na espécie, solução de alto valor teórico, nomeadamente quando investiga pressupostos nas obras folclóricas de Amadeu Amaral e Mário de Andrade.*

ABSTRACT: *According to the folkloric studies of Florestan Fernandes I investigate the passage of a positivist fase to another one — theoretical — that works the discontinuities and breaks of culture as a historical process. The mythology of the popular culture, when appropriated in the cult languages, express the relations which are the basis to the racial question in a capitalist society. Leaving away the durkheimian postulate of the empirical description starting from previous definitions, Florestan questions the myths as forms of alienate relations and develops a solution of high theoretical value, especially when he investigates the assumptions of the folkloric works of Amadeu Amaral and Mário de Andrade.*

Introdução

O objeto do folclore, como disciplina, pois o há como a própria tradição, é para o folclorista a elaboração formal de temas da tradição. Buscam-se as implicações literárias e artísticas, em geral, dos padrões estéticos e filosóficos da produção intelectual de natureza folclórica. O elemento especificador desse gosto estético e dessa criação artístico-filosófica é a transmissão oral, nas situações grupais caracterizadas pelo contato pessoal. E é por meio da transmissão oral que tais gostos e criação se diferenciam e se perpetuam. Neste sentido exato, o folclore é tradição; de consequência, é também a base de conservação da vida social. O objeto folclórico é especificado, deste modo, em três vertentes: a tradição, que em si mesma considerada serve de base a reconstruções por especialistas com treinamento formal apropriado; a disciplina humanística, que trabalha a tradição para dela reter e construir formalmente o desenvolvimento de estilos de pensamento, de sensibilidade artística, e de juízo moral

(1) *Assistente Doutor do Departamento de Ciências Sociais da FFLCH—USP.*

* *Texto baseado em palestra da 1ª Jornada de Ciências Sociais realizada de 22 a 24 de maio de 1986 — Unesp — Marília — Estado de São Paulo.*

de uma civilização; por último, o folclore como objeto para a ciência social. Nos longos anos em que se dedicou a estudos do folclore brasileiro, paulistano em particular, Florestan Fernandes deixou-nos contribuições fundamentais no primeiro e no último temas, mas participou também com invulgar brilho do debate sobre o segundo. Neste caso, Florestan empenhou-se em demonstrar que o folclore não é uma ciência e por isso recebeu não pequenas restrições de folcloristas brasileiros no âmbito de um debate freqüentemente rude.

No âmbito teórico e metodológico, Florestan deixou contribuição invulgar ao recuperar e desenvolver as contribuições que já haviam sido sedimentadas pelos nossos folcloristas maiores, em particular, as obras que dentro do Modernismo assentaram as bases de uma disciplina humanística no entorno do folclore brasileiro. Retomando a trilha aberta por aqueles, Florestan insistiu em inúmeras ocasiões e com certa veemência na necessidade de treinamento formal especializado, aí, contra o desbragado amadorismo vigente.

Folclore – Disciplina Humanística

O objeto do folclore enquanto disciplina humanística é o de desvelar os significados da tradição para os indivíduos e os grupos de uma dada civilização, como o fizeram, por exemplo, Mário de Andrade e Amadeu Amaral, iluminando e desenvolvendo, com instrumentos formais apropriados e particularmente por meio de uma rica experimentação formal, estilos de pensamento, de sensibilidade artística e de juízo moral produzidos em condições de contato pessoal e transmissão oral na vida grupal. Se estas condições são, modo geral, próprias das camadas populares, estes produtos não deixam de exprimir o intercâmbio continuado e ativo entre as várias camadas e classes de uma sociedade complexa.

No Brasil, a memória do intelectual é curta. O gosto da citação, no conceito apropriado e apesar do que se possa aduzir em contrário, é parco entre nós. Será esta a razão pela qual uma sensibilíssima percepção e um penetrante desenvolvimento metodológico do objeto folclórico como disciplina humanística, no campo mesmo desta disciplina e constituindo o tema central da contribuição legada por Florestan Fernandes quando interpreta as obras de Amadeu Amaral e particularmente Mário de Andrade, não são aparentemente sequer conhecidas e quando menos retomadas em estudos recentes.

Conforme nos ensina Florestan, se o folclore aparece sempre objetivado em determinados elementos da cultura de uma sociedade, por outro lado, não obstante, é tão só por meio das emoções, conhecimentos e crenças, que lhe subjazem e são seu substrato humano,

que o folclorista, enquanto trabalhador de disciplina humanística, faculta-se indagar sobre os móveis intelectuais e morais dos homens concretos, os móveis que orientam o comportamento social humano, seja o individual ou o coletivo. Florestan fez datar de **Casa Grande & Senzala**, de Gilberto Freyre o estudo dos materiais do folclore brasileiro tomado nessa acepção de padrões culturais de comportamento em relação concreta com a conduta individual e grupal (Fernandes, 1947, p. 17). Estes materiais estiveram freqüentemente nessa perspectiva sob a ótica de folcloristas, mas de um modo mais ou menos inconsciente. Esta inconsciência se depreende das concepções de base behaviorista que, assumidas ou não pelos pesquisadores, fazem-se presentes nos trabalhos de folclore aplicado à educação. Nesses textos, a atenção necessária e insubstituível pela relação social e pela sua institucionalização, a saber, a recorrência inerente à reprodução da vida social, é ocupada pelo interesse exclusivo nas relações interpessoais. A questão essencial da recorrência na vida social é liminarmente ignorada (Fernandes, 1978, p. 17).

A Relação das Artes no Modernismo com o Folclore

No Brasil dos anos 20, o ingresso da Nação na era da indústria fazia-se precariamente com base material e social frágil. Sob o talante da reação conservadora, no definido propósito de estabelecer um cerco às emergentes forças da mudança, os interesses dominantes articulavam-se com o fito de limitar as possíveis formas de expressão daquelas e particularmente de manter na idiotia as camadas populares do mundo agrário. A um tal processo de classes não estava inteiramente alheio o *programa* das artes, no período dito *nacionalista* da primeira década do século, e que os modernistas erigiram em *front* de combate.

O *programa* das artes herdado do período fora declaradamente instrumentalizador da atividade artística. Essa herança de cultura burguesa declarava um *"interesse então multiplicado pelas coisas e os homens do interior do Brasil"* segundo a observação de Antônio Cândido, mas pela ótica de que *se isolavam no retardamento das culturas rústicas* (Cândido, 1973, p. 114). A esta concepção enviesada ou interessada é que somam encaudadas tanto a revitalização dos estudos folclóricos quanto a ampla divulgação que passam a ter os estudos de etnografia. Conforme Antônio Cândido, o marco nessa virada histórica, no âmbito da literatura e destes estudos são *Os Sertões*, de Euclides da Cunha.

Na herança cultural burguesa do início do século, o gosto artístico fora *"amaneirado"*, na expressão exata de Antônio Cândido.

Esta cristalização empobrecida de fórmulas vazias que, na interpretação de Antônio Cândido, fazia justiça a uma época enrustida em *recalques históricos, sociais, étnicos*, estava em verdade condicionada por fatores estruturais. Trata-se de expressão de uma sociedade de classes que impunha a um amplo contingente da população, esta camada de mestiços, a absoluta exclusão social e política dos centros de poder. Atente-se sobretudo para o fato de que a um *“idealismo simbolista”* e a um *“naturalismo convencional”* como os apelidou Antônio Cândido, aliavam-se as teses cada vez mais dominantes em círculos intelectuais sobre a superioridade da raça branca, seja no campo do ensaísmo, seja no debate político, seja no trabalho de pesquisa de historiografia social. A natureza descritiva das artes, da qual o *nacionalismo* musical do período é exemplo notável, destaca-se na empreitada de apropriar-se das produções populares pela via da dominação. Nesta contrafacção resultante do conúbio de desiguais, na dialética do particular e do universal as afirmações do primeiro faziam-se no tom constrangido da fala que *geralmente se resolvia pela idealização* (Cândido, 1973, p. 119-120).

A postura de revisão crítica dos modernistas diante desta herança erige em objeto de combate imediato e prioritário o gosto *amaneirado*. Ao pensar a formulação em problema de um *caráter nacional brasileiro*, que os modernistas se haviam proposto, em particular na obra de Mário de Andrade, Florestan Fernandes pôs em destaque o pressuposto básico: o de que na investigação e na experimentação estética se deveria dirigir essencialmente uma afronta radical *“à notação rápida dos costumes populares”*. Esta notação é o que de mais vulgar a ideologia pequeno-burguesa do romantismo social emprestara ao *programa* das artes do período, às linguagens artísticas em particular. Ao destacar o compromisso social que o pensamento independente dos modernistas implicava, a saber, a tarefa de libertação das produções populares do empobrecimento pequeno-burguês, entre outras deformações, também Florestan Fernandes se posicionava então contra qualquer projeto elitista de direção ideológica das massas populares.

Vários pensadores e literatos do período fazem a apresentação de alguma coisa que, segundo Florestan Fernandes, caracterizava uma *“memória coletiva”* então já sedimentada na Nação. Em muitos casos, diz Florestan, ela aparece com grande vitalidade, mas fraturada pela representação de enormes diferenças étnicas e regionais, e imensa carga de antagonismos e limitações. Estes impedem, de modo absoluto, o entrelaçamento e mútua dinamização das partes cindidas. A um pensador arguto e sensível como Mário de Andrade, imbuído de espírito crítico radical, a fratura manifestava-se emotivamente co-

mo “falha de sensação de presença dos homens de nossa terra” (Andrade apud Fernandes, 1978, p. 152); ao pensamento subordinado à herança burguesa aparecia na forma de um conflito abstratamente concebido entre civilização e Interior, atraso e progresso, barbárie e cultura. Conflito, pois, insolúvel de uma perspectiva dinâmica e concreta, posto que favorável ao pendor elitista.

Frente à instrumentalização – conservadora, diga-se – que a herança burguesa impunha às linguagens, ao projeto modernista que se lhe opunha ficava confiada a tarefa indeclinável de lidar com as linguagens na sua qualidade de fatos sociais e, pois, de pesquisar as relações com as determinações da sociedade em que se haviam desenvolvido. Esta relação com a história, no plano teórico, decorria do compromisso social que ao pensamento independente se impusera em virtude dos vieses provocados no gosto estabelecido pela herança burguesa. A revolução levada a cabo pelos modernistas impunha a exigência de um *conhecimento participante do homem pelo homem*, com cuja roupagem se deveria revestir o projeto de desenvolvimento de um *caráter nacional* no âmbito das linguagens, conforme a corretíssima avaliação de Florestan Fernandes a propósito das concepções estéticas de Mário de Andrade. É nesse sentido que se impunha a valorização do folclore, na sua natureza específica de *objetivações culturais do povo*, na qualidade do pressuposto de uma determinada investigação estética, e de concreta experimentação no campo das linguagens. Pode-se afirmar, de conseqüência, que o **Macunaíma** de Mário de Andrade é um manifesto estético. Nele se apresenta, e de forma caricata, a apropriação viesada dos temas folclóricos pelo pensamento dominante, o qual se instila no gosto geral. Apresentam-se aí as diferentes representações do caráter nacional. Põe-se *lado a lado* a realidade e suas representações possíveis – as objetivações culturais populares – posto que o objeto de Mário de Andrade não é decididamente positivista. E o que é que se valoriza no popular, a não ser a sua luta de libertação, e até mesmo um *instinto* de liberdade em quem se acha concretamente oprimido em todas as frentes?

Folclore e Consciência Nacional no Modernismo

Aos que, sem nenhuma base nas suas pretensões quiseram considerar o folclore como ciência, Florestan endereçou crítica de cujos fundamentos vai buscar exemplificações nos trabalhos folclóricos de Amadeu Amaral e Mário de Andrade. As concepções de ambos são plenamente concordes com a caracterização que Florestan fez do folclore como uma “*disciplina humanística*” Esta nova postura meto-

dológica não vinha descolada do objetivo de dar combate àquela *notação rápida dos costumes populares* a que já referimos. Este combate decisivo, ao que era a consequência necessária ao descritivismo das linguagens cultas, devia de ser encarado concretamente como um esforço vital de *compreender o homem* sob o ângulo dos elementos do folclore (Fernandes, 1978, p. 15-17, 67). Posto que as representações da realidade são inseparáveis desta forma, o folclorista deve de ser levado a investigar as implicações artísticas e segundo padrões estéticos e filosóficos das *objetivações culturais do povo* que se manifestam nas produções de cunho folclórico, objetivações sob forma cultural dos processos de vida das massas populares, e que também compõem a realidade de vida destas.

Considerando-a como uma das maiores contribuições da obra folclórica de Amadeu Amaral, Florestan apontara a direção que o grande folclorista dera a suas investigações, no sentido de tratar os fenômenos culturais implicados no estudo do folclore como fenômenos de classe social. Já nos seus próprios estudos sobre o folclore dos grupos infantis da cidade de São Paulo, Florestan observara que no



processo de socialização dos imaturos, a cultura infantil é determinada em última instância nas classes sociais e é um fenômeno que na sua transformação pertence ao âmbito destas (Fernandes, 1961, p. 166). Diante de uma pergunta que Amadeu Amaral se faz a si mesmo, Florestan imputa-a de *maliciosa*, posto que é por meio dela que o folclorista já vem respondendo aos inúmeros preconceitos e infundadas suposições em que se louvam os escritores que se imbuem de sentimentos nativistas. Este sentimento o escritor o põe sob a rubrica de *impulso de paixão vulgar*; por isso mesmo ele *não se ergue a concepção de uma pátria* (Amaral apud Fernandes, 1978, p. 132). A pergunta, apodada de *maliciosa*, do folclorista foi:

“ *será mesmo certo que tenhamos uma fisionomia?*”

endereçada àqueles que movidos por *impulso de paixão vulgar* viam em certas objetivações culturais, ademais trabalhadas por preconceitos e infundadas suposições, as feições de uma totalidade orgânica. Se o folclore exprime na justa avaliação de Amadeu Amaral os *“ideais e a mentalidade de uma camada do povo brasileiro”* Florestan acrescenta que *“é preciso primeiro compreender o povo em sua diversidade”* para que, então, possamos entender o folclore como um processo de vida, um processo social (Fernandes, 1978, p. 133).

Em um certo momento de sua elaboração teórica sobre o folclore, Florestan referiu em particular as concepções do sistematizador moderno da disciplina do folclore, van Gennep. Este autor considera o que ele chama de as *“determinações histórico-concretas dos fenômenos folclóricos”* Apoiando-se nesta formulação, Florestan entendia, então, que as objetivações culturais das camadas populares dizem respeito a duas ordens de fenômenos: por um lado, os que se ligam à divisão de classes da sociedade brasileira; por outro lado, os que pressupõem esse substrato universal, que é específico ao fenômeno folclórico. Ademais, se as objetivações culturais populares têm essa referência ao que é universal na cultura, conforme van Gennep, é porque nelas se revela a parte mais *significativa da história de um povo*. Florestan esclarece o conceito em pormenores. Estas objetivações culturais populares são tais, em razão de exprimirem enfrentamentos que falam diretamente aos *acontecimentos da vida em comum e as reações mais vivas que provocam nos indivíduos*. Neste momento da evolução teórica de Florestan, estamos não apenas muito próximos da linguagem de Durkheim, mas seguramente também de concepções do social que são as próprias do Positivismo. Nas objetivações culturais das camadas populares, *“celeiro e matriz do folclore”*, exprimem-se as estruturas de significado da vida coletiva como um todo. Trata-se daquela totalidade de significados que *“se fixam preferentemente*

a outros no conjunto de lembranças de um povo"; são aquelas "modalidades estereotipadas formais de conservação ou de expressão desses elementos"; e é por fim a própria existência de uma "memória coletiva" (Fernandes, 1978, p. 153-154).

Nos estudos que vai dedicar à obra folclórica de Mário de Andrade (em verdade apenas àquela que se encontrava então publicada), e em interpretações riquíssimas de precisões e avanços teóricos com sugestões de temas para a pesquisa e compreensão de Brasil, o sociólogo Florestan Fernandes impõe às suas próprias concepções uma inflexão decisiva. É ele ainda, ao fazer isto, quem nos ensina que havia sido uma descoberta radical e essencial, endereçada à nação que nascia para si naquele momento, a concepção do Modernismo, particularmente brotada na obra de Mário de Andrade, de um lirismo específico, um modo próprio de o artista trabalhar o real, este real ele próprio indissociável das representações. Nesta concepção revolucionária, a pesquisa formal sobre as linguagens é o cerne; e porque incide como atividade crítica sobre as próprias objetivações culturais populares, é incompatível com o conceito positivista. Essa atividade estrutura-se como uma relação social, como um modo, definido por Florestan Fernandes como "o conhecimento participante do homem pelo homem", sujeito a leis históricas a lhe regerem o desenvolvimento. O produto final do trabalho criador, que é, como tal trabalho, relação social, expressa-se em uma nova forma social de se manifestarem as representações, que é aquela "expressividade superior" do artista que na precisa formulação de sua atividade "serve" — expressão emprestada a Mário de Andrade (Fernandes, 1978, p. 174).

A Autonomização dos Códigos de Linguagem na Ideologia

O repertório popular fora reduzido pela herança intelectual burguesa a mero *depósito passivo, sujeitando-a ao domínio de um estilo culto*. Por este tratamento os códigos tornaram-se desiguais, culto e popular expressam uma divisão da consciência, posto que a "arte popular entra como material (temático) enquanto a cultura erudita reserva-se o direito de impor a técnica", conforme assinala WISNIK (1983, p. 57). O retrato que nos é dado por Antônio Cândido da literatura do período é o de um código de percepção de um mundo exterior que apenas existe e, como diz Cândido, no "sentido mais banal da palavra" As soluções plásticas repisam-se monotonamente, posto que exprimem a tendência à conservação de formas, vazias de conteúdo. Nesta sua superficialidade, conforme Cândido, conquistaram "de tal forma o gosto médio, que até hoje representam para ele a boa norma literária" (Cândido, 1973, p. 119).

Na solução de Florestan, o sociólogo entendeu de colocar frente a frente os dois códigos, o erudito e o popular, em intercâmbios de mútuos enriquecimentos. No conceito de ideológico que aporta, a solução não é meramente formal. O trabalho de parto das formas culturais superiores define-se não como atividade exclusiva do artista enquanto tal. A descoberta que Florestan encontra em Mário de Andrade é a de que as objetivações populares também se sujeitaram ao fraturamento da experiência histórica do povo e podem manifestar elas mesmas a tese e a antítese. O artista “*serve*” na expressão cunhada por Mário de Andrade, porque incorpora ao seu que-fazer, juntamente com o material, a tarefa de *libertação do tradicional* ou o “*desencanto*” do folclore. A tarefa de pesquisa formal cabe ao artista, com o propósito deliberado de desenvolver as contradições próprias das formas objetivas da cultura popular. A fórmula de Florestan aponta para a necessidade de fundir arte popular e arte erudita em busca de “*um caráter nacional mais expressivo e verdadeiro, um terceiro termo que implique pelo menos um mínimo de separação humana*” Ressurge aqui a idéia de um caráter nacional que deve de ser imputado à literatura de cada povo. O caráter nacional da arte é assim exposto por Florestan:

a “arte erudita deve realizar-se na e através da arte popular — e a antítese, no caso a arte popular, cede o lugar a uma terceira forma de arte que, do ponto de vista da fatura, chama-se ainda arte erudita, mas que é uma coisa nova, mais essencial e mais expressiva” (Fernandes, 1978, p. 153-154) —grifos do autor.

As conseqüências formais são, de um lado o *desencantamento* do folclore, de outro, a *desaristocratização* dos temas, dos processos e das formas de linguagem erudita (Fernandes, 1978, p. 154-158). Este intuito Florestan o rastreia em Mário de Andrade e lhe desenvolve as implicações teóricas e metodológicas com grande maestria. Conforme Florestan, o intuito de Mário de Andrade sintetiza-se na frase em que propõe a transformação da “*arte que se aprende em arte que se aprende*”, concepção estética que o poeta e o folclorista apelidou muito propriamente de “*técnica pessoal*”. Do ponto de vista sociológico o “*servir*” de Mário de Andrade é interpretado por Florestan como a “*realização da arte erudita e não o seu nivelamento à arte popular*”. Só na qualidade de uma forma social determinada é que a tarefa do intelectual estará habilitada a pôr em contato códigos de expressão diferente num mesmo plano de unidade. Nem é outro o sentido da crítica que Mário de Andrade endereçou certamente à produção musical de sua época (Andrade apud Wisnik, 1983, p. 181). Neste sentido ainda é que se pode entender em toda a sua profundidade a precisa avaliação que Florestan fez do destino que Mário de Andrade

se impôs a si: “*ao mesmo tempo, pensador, artista e homem de sua época*” (Fernandes, 1978, p. 174).

Trata-se, nesta fórmula, de expressar uma superação que incorpora. *Servir* significa estabelecer entre a arte erudita e as objetivações populares ligações que apontem para o seccionamento do cordão umbilical, que as liga na forma social alienada de expressão e deste modo as contrasta como oposições que se negam mutuamente. A arte erudita, diz Florestan, é a alienação da representatividade em seu máximo grau; por outro lado, na sua tendência à conservação de formas, absolutamente vazias de conteúdo, apropria-se do produto popular negando-lhe aspiração a qualquer grau de universalidade (Fernandes, 1978, p. 155). Por isto mesmo banaliza-o, veste-o de exotismo, marca-o do empobrecimento da cultura popular, e da inconseqüência técnica (Andrade apud Wisnik, 1983, p. 181). Isto ocorre porque a arte erudita é forma social de existência própria de relações sociais alienadas.

A fórmula de Florestan poderia ter servido a um enquadramento mais abrangente e teoricamente teria reforçado a interpretação que Joan Dassin dá a *Macunaíma* de Mário de Andrade. Florestan lembra-nos que o herói pícaro não desconhece os diferentes padrões de conduta vigentes na nossa sociedade. Tanto os conhece que os pratica, metamorfoseando-se seguidamente de diferentes comportamentos, todos habituais. E não os desconhece apesar da procedência híbrida deles — procedência erudita de formas populares e vice-versa. Mário de Andrade questionara o fato de que a modinha, de fundo melódico europeu, se transformasse primeiro num gênero de romances de salão para, só então e bem mais tarde, vir a tornar-se em cantiga popular urbana. Por ser *brasileiro e culturalmente híbrido* é que *Macunaíma* conhece diferentes padrões de conduta habitual, diferença que indica além disto a procedência erudita de formas populares e vice-versa. Só que o herói, pela consciência de seu criador, enfatiza os “*aspectos aristocráticos, antipopulares e individualistas dessa mesma experimentação*”, conforme as palavras de DASSIN (1978, p. 51).

Essa interpretação de Joan Dassin é correta e acompanha a de Florestan naquilo que ele diz a propósito do “*servir à arte popular*” Contra o tratamento *aristocrático, antipopular e individualista* imposto pelas elites, o material folclórico, forma de experimentação de condutas habituais das *camadas populares*, deve de ser *desencantado*. A produção intelectual da forma artística superior — no sentido de *forma social* — é uma síntese. Como diz Florestan de *Macunaíma*: esta é uma “*síntese viva e uma biografia humanizada do folclore de nossa terra*” (Fernandes, 1978, p. 159). Idêntica é a avaliação de Manuel Bandeira sobre o que é *Macunaíma*: nesta síntese o “*servir*” é

“abrasileirar o brasileiro num sentido total, patriarizar a pátria tão despatriada, concorrer para a unificação psicológica do Brasil” (Bandeira apud Dassin, 1978, p. 57).

É uma pena que Joan Dassin desconhecesse a solução dada por Florestan duas décadas antes. Mas, retornando a esta, a solução não poderia ser uma do idealismo, segundo a qual uma forma se tornaria noutra, e esta, por sua vez noutra, sucessivamente, em puras negações categoriais. Pelo contrário, afeito que sempre esteve no seu labor de sociólogo ao materialismo da ciência, Florestan concebeu a categoria alienada como uma forma social de expressão necessária, a forma de existência de um processo de diferenciação contraditória, e a forma de uma relação social historicamente constituída.

Referências Bibliográficas

- 1 – ANDRADE, Mário. *Os cocos*. São Paulo, Livr. Duas Cidades/INL/Fundação Nacional Promemória, 1984.
- 2 – CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 3ª ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1973.
- 3 – CASCUDO, Luis da Câmara. *Geografia dos mitos brasileiros*. Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1983. (Coleção Reconquista do Brasil, Nova Série, 78).
- 4 – DASSIN, Joan. *Política e poesia em Mário de Andrade*. Trad. de Antonio Dimas. São Paulo, Livr. Duas Cidades, 1978.
- 5 – FERNANDES, Florestan. *As trocinhas do Bom Retiro*. Separata da Revista do Arquivo do Município, v.113, 1947. Departamento de Cultura de São Paulo.
- 6 – ————. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. São Paulo, Anhembi, 1961.
- 7 – ————. *O folclore em questão*. São Paulo, Hucitec, 1978.
- 8 – QUEIROZ, Renato da Silva. *O saci: migração e metamorfose de um mito*. São Paulo, 1985. (Tese de Doutorado em Antropologia – Universidade de São Paulo).
- 9 – SCHWARZ, Roberto. *A sereia e o desconfiado: ensaios críticos*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- 10 – WISNIK, José Miguel. *O coro dos contrários: a música em torno da semana de 22*. 2ª ed. São Paulo, Livr. Duas Cidades, 1983.

FICHA CATALOGRÁFICA

GNACCARINI, J. C. Folclore e consciência nacional: a visão crítica de Florestan Fernandes. **Revista da Universidade de São Paulo**. São Paulo, (5): 67-77, jun. 1987.

DA SENZALA AO SOBRADO: SENTIDOS E METAMORFOSES DE UMA MIGRAÇÃO ATLÂNTICA

Fernando Augusto Albuquerque Mourão⁽¹⁾

Prefácio

A edição do livro de Mariano Carneiro da Cunha, **Da senzala ao sobrado: Arquitetura brasileira da Nigéria e na República Popular do Benin – From slave quarters to town houses: Brazilian architecture in Nigeria and People's Republic of Benin**, edição bilíngüe, lançado em co-edição pela Editora da Universidade de São Paulo, com estudo introdutório de Manuela Carneiro da Cunha e um significativo ensaio fotográfico de Pierre Verger, merece registro, assim como a feliz iniciativa da Edusp – Prêmio Jabuti 1986 em Ciências Humanas – pela publicação de uma obra reveladora e criativa em que cultura, sociedade e técnicas são tratadas conjuntamente em termos de processo.

Introdução

A arquitetura, o urbanismo, o mobiliário, os detalhes das fachadas das casas do *Brazilian Quarter* em Lagos, assim como das principais cidades do espaço iorubá, surgem no trabalho de CUNHA, Mariano (1985) como salas de um museu imaginário, onde ressalta o sentido de cada obra e do todo para além da sua funcionalidade. As magníficas fotos de Pierre Verger, que ilustram o texto, têm uma linguagem própria, inserindo-se na obra não como mero complemento, mas como parte integrante, em que cada imagem dá uma ou mais expressões de uma cultura de simbiose: o mundo brasileiro e o mundo iorubá. Os fatos históricos na leitura de Mariano Carneiro da Cunha ganham sentido profundo na interpretação da confluência do mundo das realidades com o mundo fantástico tomado ao longo de sucessivas rupturas e mudanças: de homem livre a escravo no novo mundo e, de ex-escravo a senhor em busca de uma identidade específica, em África. Sociedade e arquitetura surgem como um testemunho vivo, imbricados entre si através da fixação das metamorfoses entre realidade e imagem. A profunda intuição do autor permite ao leitor entrar no âmago de toda uma série de ambigüidades ao longo do percurso em busca de uma identidade ou da coexistência de duas identidades:

(1) Professor Assistente Doutor do Departamento de Ciências Sociais da FFLCH-USP.

a iorubá e a brasileira. O leitor é levado a especular sobre o duplo sentido de uma arquitetura que surgiu em meados do século passado no golfo da Guiné, mais precisamente no espaço iorubá, de Lagos a Porto Novo, na área compreendida pela costa marítima da Nigéria e da República Popular do Benin e, na retroterra, até Yio-Ile, já no cotovelo do Níger, rio ligado à saga de grandes guerreiros africanos, ontem chefes, hoje antepassados presentes num tempo novo.

A visão de Mariano, como artista, completa a visão do crítico social. Imagens e provas avançam no texto num mesmo processo. O valor estético dessa arquitetura de simbiose é destacado a par dos componentes históricos e sociais que a envolvem, numa visão totalizante em que a dinâmica de cada tempo é posta em relevo e os elementos novos são tratados, conforme a circunstância, como acréscimos ou como síntese. Os acréscimos surgem como sinais de um processo em que nenhuma das culturas é privilegiada pelo autor numa análise perpassada por sua sensibilidade.

O Reencontro

A casa senhorial, a casa do comerciante, a casa do ex-senhor, atravessa o oceano e ocupa um novo espaço simbolizando uma categoria social, singrando no plano do mundo iorubá em trânsito para a modernização. A casa brasileira foi muito bem recebida no mundo iorubá. Altos dignatários tradicionais passaram a encomendar construções aos *brasileiros*, assim como comerciantes, transportadores e plantadores de cacau enriquecidos com a agricultura de exportação. Mariano observa com justeza que a difusão da arquitetura brasileira na área de cultura iorubá deve-se não só ao fato de que a casa era não apenas uma referência social como representava ainda *um tipo de compromisso* com a concepção iorubá do espaço doméstico. A casa, do ponto de vista de sua implantação no terreno, a nosso ver, adapta-se ao modelo do lote urbano colonial brasileiro. A ordenação do espaço físico da área construída constitui-se sem dúvida quanto ao traçado, tal como defende Mariano, num elo de ligação entre a concepção arquitetônica brasileira e a concepção iorubá. Mariano nota bem que *“os antigos escravos trocaram o piso térreo ou os anexos do Brasil, pelo primeiro andar em Lagos, tal como os patriarcas de antanho”* situando-se no espaço natal, em parte, como uma burguesia mercantilista, em que o ofício foi essencial e em que a casa representava sinal de prestígio.

Enquanto a área térrea era utilizada para as atividades comerciais, preservando-se uma parte, por vezes, para guardar o coche da família — no caso dos mais abastados —, o piso superior destinava-se

preferencialmente à família. Pode-se observar, contudo, uma série de variações: por vezes parte da área superior — neste caso com entrada própria lateral —, era ocupada com o comércio; no andar térreo, atividades comerciais eram, por vezes, conjugadas com depósitos e mesmo residência de passagem de familiares que também ocupavam os anexos localizados nos fundos do lote urbano e separados da construção principal por um pátio de uso múltiplo. A casa adapta-se a uma dupla utilização: atender à família nuclear dos ex-escravos — modelo adaptado da sociedade brasileira — e, por vezes, a familiares de passagem, estes inseridos no modelo da família extensa tradicional. A casa brasileira, originalmente construída para moradia dos ex-escravos que regressaram à terra natal, aos poucos passou a ser sinal de prestígio no espaço iorubá, garantindo uma atividade rendosa aos pedreiros, carpinteiros, marceneiros — ofícios aprendidos no Brasil —. Seu traçado levou em conta a necessidade de adaptação à família extensa iorubá. Há alguns anos atrás tive ocasião de visitar a casa do Obá Iyola Oyewele, em Osogbo, tendo-me ficado patente a adaptação do traçado da casa à família extensa, incluindo o aproveitamento dos anexos.

A antiga residência colonial, de origem portuguesa, acabou se disseminando no espaço iorubá através dos *brasileiros*. A casa de traçado simétrico é comum, não só no *Brazilian Quarter* como em todas as cidades iorubás. Mariano observa que se a planta for reduzida às suas linhas elementares *“obteremos uma estrutura quadrangular com uma área central. Em dois de seus lados estão os quartos e nos outros dois estão colocadas uma ou duas varandas, que fecham o todo. Este espaço central às vezes torna-se simplesmente um corredor, quando a casa é geminada, ou um acesso para a escada, quando se trata de um sobrado. Por outro lado, se a casa for pequena e térrea, temos apenas a metade da planta”*

A forma quadrangular ou retangular que a casa iorubá apresenta, por oposição ao traçado negro-africano, de natureza circular, creio que se deva, possivelmente, a uma influência árabe-berbere, desenvolvida na chamada cidade/Estado, na confluência do comércio com o norte da África.

O traçado como o descrito privilegia as áreas sociais ou de uso comum. No corpo da casa, uma varanda extensa, local de convívio e de uso comum, liga os vários espaços. A cozinha, por vezes instalada numa ala autônoma no primeiro piso, surge como um prolongamento da casa, não se apoiando na estrutura central da construção. A varanda e a sala de refeições (por vezes a varanda serve de sala de refeições), principalmente a primeira, tomam lugar de destaque. A varanda, seja qual for o seu tipo, o corredor ou os corredores e o *hall* interior, colocado no topo da escadaria, na parte central da casa — quando a es-

cada se situa no interior da construção —, constituem-se em espaços comunicantes da maior importância. A varanda é um local privilegiado da vida familiar e social. A divisão do espaço social reflete a dupla função da casa: lar e local de trabalho, comércio propriamente dito e escritório, onde se recebem as pessoas envolvidas nas atividades comerciais, sociais, políticas etc. A casa é o centro de todas as atividades, inclusive de natureza religiosa. Não é raro encontrar alguma dependência, ou algum anexo, ocupado com elementos do culto dos antepassados.

A casa brasileira, que ora apresenta um traçado quadrangular, ora retangular, transformou-se, de certo modo, em um *compound* iorubá, de menor dimensão, reproduzindo suas funções principais. Surgiram novidades, como o aumento do número de janelas, das águas-furtadas verdadeiras ou falsas — para efeito da aeração da casa —, onde a falsa janela é coberta por venezianas ou treliça. Os quartos de dormir passam a ter uma maior dimensão e o seu acesso passa a ser feito através de uma porta ao invés de um pequeno corte na parede — solução tradicional — que, dada a sua pequena altura, obrigava os moradores a se agacharem para penetrar nesse espaço.

Os traços comuns que surgem nas duas arquiteturas devem-se também ao fato de que os “*pedreiros construtores e os artesãos brasileiros*” desenvolveram um processo geral da própria arquitetura iorubá, levando adiante, porém na mesma direção, o que já haviam feito os construtores iorubás. Assim, seguindo a inclinação destes últimos, os profissionais *brasileiros* apenas reorganizaram a casa patriarcal brasileira colonial em um *compound*, numa *nova* casa urbana. Eles transformaram a casa patriarcal brasileira colonial em um “*compound iorubá coberto e em miniatura*”. O traçado da casa dos muçulmanos e dos católicos era semelhante. Nas casas dos muçulmanos era usual a utilização de gesso e, mais tarde, de cimento em moldagens de motivos abstratos, com uma certa tendência ao fantástico, linhas fundamentais da representação artística do islão. Os detalhes das fachadas dos edifícios, fotografados por Pierre Verger, mostram claramente os elementos decorativos ao gosto islâmico — dispostos ou não de forma geométrica — e elementos da natureza, apresentados através de fórmulas mais ou menos abstratas.

Utilizando o gesso e o cimento, as fachadas das casas, em geral, ostentam decorações variadas simbolizando o poder de seus moradores, pondo em relevo a importância da burguesia mercantilista nascente (o leão) face ao poder tradicional da realeza iorubá (o tigre). O leão esculpido ou trabalhado em gesso ou em cimento, ocupando um espaço significativo na parte superior do balcão da fachada principal ou encimando a moldura da porta principal, surgiu como um símbolo

heráldico do morador da casa. Roger Bastide, em um antigo e pequeno artigo: *O leão do Brasil atravessa o Atlântico*, afirma que o leão “*tornou-se uma função de desforra (o antigo escravo, ao mudar de lugar, tornou-se por sua vez o senhor, e conseqüentemente, beneficiário dos mesmos símbolos de distância social dos quais, no Brasil, os brancos eram os únicos proprietários) e também uma função de significado de status de superioridade, ao servir para distinguir o brasileiro enriquecimento do iorubá tradicional*” (Bastide, 1973, p. 377-384).

A metamorfose do leão — do espaço africano para o Brasil e deste novamente para o mundo iorubá, o felino já “*cabocalizado*” *deitado com a cabeça de lado* — a que Bastide fez referência, reportando-se a uma série de artigos do saudoso Lourival Gomes Machado, é um exemplo claro das mudanças, da alteração do sentido de uma relação no decurso da longa diáspora africana/iorubá nas Américas e, posteriormente, na volta à terra natal.

Não é só a casa como um todo que se expande no espaço iorubá (Nigéria e região litorânea da República Popular do Benin). Constatase também a difusão de certos elementos isoladamente, tais como portas e janelas almofadadas, venezianas, treliça, vidros, balcões de ferro etc., assim como móveis — materiais em parte importados —. Por imposição do mercado inglês, o chamado ferro enrugado, ou folhas zincadas, passou a ser utilizado como elemento do telhado, substituindo a telha de origem brasileira. A utilização do ferro batido na feitura de grades de proteção, a par da importação de balcões, vindos de Salvador, colocados externamente nas janelas da casa, expandiu uma arte, de tradição portuguesa e brasileira, por vezes adaptada à estética iorubá ou muçulmana, através de arranjos artísticos, visíveis não só nas grades, mas também nos balcões em ferro, de apurada concepção estética. A fabricação de móveis constitui-se também num exemplo marcante da presença dos artesãos *brasileiros*. Mesas, camas, armários, papelerias, assim como as escadarias com grades laterais torneadas, difundiram-se rapidamente. O uso deste mobiliário tornou-se símbolo de poder. A utilização de louça branca antiga a par de baixelas da Companhia das Índias, estas introduzidas pelo comércio inglês, assim como o uso de talheres de prata e alpaca ou com cabos de madreperla, despertou-me a atenção, quando da visita a casas do *Brazilian Quarter*, em Lagos e em Porto Novo. Recordo-me que numa casa em Ouidah, uma pequena cidade do Benin, que cresceu em torno do antigo forte de São João Batista de Ajudá, construído pelos portugueses, fui surpreendido pela gentileza do casal hospedeiro, que conseguiu por empréstimo junto a outra família uma toalha rendada de origem brasileira, assim como talheres e copos que, segundo explicaram, pertenciam a uma família de descendentes de *brasileiros* mora-

dores no vizinho Togo. A baixela pode ser tomada como instrumento de duplo prestígio: no plano do social e no plano da identidade.

A Religião como Referência Social

O estudo da comunidade *Brasileira* de Lagos como grupo de referência católico, está muito bem colocado por Mariano Carneiro da Cunha. Por sua vez, Manuela Carneiro da Cunha aprofunda e amplia o tema em um outro trabalho (Cunha, Manuela, 1985) da maior importância, em que coloca em relevo, na introdução, o papel da religião — o catolicismo — como elemento diferenciador na perspectiva do processo da identidade cultural. A análise elaborada por Manuela Carneiro da Cunha é, no campo da problemática da identidade cultural, um trabalho de grande abrangência que abre toda uma série de pistas. O núcleo dos *brasileiros* foi ainda objeto de outros estudos do maior interesse⁽¹⁾

Ser católico constitui-se numa marca, para usar a feliz expressão de Oracy Nogueira, dos ex-escravos: uma identidade contrastiva, variável ponderável da referência social. O catolicismo como elemento diferenciador oscilou entre uma formação religiosa mais profunda e o catolicismo popular, o mais comum. A maioria dos missionários que escreveram sobre o assunto põe em dúvida a formação religiosa dos *brasileiros*. É possível, até, que a forma popular desse catolicismo tenha até ajudado os ex-escravos na busca de sua identidade, a integração mais fácil com a sociedade local. Face à impossibilidade de se integrar ao grupo do colonizador europeu, de se diferenciar pelo uso do português que, como língua de ensino, foi proibida pelas autoridades coloniais em 1882, tende a voltar a ser um iorubá e participar da Nação iorubá-nigeriana, esta anterior ao Estado (nigeriano), já numa perspectiva em que se extrapola o conceito étnico. O ex-liberto sonha com uma referência de *brasileiro*, em termos de categoria social em relação ao meio étnico, mas acaba por optar por um nome iorubá. Essa integração, última fase do processo, ocorre já num momento em que o comércio e a agricultura de exportação com a metrópole se encontram em fase de expansão: surge aí uma burguesia iorubá bi-

(1) TURNER (1975), historiador e pesquisador norte-americano, também ofereceu uma boa contribuição em relação aos ex-escravos que voltaram e se estabeleceram na região do Benin. Para o estudo das relações em função do tráfico, a obra de VERGER (1968) é central.

Do outro lado do Atlântico também começam a surgir estudos sobre o assunto, entre os quais o de AJAYI (1965), professor de História em Ibadan. Um trabalho, ainda não publicado, mas da maior importância e que merece ser destacado, analisando as relações entre o Brasil e a África Ocidental, é o do embaixador Alberto da Costa e Silva.

língua (iorubá e inglês) ligada ao comércio, à agricultura e, posteriormente, a serviços e à burocracia colonial. Num primeiro momento desenvolve uma referência dentro do próprio grupo e, mais tarde, integra-se a partir da sua posição financeira à nascente burguesia local e, pela ilustração, à chamada elite moderna ilustrada iorubá. É neste período que surgem indivíduos portadores de diplomas de cursos superiores, boa parte realizados na Inglaterra e, no caso dos moradores na região do Benin, na França. Esses indivíduos, além da língua natal, falam o inglês ou o francês e, em parte, guardam algumas expressões em português. Através da adoção de nomes iorubás, os *brasileiros* aproximaram-se de uma identidade genuinamente africana. Com o aprendizado do inglês e, de certo modo, do francês, aumentaram a oportunidade de dinamizar a atividade comercial, quer como pequenos importadores, exportadores e transportadores, quer como intermediários das casas comerciais inglesas, a par da importância que a língua do colonizador teve em termos da formação dessa elite que passou a ocupar um espaço importante, primeiro como auxiliar da administração colonial e, mais tarde, como núcleo nacionalista participativo no processo da independência. Os *brasileiros*, os *estrangeiros*, acabaram, ao longo do tempo, por se integrar à identidade nigeriana.

Um segmento que precisaria ser pesquisado é o dos *brasileiros* muçulmanos, quer nas suas relações com o meio nigeriano, quer nas suas relações com os *brasileiros* católicos. Os *brasileiros* muçulmanos foram, igualmente, excelentes construtores, atividade a que associaram numerosos muçulmanos locais. É digno de nota o fato de que os *brasileiros* muçulmanos construíram a sua mesquita principal, a *Brazilian Mesquite*, de acordo com o padrão de construção popular brasileiro, enquanto que na construção de outras mesquitas, encomendadas pela comunidade muçulmana nigeriana, seguiram um padrão diferente, de acordo com o estilo mais aproximado do árabe. Esta constatação registra-se também em relação à catedral católica, a *Holy Cross* construída por *brasileiros*, por encomenda da comunidade católica e erguida fora dos limites do *Brazilian Quarter*. A catedral, de gosto discutível, e misturando vários estilos, não segue o padrão nem o estilo brasileiros. Enquanto o padrão e o estilo da casa se mantêm, independentemente da origem de quem a encomendou, nas construções de templos fora do espaço dos *brasileiros*, seguem-se outros estilos, a mesquita arabizante e a igreja ao gosto britânico.

Um outro fato curioso que merece esclarecimento refere-se à designação de "*Portuguese Town*", estampada na planta da cidade de Lagos, 1887. reproduzida na obra de Mariano, à página 43.

A Elite e o Artesão

Os *brasileiros* são apontados por boa parte dos autores como integrados a um núcleo social que, de certo modo, podia ser tomado como uma burguesia nascente. A análise deste segmento da população envolve necessariamente a pesquisa das atividades rentáveis, que permitiram o estabelecimento do grupo e sua expansão. Qual a dimensão da sua força de trabalho? Qual o seu capital inicial? Como se reproduziu o seu capital?

A situação financeira dos ex-escravos, ao sair do Brasil e ao entrar na Nigéria, não foi ainda devidamente pesquisada de modo a se estabelecer um quadro mais claro. Vários autores se referem ao patrimônio dos ex-escravos mas, preferencialmente, já depois de estabelecidos no espaço iorubá. Disposições testamentárias e documentos relativos a transações imobiliárias são relativamente comuns. Contudo, subsiste a indagação original: com que capital se deu o estabelecimento dos ex-escravos? Como foram constituídos os capitais iniciais? Como foram constituídos e transferidos os aforros do Brasil? Como se desenvolveu o comércio entre o Brasil e os portos africanos e qual o papel dos ex-escravos e de seus familiares? De certa forma, estas questões estão, na sua maioria, sem resposta ou insuficientemente tratadas. O embaixador Heráclito Lima, antigo representante do Brasil em Lagos que, além de diplomata é um pesquisador atento lança, com base em evidências, uma hipótese interessante: a da existência de contrabando de ouro brasileiro, o que explica em parte o interesse na armação de navios envolvidos nessa rota que, só com o comércio do tabaco (rolos de fumo), aguardente — os itens mais citados — além de outros produtos, como alguns materiais de construção, não justifica, aparentemente, os custos da armação. Recentemente conheci uma outra pesquisadora que está centrando sua pesquisa em torno da exportação de pedrneiras, o que põe em evidência o problema da exportação de armas ou de componentes fundamentais. As relações com o continente africano estão envoltas na tradição de uma política de sigilo, de boa tradição portuguesa, princípio que se registra desde o chamado período das descobertas.

O comércio brasileiro, sua expansão e declínio, envolvendo portos brasileiros e africanos, precisa ser pesquisado de modo sistemático de forma a permitir o avanço seguro da historiografia. No plano do espaço iorubá cremos que se torna necessário aclarar se o declínio do comércio com o Brasil se deve à integração dos *brasileiros* à sociedade local no contexto do espaço colonial britânico. Seria importante aprofundar e comprovar a hipótese levantada por Heráclito Lima relativa ao contrabando de ouro. Concluir que a abolição do tráfico de

escravos levou a uma extinção automática do comércio entre as duas costas é, de certo modo, uma simplificação.

Acreditamos que o ofício aprendido no Brasil foi fundamental em termos do processo de implantação do segmento *brasileiro*, a par de outras causas. Graças aos ofícios — pedreiro, carpinteiro, marceneiro, entalhador etc. — foi possível a esse segmento da população empresariar a construção civil num período de expansão do comércio em geral, contribuindo também para isso o surgimento de uma categoria ligada ao desenvolvimento da agricultura do cacau, a par dos produtos tradicionais e das oleaginosas, que passou a confiar aos *brasileiros* algumas de suas construções. De certo modo os *brasileiros* foram seguidos pelos *cubanos* (ex-escravos vindos de Cuba) e pelos *saros* (africanos libertos pela Marinha de Guerra Britânica a bordo de navios negreiros e que foram desembarcados na Serra Leoa, de onde foram enviados para Lagos). Estes, em boa parte, aprenderam ofícios trabalhando como mão-de-obra nas construções. Como grupo de referência não chegaram a ter a importância atribuída ao segmento *brasileiro*.

A qualidade de artesão, trabalhando como pedreiro, carpinteiro, marceneiro etc., parece-me fundamental como fator aclarador do processo sócio-econômico. Mariano Carneiro da Cunha dá alguns exemplos de pais que insistiam que os filhos aprendessem um ofício, independentemente de sua formação intelectual, mesmo no caso de terem feito cursos superiores na Europa. Este passo parece-me significativo. A qualificação de artesão, o domínio das técnicas, tornaram-se cada vez mais importantes na medida em que a sociedade iorubá passou a reproduzir o gosto e incorporou a arquitetura brasileira como sinal de status. O modelo da casa brasileira extrapolou o núcleo *brasileiro* para se expandir por todo o espaço iorubá na Nigéria, no Benin, no Togo e, mesmo, fora do espaço étnico iorubá, como é o caso de núcleos urbanos *ibos*, onde se registra, embora em número reduzido, a construção de casas segundo o modelo brasileiro. A reprodução da casa, símbolo de status, num período de mudança social e política, determinou uma enorme valorização da profissão. Esta funcionou, sem dúvida, como um elemento da maior importância na formação do aforro, a par das atividades comerciais. OLINTO (1969), em *Casa da Água*, mostra como o domínio das técnicas, a construção de um poço de água potável no quintal da casa, foi determinante na formação da fortuna de uma família — essa família dirige atualmente a Associação dos Descendentes dos Brasileiros —, em Lagos, cidade construída em cima de pântanos e onde a água era um bem raro. A reprodução do trabalho foi fundamental para dar concretude ao segmento social dos *brasileiros* no espaço social nigeriano.

A casa (Aradeon, 1976, p. 38-44), elemento de ligação de duas culturas, pois continha traços semelhantes em sua concepção fundamental, quer quanto à divisão, quer quanto à apropriação do espaço, foi não só o elemento visível e concreto de uma presença dos *brasileiros* e do Brasil, como ainda resultante ou produto do trabalho, o ofício, a concretude que firmou o segmento social caracterizado pela religião, no plano da identidade face ao mundo tradicional iorubá e ao setor urbano moderno, resultante da presença colonial britânica. A casa, em sentido amplo, quer de propriedade de *brasileiros*, quer de iorubás, constitui-se na reprodução de uma presença.

A casa foi residência e sede de comércio, elo de ligação do espaço *brasileiro* com o espaço iorubá tradicional e com outros espaços africanos localizados ao longo das rotas comerciais, com o comércio e a administração colonial inglesa e francesa.

Se o aprendizado da língua inglesa e francesa, esta no caso do Benin e do Togo, foi fundamental à elite letrada na sua inevitável integração temporal no espaço colonial, o traçado da casa brasileira, com raiz no colonial português e adaptada ao traçado do espaço social iorubá, captando o sentido de mudança, contribuiu para fixar um segmento social que desempenhou vários papéis convergentes — elite, burguesia de negócios, burguesia burocrática — assentada na reprodução do trabalho e no acúmulo dos aforros. A casa, de certo modo contribuiu, de um lado, para fixar uma imagem do além-Atlântico — uma conquista real no plano do imaginário — e, de outro, como elemento de afirmação e resistência face às imposições naturais de um espaço colonial em mutação, contribuindo para dar sentido e especificidade, numa primeira fase, ao processo de uma identidade política.

A “*máscara iorubá*” representação de um passado, fixando o herói, misto de ser vivo e antepassado, ressurgem num traço com significados vários que fixa na argamassa a representação do trabalho. O leão, “*caboclizado*”, forma de representação social que suplantou o tigre, ligado à tradição local na perspectiva da afirmação social do liberto, simboliza agora uma relação de natureza diferente. A dimensão da realidade alarga-se. A casa, a par de guardar reminiscências das referências sociais dos “*outros*” passa a incorporar e dar significado ao trabalho livre.

Referências Bibliográficas

- 1 — AJAYI, J. F. A. de. *Christian missions in Nigeria 1841-1891: the making of a new elite*. London, Longman, 1965.

- 2 – ARADEON, David. Architecture. In: BIOBAKU, Saburi O. *The living culture of Nigeria*. Lagos, Thomas Nelson, 1976. p. 38-44.
- 3 – BASTIDE, Roger. O leão do Brasil atravessa o Atlântico. In: *Estudos Afro-Brasileiros*. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- 4 – CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- 5 – CUNHA, Mariano Carneiro da. *Da senzala ao sobrado: arquitetura brasileira na Nigéria e na República Popular do Benin – From slave quarters to town house: Brazilian Architecture in Nigeria and People's Republic of Benin*. São Paulo, Nobel/EDUSP, 1985.
- 6 – OLINTO, Antonio. *A casa da água*. Rio de Janeiro, Bloch, 1969.
- 7 – TURNER, R. Michel J. *Les brésiliens*. Boston, Boston University, 1975. (tese de doutoramento).
- 8 – VERGER, Pierre. *Flux et reflux de la traite des nègres entre le golfe du Bénin et Bahia de Todos os Santos du dix-septième au dix-neuvième siècle*. Paris/La Maye, Mouton, 1968.

FICHA CATALOGRÁFICA

MOURÃO, F. A. A. Da Serizala ao Sobrado: sentidos e metamorfoses de uma migração Atlântica. **Revista da Universidade de São Paulo**. São Paulo, (5): 79-89, jun. 1987.

O TRIBUNAL DA INQUISIÇÃO EM PORTUGAL*

Anita Novinsky⁽¹⁾

A instituição do Tribunal da Inquisição em Portugal foi obra de um jogo entre os interesses da Igreja e os do Estado

Há 450 anos, no dia 23 de maio de 1536, uma Bula do papa Paulo III instituiu em Portugal o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição. Na passagem dos quinhentos anos do estabelecimento desse mesmo Tribunal na Espanha, realizaram-se nesse país (Cuencas, Toledo, Madri) e no estrangeiro (Nova Iorque, Copenhagem) diversos congressos, simpósios, encontros, exposições, cujos trabalhos e catálogos já foram publicados. Em Portugal e no Brasil sentiu-se a necessidade de lembrar também esse fenômeno histórico, de tão largas consequências para o Reino como para a colônia brasileira, e as universidades de São Paulo e de Lisboa, conjuntamente com as sociedades Portuguesa e Brasileira de Estudos do Século XVIII, programaram um congresso internacional, a realizar-se em duas fases — fevereiro de 1987 em Lisboa, e em maio de 1987 em São Paulo, acompanhado de diversos eventos paralelos. Para essas reuniões científicas foi obtido o apoio de entidades oficiais, tanto no Brasil quanto em Portugal. É interessante, pois, lembrarmos, mesmo que sucintamente, a longa luta que se travou entre o rei de Portugal, d. João III, e a Cúria Romana, para se introduzir nas nações ibéricas um Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, cujo radicalismo e técnicas empregadas absolutamente não condiziam com as tradições de Espanha e Portugal. O Estado adotou, então, uma política de rigoroso controle social, utilizando como ideologia a religião católica.

D. João teve que empregar toda sorte de manobras políticas para alcançar os objetivos que lhe permitiriam centralizar o poder político e religioso nas mãos da Coroa. Lutou com o Vaticano trinta anos, antes que obtivesse de Roma a Bula definitiva para estabelecer o Tribunal da Inquisição em Portugal. Durante todo esse período de negociações, a balança a favor ou contra o estabelecimento do Tribunal se inclinava conforme o peso das ofertas dos ricos judeus mercadores de Lisboa.

(1) *Doutora em História, é professora de História do Brasil na Universidade de São Paulo, e autora, entre outros, do livro "A Inquisição" (Ed. Brasiliense).*

Texto reproduzido, com permissão da autora, do Suplemento Folhetim nº 536 — Folha de S. Paulo, 15 de maio de 1987.

Para certos autores modernos, a existência da Inquisição foi uma das causas que levou à decadência das nações peninsulares, mas preferimos repetir com o saudoso amigo e professor, Joaquim Barrodas de Carvalho, que tão profundamente estudou a Renascença portuguesa, que o estabelecimento da Inquisição foi um sintoma de uma decadência já em curso.

A partir dessa data, a política, a cultura, a sociedade, desviam-se cada vez mais dos rumos que tomaram as nações européias, mergulhando Portugal num obscurantismo tão profundo que, com exceção de alguns períodos, continuou até a Revolução de 25 de abril de 1975.

A necessidade de repensarmos o fenômeno da Inquisição em geral torna-se ainda mais premente se prestarmos atenção às tendências da historiografia contemporânea, que, mesmo procurando dar a seus trabalhos um cunho científico e de objetividade, tenta minimizar a sua ação, tanto em termos político-econômicos como em violência e crueldade. Um artigo publicado recentemente no suplemento **Cultura**, de **O Estado de S. Paulo** (16/3/86), traduzido da revista francesa **Commentaire** com o título "*A Outra Face da Inquisição*" de autoria de John Tedeschi, é um exemplo dessa tendência.

O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, em Portugal, diferentemente dos tribunais medievais, foi introduzido exclusivamente para fiscalizar e punir os descendentes de judeus que haviam sido convertidos à força ao catolicismo, e sob suspeita de praticar a religião judaica. Foi gradativa a ampliação de seus objetivos até abarcar diversos tipos de comportamento e crenças. As heresias em matéria de fé juntaram-se feitiçaria, bruxarias, sodomia, bigamia, blasfêmias, proposições, desacatos e problemas diversos de sexualidade.

Mas tanto em Portugal quanto no Brasil, esses *crimes menores*, como são chamados pelos historiadores espanhóis, foram insignificantes em comparação com os crime contra fé. Não me refiro aqui à questão dos números, mas à gravidade da heresia judaica e à importância que os inquisidores lhe conferiam. Apenas para dar um exemplo, a sentença que recebiam os cristãos-novos acusados de judaísmo era, na maior parte das vezes, "*carcere e Hábito Penitencial Perpétuo*", enquanto os cristãos-velhos recebiam penas brandas. E só cristãos-novos no Brasil tiveram sentença de morte na fogueira.

Igreja x Estado

Tem-se perguntado muitas vezes qual foi o papel de Roma no desenrolar desse processo. Seria difícil responder em poucas linhas, visto que a atitude do clero católico variou conforme o tempo e o

espaço. No momento de seu estabelecimento, porém, os diversos papas que acompanharam as negociações com Portugal não apoiaram facilmente os ideais do monarca português, e não foram também membros da Igreja Católica os que clara e abertamente se expressaram a favor da política religiosa de d. João III. O papa Clemente VII, por exemplo, apesar de sua má fama, tudo fez para favorecer os judeus perseguidos, assim como também os bispos Diego Pinheiro, de Funchal, e Fernando Coutinho, de Silves. Era unânime a opinião desses prelados de que não podiam ser considerados súditos da Igreja aqueles que foram forçados a aceitar uma fé imposta através da violência e que, ainda que em matéria de fé, não devia haver coerção. Ante o clima de terror que se lançou sobre a sociedade portuguesa, principalmente sobre os descendentes de judeus, ameaçados continuamente de serem presos e acusados de judaísmo, o papa Clemente VII emitiu um *"Breve de Perdão Geral aos Cristãos-Novos"* (7 de abril de 1533). Tomando conhecimento desse *"Breve"* d. João III, enfurecido, tentou comprar a sua anulação através de seu embaixador em Roma.

O papa, contudo, manteve-se inabalável. Ao contrário, encaminhou o *"Breve"* para avaliação dos célebres juristas da Universidade de Bolonha, e tanto Valo como o futuro cardeal Parisio emitiram dois relatórios nos quais apoiavam e defendiam os cristãos-novos, e aprovavam o perdão papal. Representantes portugueses tentaram argumentar, chegando mesmo a desacreditar o papa, alegando que se Sua Santidade não considerava os batizados à força cristãos, mas judeus, com que direito os empregava em cargos eclesiásticos, e como podia, em sua posição apostólica, absolvê-los (Kayserling, 1971, p. 169). O próprio imperador Carlos V tentou intervir em favor de seu cunhado d. João, mas não conseguiu remover a decisão de Clemente, nem a opinião da maioria dos cardeais. A corte de Roma manifestava-se então totalmente favorável aos cristãos-novos.

D. João III, membros da Igreja aliados a ele e nobres, não deram ouvidos nem às ordens do papa, nem às suas Bulas nem aos seus Breves, e os portugueses foram gradativamente condicionados pela propaganda oficial. O rei colocou sua máquina em funcionamento e organizou a sua inquisição nos moldes espanhóis.

O conflito entre a hierarquia eclesiástica e os representantes do Estado não é um fenômeno exclusivo de nossos dias.

D. João, recusando-se a obedecer ao papa, foi ameaçado de excomunhão, e teve de esperar até a morte de Clemente para estabelecer o Tribunal do Santo Ofício em Portugal e colocar em funcionamento seu aparelho burocrático, que nublou todo o império português du-

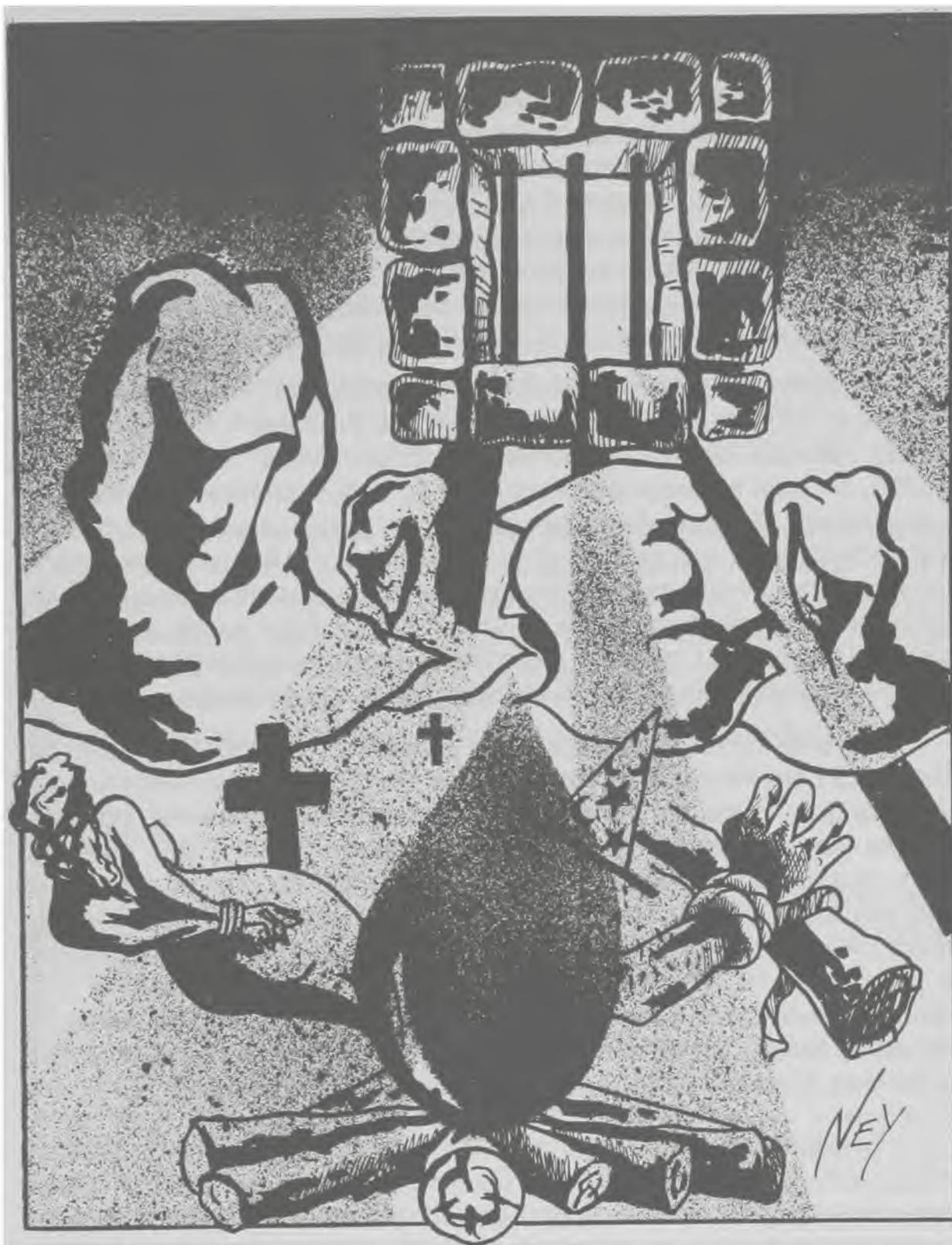
rante mais de dois séculos. Ainda no leito de morte, Clemente VII insistiu para que se publicasse a Bula de Perdão aos cristãos-novos judaizantes perseguidos em Portugal e, segundo Kayserling, esse foi o mais belo monumento que ergueu para si próprio (Kayserling, 1971, p. 167).

Paulo III foi empossado em 13 de outubro de 1534 e inicialmente também se opôs ao estabelecimento do Tribunal. O conflito entre a corte portuguesa e o Vaticano acirrou-se ainda mais. De um lado, o imperador Carlos V, na própria carta de congratulações que enviou ao novo papa, pediu-lhe que suspendesse a Bula de Perdão concedida por seu antecessor aos *suspeitos* de judaísmo e, de outro lado, agentes portugueses trabalhavam em Roma para convencer Paulo III da necessidade do Tribunal.

O papa convocou uma comissão, constituída pelos cardeais Jeronimo Ghinucci e Jacobo Dimonetta, e as conversações estenderam-se durante semanas sem que chegassem a um acordo. O cardeal Ghinucci, que havia sido embaixador em Castela, perfeitamente consciente das crueldades operadas pela Inquisição espanhola, recusou-se a aceitar os argumentos do representante português, chegando mesmo a defender os cripto-judeus no livro **Auditor Camerae est Suspectissimus in Ista Causa tum quia Fuit Advocatus Praedictis Conversis, tum quia Scripsit pro Eis et Consilium Ecit Stampare** (Kayserling, 1971, p. 172 nt. 13).

Ante a ordem expressa de Paulo III para que a Bula de Perdão de Clemente VII fosse publicada, os agentes portugueses, assim como o próprio rei, iniciaram toda sorte de difamações contra os mais honrados homens da Cúria, entre eles o próprio Ghinucci. D. João III, querendo vingar-se, utilizou toda sorte de intrigas contra o papa, para provar a legalidade de seus propósitos. Mandou ainda prender um certo número de cristãos-novos, negando-se a obedecer às ordens do mais alto dignatário da Igreja.

A Bula de Perdão, contudo, já tinha sido publicada em todo o país, mas sem que o rei dela tomasse conhecimento. Paulo III, enfurecido ante as difamações, exigiu que a Bula fosse obedecida rigorosamente e procurou favorecer os perseguidos, exigindo que fosse anulada a lei de 14 de junho de 1532, que proibia a saída dos cristãos-novos de Portugal. A persistente atitude do rei de Portugal, de impedir os cristãos-novos de deixarem o país, foi continuamente combatida pelo Sumo Pontífice e por clérigos da Cúria. Mas d. João III tinha um alvo claro: perseguir os cristãos-novos e obrigá-los a permanecer no país.



Ovos de ouro

Os portugueses, por sua vez, tentaram todos os meios para impedir que o Tribunal fosse estabelecido em sua pátria. Dois cristãos-novos, Tomás Serrão e Manuel Mendes, dirigiram-se a Roma para representar seus correligionários, e ofereceram ao papa uma recompensa de trinta mil ducados, caso proibisse o estabelecimento da Inquisição

como instituição autônoma. Pediram ainda que todos os crimes relacionados com questões de fé fossem julgados por tribunais civis, que os processos só fossem aceitos no prazo de vinte dias após o delito, que ao preso fossem comunicadas imediatamente as razões da acusação, que não se aceitassem testemunhos de escravos, desclassificados, cúmplices, que não fossem instaurados processos contra falecidos, que se permitisse aos réus a livre escolha de advogados e procuradores assim como o direito de apelar a Roma, que o confisco de bens fosse suspenso e que em qualquer época, com todas as suas posses, tivessem liberdade de abandonar Portugal (Kayserling, 1971, p. 174-75).

D. João III, cada vez mais indignado, renovou propositalmente a lei que proibia os cristãos-novos saírem de Portugal (14 de junho de 1532), ao que o papa respondeu com um Breve (20 de julho de 1535), no qual ameaçava de excomunhão todos aqueles que lhe desobedecessem. Mas propôs ao rei um acordo: caso soltasse todos os presos e concedesse um perdão geral a todos os cristãos-novos acusados de judaísmo, tanto os encarcerados como os suspeitos, deixando-os partir de Portugal num prazo de um ano, concordaria com a introdução da Inquisição. Conceder aos cristãos-novos esta liberdade não respondia aos interesses do rei. E as negociações continuaram.

Durante trinta anos discutiu-se a questão do estabelecimento da Inquisição em Portugal e a liberdade de emigração dos cristãos-novos, demora que, como diz Poliakov, é facilmente compreensível, pois nenhuma das partes em causa desejava matar a galinha dos ovos de ouro, e a ameaça de uma Inquisição, bem mais do que uma Inquisição em exercício, permitia fazer cantar os ricos e industriais homens de negócios (Poliakov, 1984, p. 201). Insultado publicamente, o papa Paulo III promulgou uma Bula semelhante à de Clemente VII, na qual proibia qualquer condenação de cristãos-novos, independente de sexo, idade, posição, classe, e declarando livres todos que já haviam sido acusados de judaísmo (Kayserling, 1971, p. 176).

Enquanto os altos dignatários discutiam, a situação dos cristãos-novos em Portugal deteriorava. De ambos os lados, exigia-se continuamente que fornecessem fabulosas somas em dinheiro, e chegaram a ser ameaçados de um massacre caso não aumentassem seus donativos. Os banqueiros pertencentes à família Mendes ofereceram cinco mil escudos através dos agentes portugueses em Roma, mas assim que o rei tomou conhecimento dessa soma, imediatamente fez oferta semelhante. Carlos V que então se encontrava em Nápoles, intercedeu novamente junto a Paulo III, e desta vez acabou vencendo o mais forte. O estabelecimento da Inquisição foi autorizado.

Parece, contudo, que a decisão tomada pelo papa não o satisfaz,

e seus atos mostram que continuou inclinado à causa dos judeus portugueses. Estes contavam em Roma com amigos que o convenceram de que a Bula tinha sido promulgada de maneira ilegal e contra todos os direitos dos povos e dos homens, e que devia ser anulada. Os cristãos-novos elaboraram então um Memorial, no qual expõem os horrores do Tribunal e a maneira arbitrária com que eram tratados na própria pátria, pedindo que os deixassem sair e buscar abrigo "*entre povos menos cruéis*" Esse Memorial só foi descoberto no século XIX (Kayserling, 1971, p. 183). Milhares de processos que existem no Arquivo Nacional da Torre do Tombo comprovam sua veracidade.

Paulo III tinha conhecimento do que se passava em Portugal e alimentava por d. João enorme desprezo. Não lhe agradou a nomeação do cardeal Henrique para inquisidor-mor e tudo fez para proteger os cristãos-novos.

Os homens da Igreja, em Roma, também continuavam a alertar o papa sobre as atrocidades praticadas pelo Tribunal, e este renovou a nunciatura em Portugal, escolhendo Luiz Lipomano, bispo e coadjutor de Bergamo, para ocupar o cargo. D. João mostrou os inconvenientes dessa nova nunciatura e mandou que se informasse ao papa sobre as heresias que se alastravam pelo país, além do judaísmo e dos surtos messiânicos, e sobre o perigo de contágio dos cristãos-velhos.

Auto-de-fé

Enquanto isso, a Inquisição se fortalecia. Os autos-de-fé sucediam-se, e foram condenados portugueses em Lisboa, Évora, Coimbra, Lamego, Tomar e Porto. Muitos morreram queimados.

Em Roma nunca houve segredo sobre as intenções de d. João III, e tinha-se conhecimento de que a autorização do estabelecimento da Inquisição fora concedida por razões políticas. O papa procurou tomar uma série de medidas para alterar a Bula e ameaçou novamente o rei de excomunhão caso não deixasse os cristãos-novos sair do país. Mandou dizer-lhe ainda que tinham informações, através de seu nuncio em Portugal, Hieronimo Riconati Capodiferro, de que não foram razões de fé que o levaram a se interessar pela instituição do Tribunal, mas seu desejo de apoderar-se das riquezas dos cristãos-novos. O próprio Capodiferro acumulou enormes riquezas, ajudando-os a fugir. Quando um navio que transportava seus bens naufragou, o embaixador português comentou satisfeito: "*Não é sem razão que esse barco, carregado de despojos do sangue de Nosso Senhor Jesus e dos presentes ofertados por seus inimigos, soçobrou no mar*" (Herculano, 1975, tomo 2, p. 255).

Afinal a Cúria Romana acabou sendo comprada por dinheiro. O cardeal Farnese recebeu em pagamento o bispado de Viseu, além de uma renda anual de cerca de vinte mil ducados. O cardeal Santiquatro, velho amigo do rei, obteve uma pensão anual de mil e quinhentos cruzados e o cardeal Crescentiis uma pensão de mil cruzados. Ninguém trabalhou gratuitamente (Kayserling, 1971). Os portugueses cristãos-novos não conseguiram comprar a piedade de Roma e viveram sob a ameaça da Inquisição durante 285 anos. O Tribunal foi abolido em 1821, mas seus efeitos ainda se fazem sentir em Portugal – como no Brasil – em sua história, suas condições materiais de vida e sua mentalidade. O 1º Congresso Luso-Brasileiro, propondo uma abordagem científica e crítica da Inquisição, inicia uma nova fase na historiografia contemporânea.

Referências Bibliográficas

- 1 – HERCULANO, A. *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Lisboa, Bertrand, 1975.
- 2 – KAYSERLING, M. *História dos judeus em Portugal*. Trad. de Gabriela Borchard e Anita Novinsky. São Paulo, Pioneira, 1971.
- 3 – POLIAKOV, Leon. *De Maomé aos Marranos*. São Paulo, Perspectiva, 1984.

FICHA CATALOGRÁFICA

NOVINSKY A. O tribunal da Inquisição em Portugal. *Revista da Universidade de São Paulo*. São Paulo, (5): 91-98, jun. 1987.

INSALUBRIDADE: AINDA UM DESAFIO

Diogo Pupo Nogueira⁽¹⁾
Jorge da Rocha Gomes⁽²⁾

RESUMO: Após um rápido retrospecto histórico sobre a criação do adicional de insalubridade, é demonstrada a situação desse acréscimo salarial no Brasil. Demonstra-se que a concessão do adicional de insalubridade é uma atitude imoral e desumana que consiste, em última análise, na compra da vida e da saúde dos trabalhadores. Conclui-se pela necessidade de se substituir esse adicional por medidas que obriguem os empregadores a propiciar aos seus trabalhadores um ambiente de trabalho que não ofereça riscos à saúde destes.

ABSTRACT: After a brief revision of the origins of risk-money, the Brazilian situation is described. It is made clear that to pay to a worker an addition percentage of his salary due to the fact that he works in a place where his health or even his life is endangered, is an attitude both imoral and against the basic rights of humanity. It is concluded that such payment must stop and that a very rigorous legislation should be created as to force employers to offer to their workers conditions of work which will not affect health them.

O advento da Revolução Industrial teve, como uma de suas conseqüências, a exposição dos trabalhadores a riscos até então desconhecidos. Dessa forma, à medida que surgiam os riscos mecânicos, físicos, químicos e biológicos em diferentes locais de trabalho, também surgiam doenças até então desconhecidas, as *doenças ocupacionais*, muitas das quais de elevada gravidade. Tornava-se, pois, absolutamente necessária a adoção de medidas preventivas que evitassem tais agravos à saúde dos trabalhadores.

Enquanto a higiene, a segurança e a medicina do trabalho lentamente começavam a se preocupar com essas medidas preventivas, uma forma aparentemente mais rápida de realizá-las na prática foi o pagamento de um *adicional de insalubridade*, ou seja, o pagamento aos trabalhadores expostos a tais agentes de uma quantia adicional ao seu salário. Os que propugnavam por esse pagamento raciocinavam que o pagamento do adicional constituiria uma espécie de multa para os empregadores, levando-os a adotar medidas técnicas de proteção à saúde dos trabalhadores.

Tal multa, cujo montante reverteria para o próprio trabalhador que sofria as conseqüências das condições inadequadas de trabalho, deveria resultar em melhor alimentação, melhores condições de habitação e de lazer, ou seja, uma qualidade de vida que o tornaria mais

(1) *Chefe do Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública – USP.*

(2) *Professor Assistente Doutor do Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública – USP.*

apto a se defender dos agentes agressivos do seu meio de trabalho. Como se verá adiante, o adicional de insalubridade nem levou os empregadores a uma política de correção das condições insalubres e não melhorou em nada as condições de vida dos trabalhadores.

O pagamento desse adicional mostrou-se, na Europa, totalmente ineficaz. Estudos posteriores de toxicologia ocupacional evidenciaram que mesmo uma dieta extremamente rica, que o adicional de insalubridade não punha ao alcance do trabalhador, não aumentava a resistência dos trabalhadores frente às doenças ocupacionais; por outro lado, os empregadores frente à alternativa de pagar o adicional ou tornar salubres os locais de trabalho, escolhiam a primeira alternativa por ser menos onerosa e mais facilmente inserível no preço da mercadoria produzida.

Por outro lado, uma situação de particular gravidade ocorreu, principalmente nos países em desenvolvimento, onde os baixíssimos salários levavam os trabalhadores a aceitarem trabalhos em condições insalubres para poder aumentá-los. Os empregadores, por sua vez, não tinham maior interesse em esclarecer os trabalhadores sobre os riscos a que se expunham, desobrigando-se dessa obrigação mediante o pagamento de adicional de insalubridade.

O reconhecimento de que esse adicional de insalubridade em nada contribuía para a melhoria da saúde dos trabalhadores, levou os países europeus a aboli-lo, atitude que, mais tarde, foi adotada pela indústria norte-americana. Nesse sentido, SIMONIN (1956), grande conhecedor da Saúde Ocupacional, assim afirmava:

“Pensamos que o adicional dito de insalubridade é imoral e desumano; é uma espécie de adicional do suicídio; ele encoraja os mais temerários a arriscar a saúde para aumentar seu salário; é contrário aos princípios da Medicina do Trabalho e à Declaração dos Direitos do Homem: nenhuma consideração de ordem econômica deverá jamais compelir a um trabalho que implique o risco de comprometer a saúde de quem o realiza” (Os grifos são nossos).

A imoralidade de se pagar a um trabalhador para que ele trabalhe em condições de risco à saúde são claras nas palavras do ilustre mestre, o que levou à abolição do adicional de insalubridade praticamente em todos os países altamente industrializados.

No Brasil, porém, as coisas correram de forma diferente. Quando foi criado o salário mínimo na década de 40, desde o início verificou-se que o valor desse salário era bastante baixo. Para complementá-lo, os legisladores, lamentavelmente, criaram o adicional de insalubridade. Assim, afirmavam estes que “ *quando se tratar da fixação do salário mínimo dos trabalhadores ocupados em serviços*

insalubres, poderão as Comissões de salário mínimo aumentá-lo até a metade do salário mínimo normal da região, ou subzona” Nascia, assim, o adicional de insalubridade, que tantos malefícios iria causar aos trabalhadores nos anos que se seguiram.

Evidentemente, o risco à saúde dos trabalhadores que o adicional de insalubridade criava recebeu o repúdio de todos os que se dedicavam à Saúde Ocupacional. Em 1974, SUSSEKIND (1974) fazia notar que “ *na verdade a adoção do pagamento de um adicional de insalubridade deve ser apenas tolerado como decorrência de o Estado, atendendo sobretudo aos interesses do país, ser incapaz de impedir o funcionamento de atividades insalubres”* (Os grifos são nossos). Criticava-se, dessa forma, o governo federal que, por motivo estritamente econômico, tinha criado o adicional de insalubridade por crer ser muito dispendioso um programa de melhores condições de trabalho.

Também na Justiça do Trabalho, a quem competia a ordem de pagamento do adicional de insalubridade quando este era reclamado pelo empregado, algumas vezes faziam ouvir o seu protesto. Assim, CORRÊA (1974), juiz do Trabalho, afirmava:

“Parece-nos que a substituição dos meios capazes de proteger o empregado contra os efeitos da insalubridade por um simples pagamento adicional repugna a consciência civilizada e não se coaduna com um país que se orgulha das tradições cristãs e humanísticas de que está eivada sua história. Como diz o prof. Simonin, da França, ao pagarmos o adicional de insalubridade estamos sendo, antes de tudo desumanos e cruéis”

É ainda CORRÊA (1974) quem afirma que o pagamento do adicional “ *estabelece uma fuga legal para os maus empresários, indiferentes ao desgaste físico dos seus empregados, provocado pelo agente insalutífero. “ o que constitui, na verdade “ um homicídio a longo prazo”*

Não menos candente é a crítica de PUECH (1963) que, quando procurador da Justiça do Trabalho, assim afirmava:

“Sistema condenado pelos estudiosos – entre os quais sobrelevam os profs. Cesarino Junior e Alfredo Ruprecht – tornou cômoda a prática, hoje em dia generalizada, de deixarem os patrões descuidadas as suas instalações industriais, esperando que, afinal, reclamem os empregados o preço fixado em lei e em troca do qual estes lhe vendem anos de vida ou de saúde, na base de 10, 20 ou 40% de adicionais calculados sobre o salário mínimo, prática em torno da qual se arregimentam os sindicatos de trabalhadores, desta forma fazendo o ‘jogo dos patrões’, pois estes, quando não se

dispõem a organizar suas fábricas conforme as normas de higiene e segurança, já demonstraram à sociedade, nestes vinte anos de adicionais, suas preferências pelo odioso processo de compra da saúde dos trabalhadores''

Não obstante as palavras de PUECH serem de 1963, nem por isso influenciou patrões e trabalhadores. Estes continuam exigindo o pagamento de adicionais em lugar de exigirem boas condições de trabalho e os patrões continuam a fazer tal pagamento em lugar de tornar salubres seus locais de trabalho. Dessa forma, sabe-se perfeitamente o custo mensal da saúde e/ou vida de um trabalhador brasileiro, que é exatamente 40% de um salário mínimo.

Nos últimos anos, representantes dos trabalhadores estão modificando sua atitude frente à insalubridade, preferindo lutar por melhores condições de trabalho do que solicitar o pagamento do adicional. Cria-se, assim, uma nova atitude de oposição à *monetarização* do risco, que somente poderá ser devidamente apreendida pelos trabalhadores quando for-lhes indicados os riscos a que se expõem durante o seu trabalho e a absoluta necessidade de medidas preventivas em lugar de venda da sua saúde e da sua vida. No entanto, caso o trabalhador não estiver bem cômico desse posicionamento sindical, poderá estranhar por que seu sindicato não envida esforços no sentido de que ele receba o adicional; torna-se, pois, indispensável que a exemplo do que é feito em países altamente industrializados, seja feita uma cuidadosa educação do trabalhador no sentido de levá-lo a exigir dos seus empregadores condições salubres de trabalho, e não o adicional de insalubridade.

Uma nova legislação, que veio aumentar ainda mais o interesse dos trabalhadores pelo adicional de insalubridade, é a que regulamenta a *aposentadoria especial*. De acordo com que dispõem os artigos de 60 a 64, do Decreto nº 83.080, de 24 de janeiro de 1979, que aprova o Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, os trabalhadores que, contando com 60 contribuições mensais aos órgãos previdenciários, tenham trabalhado em determinadas atividades insalubres, terão direito a uma aposentadoria especial aos 15, 20 ou 25 anos de trabalho, conforme a atividade realizada, em lugar dos 35 anos de trabalho exigidos para os trabalhadores em geral. Em decorrência disso, aumentou muito o interesse dos trabalhadores em exercer suas atividades laborativas em ambientes insalubres, para poder aposentar-se mais cedo. Desconhecendo os riscos a que se expõem ou dando a eles mínima importância, estão dispostos a continuar trabalhando, mas pondo em risco sua saúde e sua vida. Com isso, poderão alcançar a aposentadoria especial almejada, mas não poderão gozá-la por serem portadores de sérios agravos à sua saúde; em casos extremos,

poderão não chegar nem mesmo aos 15 anos de trabalho, sendo vitimados por uma doença ocupacional antes de alcançá-los. Exemplo típico é o dos trabalhadores expostos a concentrações elevadas de poeiras contendo sílica livre; a pneumoconiose daí decorrente -- a silicose -- é uma doença que, uma vez iniciada, progride inexoravelmente e, dessa forma, seus portadores não viverão suficientemente para alcançar a aposentadoria especial que tanto almejavam. Outro exemplo é o de trabalhadores expostos a níveis elevados de ruído, que se aposentarão mais cedo mas portadores de surdez profissional irremediável.

Em outros casos, trabalhadores que vinham trabalhando há muitos anos em condições insalubres, quando a insalubridade se torna conhecida através, por exemplo, de uma perícia ou de uma fiscalização, procuram afanosamente comprovar tal situação para aposentarem-se mais cedo, recusando -- algumas vezes de maneira enfática -- que sejam adotadas medidas de neutralização ou eliminação da insalubridade para que não percam as vantagens de uma aposentadoria precoce.

Quando as condições de insalubridade não implicam em aposentadoria especial, é relativamente freqüente ver os trabalhadores se oporem à melhoria dos locais de trabalho para que não percam o adicional de insalubridade a que têm direito.

Uma só pode ser a solução desse grave problema: a substituição do princípio de pagamento do adicional de insalubridade pela adoção de medidas de higiene do trabalho que realmente possam impedir que o trabalhador apresente uma doença profissional. Essas medidas deverão ser impostas tanto pelos agentes governamentais de fiscalização como, e principalmente, pelos próprios trabalhadores. Em lugar de venderem suas vidas e saúde aos empregadores, por um preço ridículamente baixo, devem os trabalhadores propugnar, por todos os meios possíveis, pela eliminação de todo e qualquer risco de doença profissional a que estejam expostos. Por outro lado, os empregadores que não tomarem as medidas necessárias para neutralizar ou, preferivelmente, eliminar a insalubridade existente, devem receber severas sanções. Para que possam conhecer tais riscos, devem os trabalhadores ser alertados claramente sobre a natureza destes. Esse esclarecimento deve ser prestado, primeiramente, pelas entidades operárias mas, e também, pelos próprios empregadores: é o chamado "*direito de saber*", que vem sendo discutido em todo o mundo e que consubstanciou-se na Recomendação nº 171 (OIT 1986) e na Convenção nº 161 (OIT, 1986), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprovado em 1985. Os dois documentos são bastantes claros, como se verá a seguir.

O artigo 22 da Recomendação assim afirma:

- 22.1) Todo o trabalhador deveria ser informado, de maneira conveniente e adequada, dos riscos para a sua saúde que acarreta o seu trabalho, dos resultados dos exames de saúde a que tenha sido submetido e da avaliação do seu estado de saúde.
- 22.2) Todo o trabalhador deveria ter o direito de exigir que se corrija qualquer dado que seja errôneo ou que possa induzir a erro.
- 22.3) Os serviços de saúde no trabalho deveriam, além disso, assessorar individualmente os trabalhadores a respeito da sua saúde em relação ao trabalho.

Por outro lado, o artigo 13 da Convenção nº 161 diz que *“todos os trabalhadores deverão ser informados dos riscos que seu trabalho apresenta para sua saúde”*

Cabe ao Congresso Nacional referendar a Convenção, com o que criar-se-á para o trabalhador brasileiro o direito de saber exatamente os riscos que cada tipo de trabalho acarreta. Espera-se que, tomando conhecimento tanto por intermédio de órgãos de representação operária como pelos próprios patrões, dos riscos a que se expõem e da inutilidade de uma aposentadoria especial quando sua saúde e mesmo sua vida estarão totalmente prejudicadas, certamente preferirão os trabalhadores exigir condições hígidas de trabalho em lugar de exigir o pagamento do adicional de insalubridade, como já ocorre nos países altamente industrializados.

Como bem afirma RIBEIRO (1965), *“a supressão da insalubridade não apresenta, na quase totalidade das situações, problema insolúvel. O adiantamento técnico da Higiene do Trabalho, nos dias presentes, permite o planejamento e efetivação de medidas que garantam a salubridade do local de trabalho em face da grande maioria dos agentes potenciais de agressão”*

Quando a insalubridade não puder ser eliminada ou, pelo menos neutralizada, outras medidas podem ser adotadas. É ainda RIBEIRO (1965) quem as enumera: *“redução da duração da jornada de trabalho; a limitação, com ou sem redução da jornada de trabalho, do tempo de exposição a agentes nocivos; a proibição de horas suplementares de trabalho; as pausas intercalares (no decurso de cada período de trabalho) e interperiódicas (entre um e outro período de jornada); as pausas diárias (entre uma e outra jornada) e semanais. e as pausas anuais (férias) obrigatórias que, além de mais longas que as usuais, poderão, segundo o caso, serem concedidas com mais fre-*

qüência (semestrais, trimestrais etc.). Está claro que nenhuma redução se efetuará no salário normal da jornada, reduzida em consequência a estas prescrições, e que os dias de férias serão integralmente pagos como se de jornada de trabalho fossem”

Com a adoção dessas medidas poder-se-ia proteger eficazmente a vida e a saúde dos trabalhadores.

No que tange à aposentadoria especial, poder-se-ia mantê-la em função não da insalubridade existente, mas em face de determinados tipos de trabalho que, por exigirem demasiado de um trabalhador, levam a um desgaste físico ou psíquico maior.

Ainda uma palavra sobre o adicional de insalubridade. Quando da sua criação, o trabalhador exposto deveria receber um acréscimo igual até 50% de um salário mínimo. Legislação posterior atribuiu três *graus* de insalubridade, podendo os trabalhadores a estes expostos receberem 10, 20 ou 40% de um salário mínimo. Essa gradação de adicional é totalmente empírica e nenhum dado científico a justifica. Como bem diz RIBEIRO (1965), “ *a não ser no caso de exposição a altas concentrações de certos agentes nocivos em que, pela agudeza da ação, as consequências se interpretam mais como um acidente do trabalho do que como uma doença profissional, não nos oferecem a Toxicologia e a Patologia Profissional, em que pese todo o esforço perquiridor dos investigadores, dados seguros que permitem prever e graduar os efeitos das exposições crônicas. Dada a complexidade das variáveis envolvidas, ainda não atingimos essa perfeição em toxicologia profissional crônica. O máximo que se consegue são aproximações grosseiras do valor procurado”*

Dessa forma, portanto, o adicional de insalubridade, além de imoral e desumano, ainda atenta contra todos os princípios de higiene, segurança e medicina do trabalho ao estabelecer, sem qualquer base científica, a gradação dos riscos ambientais.

É pensamento do governo federal criar um Código do Trabalho, onde se incluíam toda a legislação trabalhista ora dispersa em vários documentos legais. Cabe, pois, nesse momento uma vigorosa campanha de esclarecimento sobre a problemática do adicional de insalubridade e, ao mesmo tempo, com exigências quanto à obrigação do empregador em propiciar aos seus trabalhadores um ambiente isento de riscos à saúde destes. Deve-se esperar que os sindicatos de trabalhadores, agora mais ativos e com maior liberdade, propugnem ardorosamente por esses dois objetivos, cuja aplicação irá garantir aos trabalhadores em geral uma vida longa e isenta de problemas de saúde.

Referências Bibliográficas

- 1 – CORRÊA, A.N. apud SUSSEKIND, A. et alii. *Direito do trabalho*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1974.
- 2 – ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. Conferencia Internacional del Trabajo. Recomendación sobre los servicios de salud en el trabajo, 1985 (Recomendación 171), Ginebra, OIT 1986.
- 3 – ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. Conferencia Internacional del Trabajo. Convenio sobre los servicios de salud en el trabajo, 1985 (Convenio 161), Ginebra, OIT, 1986.
- 4 – PUECH, L.R. Combate à insalubridade industrial. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 21 de abril de 1963.
- 5 – RIBEIRO, B.A. Conceituação e caracterização de insalubridade e suas implicações legais. *Arq. Fac. Hig. São Paulo*, 19: 79-90, 1965.
- 6 – SIMONIN, C. *Médecine du Travail*. Paris, Maloine, 1956.
- 7 – SUSSEKIND, A. et alii. *Direito do trabalho*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1974.

FICHA CATALOGRÁFICA

NOGUEIRA, D. P. & GOMES, J. R. Insalubridade: ainda um desafio. **Revista da Universidade de São Paulo**. São Paulo, (5): 99-106, jun. 1987.

Comentário:

Ensino de Massa e Ensino de Elite

por Elisa Woly nec e José Goldemberg

AS UNIVERSIDADES DE MASSA E A BUSCA DA EXCELÊNCIA

SCHWARTZ, L. *A Busca da Excelência*. In: CRE – Conferência de Reitores das Universidades Européias, 30ª reunião semestral. Copenhagem, Dinamarca, Abril, 1986. (CRE – INFORMATION nº 74)

Tradução de Elisa Woly nec

Buscamos a excelência e esta busca levanta, imediatamente, a questão da relação entre ensino de massa e ensino de grupo ou de elite. Historicamente, o ensino das massas nem sempre foi julgado indispensável e, se examinarmos as épocas passadas, somente uma parcela muito restrita da população recebia educação; dando-nos o direito de supor que se tratava da camada superior da sociedade, uma vez que, por exemplo, nos tempos da monarquia medieval, a aristocracia era pouco culta e os reis até analfabetos. Assim, Charlemagne que favoreceu no seu império o desenvolvimento das letras e das artes e a construção das escolas, era pouco instruído, pelo menos no início do seu reinado. A instrução era o atributo do clero e da Igreja.

Atualmente, praticamente todo mundo reconhece nos países avançados, bem como no Terceiro Mundo, que é necessário dispensar o máximo de formação e, no caso do ensino superior, ao maior número possível, tanto por razões humanísticas – a vida de uma pessoa culta é mais completa – quanto por razões econômicas, é toda a sociedade que precisa de pessoal suficientemente instruído. Por esta razão, em nossos países, as universidades de massa são indispensáveis, pois é para milhões que devemos dar formação. Os grandes desafios deste século não podem ser enfrentados se o nível de um grande número de cidadãos não for elevado. Esta é uma necessidade social, política e econômica.

A porcentagem de estudantes em nossos diferentes países oscila entre 2 e 5% do conjunto da população. Temos, por exemplo, 1 milhão de estudantes na França para 54 milhões de habitantes, portanto

em torno de 2%. Os Estados Unidos possuem a proporção mais elevada: 13 milhões de estudantes para, aproximadamente, 230 milhões de habitantes, ou seja, em torno de 5%. Isto significa que 13 milhões de jovens americanos, mesmo sem ter um nível igual, ao término do secundário, ao milhão de estudantes franceses, recebem um ensino superior em *colleges* ou universidades, de dois, quatro ou sete anos. A proporção da geração que tem acesso ao ensino superior varia entre 20 e 25% na França — há 25% de bacharéis — e a maioria entra na universidade. Nos Estados Unidos, esta proporção se situa entre 60 e 80%, conforme os Estados.

Isto implica em um financiamento considerável. O orçamento do ensino superior francês é, a título de exemplo, de 21 bilhões de francos, aos quais se somam ainda muitas outras despesas. O custo do estudante varia de alguns milhares — 5 mil francos para o estudante de letras — e muitas dezenas de milhares de francos — 25 mil francos para o estudante de ciências — dando uma média de 10 mil francos por estudante. É necessário, portanto, que o Estado e as famílias concordem em investir grandes quantias para a formação dos jovens. É certo que nesse sentido, os Estados Unidos, o Japão, e, acredito, a Escandinávia, estejam à frente de certos países da Europa. Essa despesa pode ser obtida de forma direta ou indireta. Onde existe a gratuidade total do ensino, é através dos impostos que a quantia necessária é auferida. Ao contrário, em países como os Estados Unidos, as famílias ou os próprios estudantes assumem uma grande parte das despesas, enquanto que, na Grã-Bretanha, uma solução intermediária consiste em os estudantes reembolsarem os gastos de estudos na maioria dos casos.

É necessário, portanto, democratizar o ensino superior, o que está longe de ter sido realizado: em todos os nossos países, um filho de operário ou camponês ascende com muito menos facilidade à universidade que um filho da classe alta. Há necessidade de um grande número de bolsas e empréstimos, de restaurantes e cidades universitárias, universidades acolhedoras, bibliotecas e salas de trabalho. O ensino distribuído a estudantes de preferências e níveis muito diversos deve, sobretudo, ser de boa qualidade e levar em conta as diferenças individuais; os estudantes devem ser guiados, tutorados, orientados no decorrer da escolaridade, auxiliados na busca de uma profissão, mas eles devem sobretudo trabalhar seriamente, uma vez que o paternalismo e o excesso de facilidade devem ser evitados a todo custo.

Eis em que consiste o ensino das massas, que reúne o consenso universal. Entretanto, impõe-se o problema do que poderíamos chamar *formação das elites*. A palavra elite pode ter diferentes sentidos.

Ela tem uma conotação desagradável, na medida em que, antigamente, ela fazia alusão à riqueza. Atualmente, ao contrário, ela designa as elites do conhecimento e da capacidade. Todo o país necessita de centenas de milhares de pessoas que componham um quadro de alto nível — engenheiros, médicos, administradores, professores, pesquisadores etc. — e vários milhares ou dezenas de milhares que componham um quadro de nível muito alto. Sem uma medicina de primeira ordem, a saúde pública se degrada; sem uma pesquisa científica e tecnológica elevada, a produção industrial perde sua competitividade. Aliás, não devemos jamais cessar de fazer progredir nossos conhecimentos: só neste ponto, a exigência é considerável. Todos os países necessitam de engenheiros e pesquisadores, ademais, percebemos que esse pessoal deveria ter recebido uma dose de formação para a pesquisa. Nossas universidades estão, dessa forma, em busca da excelência e da qualidade para uma formação no mais alto nível possível.

Entretanto, este tipo de formação é longo e custoso. O orçamento do Centro Nacional da Pesquisa Científica — CNRS, francês, tem uma cifra de 10 bilhões de francos. O custo de um estudante para uma formação de alto nível se torna enorme: ela pode atingir e até ultrapassar 200 mil francos por ano — cita-se até a cifra fantástica de 250 mil francos por ano para um aluno da **École Polytechnique** na França, investimento de tal ordem que deve justificar uma real avaliação dos resultados. Será muito importante, para a obtenção de uma perspectiva adequada, que os custos, dos diversos tipos de formação, sejam melhor avaliados e conhecidos. Ainda, para a formação ao nível de excelência, numerosas condições são necessárias ao sucesso: universidades de excelência ou nas universidades comuns, alguns departamentos ou equipes de excelência, laboratórios de pesquisa com equipamento bem moderno e bibliotecas de pesquisa bem dotadas etc. Por outro lado, é necessário um bom enquadramento dos estudantes: se é verdade que à medida que um jovem se forma, ele deve se tornar mais e mais independente, ele deve ser, de início, bem enquadrado, uma vez que a pesquisa não surge por si só — ele deve viver no seio de uma equipe dinâmica e competitiva. Os setores de excelência exigem uma seleção rigorosa na entrada, e exigências igualmente rigorosas devem existir sobre a qualidade do trabalho: mais aqui que em outros casos, o paternalismo e a facilidade são muito nocivos e é necessário multiplicar o fomento à pesquisa nos liceus, nas universidades e empresas industriais. A falta de critérios rígidos na escolha de professores, de diretores de equipes ou laboratórios, tornaram-se rapidamente um fator de deterioração. É necessário, não apenas, fazer uma seleção na entrada, mas é conveniente buscar nos liceus os alunos de melhor performance e desenvolver neles, o

mais cedo possível, o gosto pelo trabalho pessoal e pela pesquisa e guiá-los em direção às universidades ou centros que lhes possam ser mais adequados: as universidades americanas tomaram a si o encargo, nos últimos anos, do ensino secundário, para dezenas de milhares de alunos; os países socialistas utilizam métodos análogos; os europeus estão, neste domínio, em grande atraso.

Se todos os países, de uma ou outra forma, reconhecem a necessidade dessa formação prolongada e especializada, eles experimentam o sentimento de uma certa contradição entre o ensino de massa e o ensino de elite, o desejo igualitário parece se opor à uma educação mais aprimorada dos grupos de alto nível. Entretanto, nos últimos anos, a situação evoluiu. Os países anglo-saxões — Grã-Bretanha, Canadá e Estados Unidos —, os países socialistas e o Japão possuem de longa data a idéia de que há complementaridade e não contradição entre o ensino de massa e o ensino de excelência. Nossos países da Europa continental têm constantemente tergiversado e não têm sido capazes de assumir convenientemente as duas formas. Frequentemente isto resulta em uma crise de grande envergadura no sistema universitário.

Assim, a França tem se encontrado até o presente e se encontra ainda em uma situação completamente doentia. Completamente doentia, porque empregamos uma linguagem extremamente igualitária, que se recusa a discutir as diferenças entre as pessoas e na qual a palavra excelência foi banida — o que faz com que as universidades se recusem a qualquer tipo de seleção em qualquer lugar que seja — ao mesmo tempo em que, pouco a pouco, se constitui, exteriormente a ela, o que chamamos *as escolas*, escolas de engenheiros, institutos universitários de tecnologia, classes preparatórias para medicina, ou seja, setores que exercem uma seleção extremamente rigorosa. Chegamos, portanto, a um superigualitarismo de palavras e a uma superhierarquia de fato, na medida em que existe um setor extraordinariamente seletivo — em uma parte — e um setor que não o é — ou seja, não suficientemente — e estes dois setores se confrontam mutuamente. Com efeito, se somos muito igualitários em palavras, a seleção acaba se realizando por fora do sistema normal e corre o risco de se tornar muito forte, uma vez que nada a limita. Inversamente, se exercermos uma seleção rigorosa dentro de certos domínios, criamos hierarquias sociais que são nefastas e que nos esforçamos por encobrir com uma linguagem igualitária. Nós estamos, atualmente, em uma encruzilhada na França, onde não será possível evitar a escolha, uma vez que 55% do sistema se tornou seletivo, ou seja, o sistema fora da universidade propriamente dita e que não está submisso às leis que se aplicam às universidades. Acredito que seja bom conscien-

tizar, pouco a pouco, que não se podem formar equipes sem selecioná-las nem agrupá-las. Ninguém sonharia jamais, em um país, treinar toda a população em futebol, sem espírito competitivo nem formação de equipes de primeira ordem. O que vale para o futebol, ou a música, ou a dança, vale igualmente para a matemática, a história, a química.

A idéia que vou desenvolver aqui é de que a formação das massas e a das elites não é contraditória, mas inteiramente complementar e alicerça-se sobre um mesmo princípio: dar a cada um a possibilidade de desenvolver-se segundo sua vocação, o que implica em um ensino de qualidade para todos, permitindo a cada um ir tão longe quanto possível, e para aqueles que podem ir ainda mais longe, devemos garantir-lhes a possibilidade. Isto se torna evidente em relação ao conjunto de laboratórios. É impossível repartir as verbas igualmente entre todos os laboratórios da França. Há laboratórios de química e de física. Se, na maioria das universidades, distribuíssemos a verba da mesma forma, não haveria nem física nem química no país. Se inversamente, não desenvolvermos a elite, ou seja, se não alocarmos a maior parte dos fundos aos melhores laboratórios, nenhuma evolução seria possível, o resto do país tornar-se-ia subdesenvolvido, com maior taxa de desemprego. Idealmente, cada laboratório deveria poder equipar-se e expandir-se da melhor forma possível, algumas concentrações operando-se em laboratórios muito bons, ao passo que os outros receberiam menos recursos, porém não estariam efetuando um trabalho menos importante. É importante esclarecer que a palavra elite não se refere a algumas centenas de pessoas, mas sim a algumas centenas de milhares. Apenas, no quadro referente ao ensino e pesquisa, os acadêmicos e pesquisadores perfazem, na França, 50 a 60 mil pessoas ligadas à pesquisa fundamental ou à parte fundamental da pesquisa aplicada: vê-se que se tratam de elites bem numerosas. Há também, ainda, elites nas écoles, institutos, liceus e nas profissões as mais variadas.

À questão geral *é melhor fazer isto ou aquilo*, eu darei uma resposta geral: os dois. Numerosos países do Terceiro Mundo propuseram-me o seguinte problema: com um orçamento limitado, é preferível promover a qualquer custo a educação das massas, onde uma boa parte é analfabeta ou, ao contrário, desenvolver um certo número de centros de pesquisa de primeira ordem. Trata-se efetivamente de uma escolha orçamentária difícil, uma vez que os créditos são restritos. Assim mesmo, tenho aconselhado uma alocação sábia e bem refletida, uma vez que sem o ensino de massa, o analfabetismo subsistirá, bem como o subdesenvolvimento e os poucos centros de pesquisa existentes não poderão ser alimentados com pesquisadores. Para que

haja boas instituições e bons professores de colégios e liceus, são necessários bons professores no ensino superior para formá-los. Os países da América do Sul e da Ásia, por exemplo, que ainda fazem parte do Terceiro Mundo, com uma porção da população educada relativamente fraca, mesmo sendo alfabetizada, têm buscado educar as massas e desenvolver alguns pólos de excelência, no sentido que os entendemos aqui, de forma a poder usufruir de intercâmbio entre cientistas de outros países e evitar uma completa dependência do estrangeiro.

A busca da excelência passa por uma avaliação rigorosa dos resultados obtidos pelos diversos canais de formação e pelas universidades. Os países anglo-saxões (Grã-Bretanha, Canadá, Estados Unidos) procedem a avaliações regulares de seus departamentos e universidades. Na França, os laboratórios ligados ao CNRS são avaliados através de um Comitê Nacional composto de aproximadamente oitocentos professores e pesquisadores. Por outro lado, um Comitê Nacional de Avaliação (CNE) -- no qual ocupo a presidência -- foi criado em fevereiro de 1985 e instalado em maio de 1985. Formado por quinze membros nomeados pelo presidente da República, a partir de indicações feitas pelas grandes instituições científicas e econômicas do país, representando os principais ramos do conhecimento, o CNE é independente do Ministério da Educação Nacional.

Seu objetivo é avaliar, em princípio, todas as universidades francesas por um período de quatro anos. Para isto, o CNE designou de quinze a quarenta especialistas por universidade -- um setor importante como a medicina e as ciências da vida podem mobilizar até oito especialistas -- o que implica uma indicação de quatrocentas a quinhentas pessoas por ano. No início, nos restringimos a estabelecimentos que requisitaram nossa intervenção. Depois de solicitar às universidades o envio de documentação, os especialistas vão ao local por dois a cinco dias, ao término dos quais redigem um relatório preliminar ao Comitê. Baseados nesses relatórios dos especialistas, dois membros do Comitê elaboram um relatório global sobre a universidade em questão, referente não só ao ensino e pesquisa, mas também à gestão e à vida universitária, mas sem avaliar em princípio as pessoas nem citá-las nominalmente. Este documento é enviado ao presidente da universidade e ao ministro, porém nós temos uma total liberdade de manobra quanto à sua publicação. Por enquanto, tomamos a decisão de publicar todos os relatórios. Esta decisão tem a vantagem da transparência: o público francês, os estudantes, os responsáveis ministeriais ou regionais, os políticos, os próprios universitários, podem conhecer as realidades de cada departamento e de cada

universidade. Mas isto obriga, evidentemente, a uma franqueza mais acentuada e rigorosa que, esperamos, todos devem compreender.

Publicaremos em seguida um relatório global anual que sintetizará as avaliações do ano, bem como um livro, ao término dos quatro anos de funcionamento, contendo um diagnóstico do conjunto das universidades francesas e apresentando seus diferentes problemas.

Paralelamente a esses relatórios, o Comitê se dedicará a reflexões sobre temas genéricos; tendo já abordado a questão da pesquisa universitária e a dos primeiros ciclos e tentará, no decorrer do seu mandato, tocar em numerosos temas importantes.

Existem numerosas instâncias de avaliação e prospecção sobre os diversos programas ou assuntos concernentes à pesquisa (reflexões temáticas do Conselho Superior da Ciência e Tecnologia). Muitos países possuem instâncias análogas, conselhos de pesquisa etc. A análise regular de tudo que se relaciona com a pesquisa é um instrumento indispensável para mantê-la no mais alto nível possível e verificar a sagacidade da distribuição de recursos.

O essencial é manter em mente, na minha opinião, que não avaliamos pelo simples prazer de fazê-lo, mas com o propósito de auxiliar o conjunto do sistema a funcionar adequadamente. A total independência do CNE em relação ao Ministério lhe permite examinar, de um lado, as universidades e, de outro, os poderes públicos quanto ao aspecto de sua atuação, auxiliando ou prejudicando o bom funcionamento da universidade. Esta é a razão pela qual é bem recebido no meio acadêmico. Quinze universidades já se submeteram voluntariamente à avaliação do Comitê, sentindo que elas seriam beneficiadas, seja porque se sentem muito fortes mas insuficientemente conhecidas do público, seja porque elas têm grandes problemas que um julgamento externo as ajudará a encontrar as soluções. Deve-se salientar que os especialistas do CNE não são designados em tempo integral — são pessoas que conhecem bem a universidade e que durante seu mandato dedicam-se à tarefa em tempo parcial.

Para concluir, proponho uma solução simples: permitir o acesso à universidade do maior número possível de estudantes, porém certas universidades de excelência e certos estabelecimentos, dentre a maioria dos estabelecimentos universitários, devem exercer uma seleção à entrada. Não só seleção mas também diversificação, de forma a poder abranger um universo que seja periodicamente revisado. O futuro dos países da Europa, face ao dinamismo econômico americano ou japonês, depende desse universo de universidades de excelência, constantemente em competição e evolução.

COMENTÁRIOS SOBRE O ARTIGO DE LAURENT SCHWARTZ

Elisa Wolyneć⁽¹⁾

José Goldemberg⁽²⁾

É interessante efetuar algumas comparações entre dados apresentados no artigo e nosso país.

País	População (milhões)	População em escolas de ensino superior (milhões)	% População em escolas de ensino superior	Custo Médio do ensino superior aluno/ano (US\$)	Nº de pessoas em pesquisa fundamental
França	53	1	2	1.700 (1) 30.000 (2)	50.000
Estados Unidos	230	13	5	5.000 (1) 15.000 (2)	150.000
Brasil	150	1,6	1	1.000 (1) 4.000 (2)	10.000

(1) – Custo médio na maior parte do sistema.

(2) – Custo nas melhores escolas do País (Ex.: École Polytechnique na França, MIT, Princeton nos Estados Unidos, USP no Brasil).

No Brasil há ~1,6 milhões de estudantes, dos quais ~30% estão em instituições públicas e os restantes em particulares. O custo médio, por ano, do estudante na França é ~US\$1,700, sendo que um estudante de Ciências custa ~US\$4,200, enquanto na área de Humanas o custo é de ~US\$1,000. Entretanto, em centros de excelência, como a **École Polytechnique**, o custo chega a ~US\$30,000. Na USP, um estudante custa ~US\$4,000/ano, nas federais ~US\$3,000/ano e em instituições particulares ~US\$500/ano, havendo escolas particulares de engenharia, por exemplo, com taxas de ~US\$1,000/ano e outras escolas, na área de Humanidades, com taxas de ~US\$200.

O orçamento do CNRS é de ~US\$1,7 bilhões, enquanto que no Brasil, o orçamento da União para Ciência e Tecnologia é de ~US\$0,5 bilhões, dos quais ~US\$170 milhões são para o Ministério de Ciência e Tecnologia, ~US\$70 milhões para o CNPq e ~US\$35 milhões para o FNDCT. Nos Estados Unidos o orçamento da NSF (National Science Foundation) é de US\$1,6 bilhões.

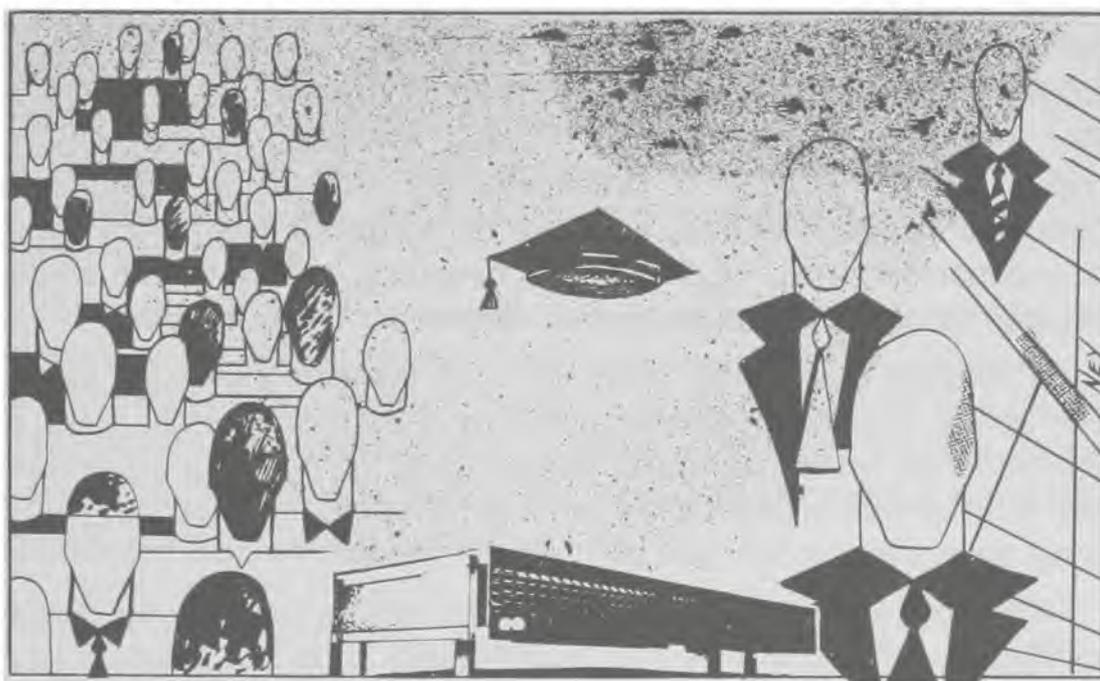
As comparações apresentadas entre nosso país, França e Estados Unidos mostram a necessidade de ampliarmos rapidamente nossos

(1) *Professora Adjunta no Instituto de Física da USP. Coordenadora de Administração Geral da USP.*

(2) *Reitor da Universidade de São Paulo.*

investimentos em pesquisa e ensino, duplicando, a curto prazo, as vagas existentes no sistema de ensino superior.

Os dados apresentados sobre o custo aluno/ano nas escolas de ensino superior no Brasil refletem a enorme diversidade do sistema existente, analogamente ao que ocorre em outros países, no tocante a critérios de seleção e ao nível de ensino, atendendo diferentes partes da população. Nesse universo que cobre uma enorme variedade de escolas públicas e privadas, algumas com docentes de tempo integral, dedicando-se à pesquisa (o que ocorre em diferentes graus nas universidades federais e em algumas particulares, como na PUC) e outras com professores de pouca experiência e remunerados por aula, destituídas até de bibliotecas e laboratórios de porte e nível adequado ao ensino superior, onde o diploma do secundário praticamente garante o acesso, a USP tem o papel equivalente ao das *grand écoles* na França. A USP não é uma universidade de massa, aberta a toda a população, mas possui apenas cerca de 6 mil vagas por ano para os 100 mil candidatos que nela prestam vestibular todos os anos, selecionando os melhores alunos do estado e do País. Ela tem o corpo docente mais qualificado (51% com grau maior ou igual a doutor, 34% com mestrado e os restantes 15% têm apenas o curso de graduação) e sua produção técnico-científica por docente é a maior do País (a USP tem 5 mil docentes, ou seja, ~ 7% do corpo docente das universidades públicas e é responsável por mais de 50% da produção). Se aceitasse todos os alunos que a procuram (como ocorre na Universidade de Buenos Aires ou do México), ela desapareceria como universidade de bom nível, conforme já ocorreu com entidades congêneres de outros países.



A USP cumpre uma missão imprescindível, pois como bem discutido no artigo de L. Schwartz, todo o país precisa de centros de excelência. A preservação desse caráter elitista da USP não colide, entretanto, com a aspiração generalizada de expandir a escola superior pública, mas atribui a ela um papel especial dentro do sistema, mesmo porque já é tempo de abandonar a idéia cartorial de que *todas* as universidades têm, ou poderiam ter, a mesma estrutura e o mesmo nível, o que é notoriamente uma quimera. Já é tempo de aceitar a diversificação do sistema, com universidades de diversos níveis como ocorre em outros países.

Sobre a expansão do ensino público superior, vale mencionar que em países europeus a razão docente/aluno é $\sim 1/12$, enquanto que no sistema federal é $\sim 1/6$ (na USP é $\sim 1/10$). Seria possível, praticamente, duplicar o número de vagas no sistema federal, a curto prazo, aumentando o número de alunos por docente e instituindo-se, inclusive, cursos noturnos, pois para estes não há necessidade de ampliar-se o número de salas de aula, laboratórios e bibliotecas. Além disso, o curso noturno atinge uma camada menos favorecida da população, que não pode deixar de trabalhar para cursar uma escola superior.

Para manter-se como centro de excelência e aprimorar-se continuamente, o planejamento e a fixação de prioridades são imprescindíveis. Estes, por sua vez, exigem uma avaliação do desempenho dos diversos grupos, departamentos e institutos. Não é mais possível a alocação de recursos com base em critérios personalistas e, muito menos, o atendimento de demandas que respondam apenas aos desejos e ambições de *crescer por crescer*. Esta é a razão pela qual se fala tanto em avaliação e a USP está realizando um trabalho pioneiro através da Câmara de Pesquisa do CEPE (Conselho de Ensino e Pesquisa) avaliando departamentos. Toda a avaliação existente (Capes, Finep, CNPq, Fapesp) é procedida em relação a pesquisadores individuais ou, no máximo, a grupos de pesquisa, mas nunca em relação a departamentos, onde não só pesquisa, mas também ensino e prestação de serviços à comunidade devem ser considerados.

À medida que a USP progride, mais ela atrai a atenção da sociedade, sendo induzida por esse interesse a melhorar ainda mais. Esse mecanismo de reforço é muito importante, como o é a própria emulação interna que é provocada pelas estatísticas de trabalhos publicados ou teses defendidas, que vêm sendo divulgados com freqüência.

A participação crescente da USP no debate das grandes questões nacionais, é um indício de sua revitalização e de sua importância no cenário nacional.

Entrevista: CHARLES WAGLEY

por José Carlos Sebe Bom Meihy

VISITA AO VELHO SENHOR: CHARLES WAGLEY

A geração que passou pela universidade brasileira nas décadas de 60 e 70, acabou por viver uma situação ambígua em face à aceitação dos Estados Unidos.

Fora do campus, o contexto sócio-econômico promovia uma aceleração do desenvolvimento urbano-industrial que projetava o país dos norte-americanos como modelar. Shoppings Centers, cursos de inglês, o bárbaro esquema turístico que se fazia em torno do mundo de Disney, a vulgarização das *T shirts*, tudo motivava a classe média emergente a aderir periféricamente aos hábitos tidos como típicos da cultura estadunidense.

No campus acadêmico, variava a atitude comum. Ao universitário cabia refutar veementemente tudo que vinha de fora, especialmente se a inspiração emanava das terras do *Tio Sam*. Certamente, não era de bom tom, dentro das fronteiras universitárias, gostar do cinema, da música, das roupas americanas. Tudo que lembrasse os Estados Unidos deveria ser motivo de ridicularização e ódio. Afinal, mesmo antes de ser noticiada pelo *Washington Post*, em 1975, a **Operação Brother Sam** era evidente e ninguém tinha dúvidas do apoio do governo norte-americano dado aos militares em 64. A universidade brasileira em geral, muito particularmente a USP reagiu à atitude governamental norte-americana e desenvolveu-se em certos círculos uma aversão acentuada, particularmente à produção acadêmica dos *scholars* brasilianistas.

Por volta de 1971, a aversão aos acadêmicos norte-americanos na universidade ganhou tanta intensidade que brasilianista deixou de ser um conceito abrangente e passou a significar apenas a produção dos intelectuais norte-americanos que escreviam sobre o Brasil. Então, uma resposta indignada se formulava sobre vários aspectos da invasão intelectual promovida pelos Estados Unidos.

É claro que as situações circunstanciais daqueles momentos se emendavam no continuado discurso antiimperialista e nutriam o *nacionalismo acadêmico* que deveria refutar as explicações exóticas e ao lado de um complexo xenofobismo, evidenciar que a nós cabiam as

explicações de nossa vida sócio-cultural. Meios jornalísticos e artísticos engrossavam as fileiras dos opositores à *invasão* acadêmico-cultural dos Estados Unidos.

Dada à censura e ao insuportável clima de intolerância ao comunismo, tecer críticas aos Estados Unidos implicava em *subversão*, assim, o *nacionalismo acadêmico* se fez em discursos orais, em rejeições teóricas e sempre indiretamente. Aliás, quem mais percebeu estas questões e as devolveu ao público foram os jornalistas.

Em 1971, a revista *Veja*, no número de novembro, publicava numa reportagem de fundo, "*A história do Brasil: o passado do país está sendo escrito em inglês*" Élio Gaspari tornava então público o debate, denunciando ambigualmente, o que era óbvio na universidade. A revista *Veja*, em seu número de março de 76, novamente trouxe o tema às primeiras páginas, só que desta vez de maneira positiva: homenageando Charles Wagley, numa entrevista que trazia um título simpático e sugestivo "*Uma paixão pelo trópico, o decano dos brasilianistas fala de 37 anos de estudos sobre um país que o desconhece*"; o texto é assinado por Nirlando Beirão. Entre o texto de Gaspari e o de Beirão havia uma enorme distância. O primeiro denunciava, o segundo prestava reverência, e, nesta variação, havia também a mudança de atitude do governo norte-americano.

Sem entrar no feroz debate (tão caro a Noan Chomsky) sobre o cinismo da política de Carter, convém lembrar que, ao Brasil, a investida norte-americana em favor dos direitos humanos abria intervalos no fechamento político-ditatorial. Sensivelmente, o contexto universitário deixava também vazar uma tolerância maior ao brasilianismo, e assim, inauguravam-se possibilidades de avaliações amplas sobre o brasilianismo.

Nos meios estritamente acadêmicos, o brasilianismo foi percebido pela primeira vez por José Honório Rodrigues e Francisco de Assis Barbosa, em 1969; nos textos destes autores o fenômeno era apenas percebido. Espelhando a ojeriza comum à maioria da massa acadêmica uspiana, em 72, Dulce Helena Álvares Pessôa Ramos elaborou seu mestrado sob o tema **Um exemplo de Pesquisa Bibliográfica como elemento de pesquisa pública: as teses americanas sobre o Brasil (1960-1970)**, aí a sugestão do que o trabalho intelectual desenvolvido sobre a cultura e história brasileiras serviria de base para a ação governamental de Washington.

Em 1978, a publicação do número 4 da série **Tudo é História: cadernos de pesquisa**, da Editora Brasiliense, trazia o título "*Coke: será que devemos beber história como bebemos Coca-Cola?*" Neste número, artigos, entrevistas e resenhas deixavam claras as diversida-

des de opiniões. Por esta época, iniciava uma pesquisa buscando entender melhor o significado do brasilianismo e, então, resolvi passar um questionário aos elementos das diversas gerações de brasilianistas, perguntando entre outras coisas, sobre o significado de se estudar o Brasil, bem como o porquê. As respostas foram prontas e era raro o questionário que não se referisse à influência de Charles Wagley.

Intrigado pelas aproximações que se fazem entre a figura de Wagley e a personagem criada por Jorge Amado em *Tenda dos Milagres*, pensei que nenhum trabalho poderia ser feito sem antes compreender a ação deste mestre, afinal o *dr. Levenson*, realmente desafiava a fantasia geral.

Em 1983, num frio janeiro, consegui nos Estados Unidos marcar uma entrevista com o *Velho Senhor*. Uma legião de discípulos dele e amigos comuns se colocou entre nós, facilitando tudo.

Minha aventura começou em Miami, onde, num pequeno avião, rumei para Gainesville, para a Universidade da Flórida. Estava ansioso, e meu lado acadêmico se confundia na estruturação das perguntas a serem feitas na entrevista.

Chovia muito quando cheguei. O vento era assustador e, no pequeno aeroporto, vi-me perdido entre desconhecidos. Aos poucos, as pessoas que nos cercavam foram se afastando e ficamos sós. Nós dois parados, identificando-nos. Cigarro na mão, sorriso largo e amigo, Wagley se aproximou dizendo, num cansado, mas bom português: *“Tem que ser você, não há mais ninguém”*. Confesso que Wagley dirigia mal e logo pensei que ele deveria ter trocado Nova Iorque por Gainesville, também pelo trânsito.

Chegamos ao escritório dele, e começamos a entrevista. Ambos estávamos emocionados, ele por falar do Brasil, eu por ouvi-lo. Entrevistar Charles Wagley foi um dos grandes privilégios que a vida acadêmica me possibilitou.

A conversa foi gravada, durou noventa minutos e quando acabou, nosso colega, José de Souza Martins, que estava como professor visitante na Universidade da Flórida, nos acompanhou para o almoço. Quando deixamos o restaurante, o sol brilhava e o vento mudara o rumo.

Guardei por muito tempo esta entrevista. Achei que deveria esperar por um momento adequado para publicá-la, pois creio que ela não deve simplesmente ser interpretada à luz do debate historiográfico. Esperei que os ânimos se amainassem e recortei alguns trechos onde a ordem sentimental impôs descrição, afinal, como disse Wagley, *“o Brasil está ligado às coisas mais íntimas que a vida me deu”*

SEBE: *Professor, há atualmente um grande interesse por se descobrir onde e quando nasceram os estudos sobre a América Latina.*

WAGLEY: A América Latina sempre foi um pedaço do mundo desconhecido pelos norte-americanos, países como o Brasil não faziam parte do gosto dos pesquisadores daqui, mas nos anos 30, isto começou a mudar. A grande dificuldade era a língua. Quase não havia universidade que ensinasse português. Da cultura brasileira, nem se fala, havia meia dúzia de pessoas interessadas.

SEBE: *Na sua opinião, quem iniciou os estudos sobre a América Latina?*

WAGLEY: O pioneiro foi John Frederic Normano. No começo da década de 30 (1931), publicou em inglês **The Struggle for South America**; ele morou e ensinou no Brasil e foi quem começou a moderna historiografia sobre a América Latina. Antes dele, havia o Roy Nash, que publicou **The Conquest of Brazil**, em 26. Ah! Havia uma pessoa muito importante para todos nós, o William Varian. Varian era um professor de literatura, mas muito interessado pelo ensino de português. Ele trabalhava com a Fundação Rockefeller, e era um sujeito que falava bem português e espanhol. Ele era muito versátil e distinguia os sotaques do espanhol da região do Pla-

ta, do México e da Colômbia. Ele era muito amigo do Luis Borba de Moraes. Houve também o primeiro colóquio luso-brasileiro, que eles organizaram em 41, em Washington. A grande figura neste colóquio foi o James Preston, o geógrafo. Eu não fui neste encontro porque estava no Brasil.

SEBE: *Quando o senhor foi ao Brasil?*

WAGLEY: Eu fui em 39 e fiquei até 40; voltei por um ano, aqui, em 40/41 e, pela metade de 41, voltei e lá fiquei durante toda a Guerra. Antes da Guerra, eu já estava trabalhando no Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Foi bom, porque antes de ir para lá, fui instrutor na Universidade de Columbia e foi em Nova Iorque que começou a se formar um grupo interessado em estudar o Brasil. Com o início da Guerra, o Brasil tornou-se importante, porque ficou do lado dos aliados e todos os que falavam português ou tinham viajado pelo Brasil prestaram serviços como observadores. Com isto, organizou-se o grupo de pessoas interessadas no Brasil.

SEBE: *O senhor acha, então, que a Guerra foi um dos elementos aglutinadores de brasilianistas?*

WAGLEY: Foi um deles. O Brasil era o maior aliado dos Estados Unidos. Havia pouca gente que conhecia aquele país importante e misterioso, e era preci-

so ajudar durante a Guerra, em várias tarefas. Eu, por exemplo, trabalhava em saúde pública; alguns tinham outras obrigações, como traduzir jornais. Mas não foi só a Guerra, não. O tempo do Brasil havia chegado. Olha, o Brasil é o maior país da América do Sul, é maior que os Estados Unidos em território contínuo, e muito interessante histórica e culturalmente. Não era só a Guerra, não. Não podemos esquecer que antes havia os esforços de Mary W. Williams, Percy A. Martin, Dana Munro. Estes pesquisadores continuaram a obra pioneira de Herbert Bolton.

Com a Guerra, a academia americana começou a perceber que não cumpria seu papel. Por volta de 48, 48/49, os Estados Unidos perceberam que só havia pouco conhecimento da Rússia, China, Índia. Foi em 49 que o **Social Science Research Council** criou um comitê de estudos de áreas (*Area Studies*) e, uma destas regiões era a América Latina, onde o país mais visado era o Brasil.

SEBE: *Então, antes da América Latina, organizaram-se os estudos sobre a União Soviética, Ásia.*

WAGLEY: É, mas eram institutos miseráveis. O americano era voltado para estudar os Estados Unidos, assim mesmo poucos aspectos da própria

história. No mais, havia os *China hands*. *China hand* era um missionário ou pessoa que aprendeu chinês por acaso; depois de 48, resolveram fundar uma área de estudos baseada na China e então os *China hand* cederam lugar a sofisticados *scholars*. Este sistema se desdobrou e, já por volta de 1960, o governo e as fundações ajudaram a criar centros visando ajudar os estudos da América Latina.

SEBE: *E quando o senhor apareceu nesta cena?*

WAGLEY: Foi em 60, quando eu criei, em Columbia, o Instituto de Estudos Latino-Americanos. Você deve lembrar que, naquele tempo, o Instituto teve 32 bolsas de estudo de pós-graduação. Hoje em dia, é ridículo pensar que se formos muito bem-vistos, podemos vir a ter seis ou oito. Outro dia, eu fiz um levantamento de quantos bolsistas de Columbia foram para o Brasil no meu tempo e listei 63, como Bradford Burms, Ralph della Cava, Herbert Klein, Riordan Roett. É importante lembrar que Columbia sempre dava um jeitinho de destinar as bolsas quase que só para o Brasil.

SEBE: *Então, professor, houve uma pré-história do brasilianismo, iniciada antes da Segunda Guerra, depois houve uma outra fase importante, advinda do impacto da Guerra, e a terceira fase pode ser determina-*

da a partir de Castro e da revolução cubana?

De outra forma, seria válido pensar que os novos brasilianistas são só filhos de Castro?

WAGLEY: É. Existem duas brincadeiras, na verdade. Uma é que diz que todos somos filhos de Castro e que ele produziu a oportunidade de estudos e bolsas. Mas existe também uma outra versão, que diz que foram os latino-americanistas que prepararam, nos Estados Unidos, o caminho de Castro. Logicamente, isto é um exagero, mas o fato é que Castro influenciou diretamente na ação do governo, as fundações Ford, Rockefeller e Carnegie já estavam nas paradas, antes.

Estou dizendo que as fundações devotaram atenção à América Latina antes do governo. Elas foram realmente importantes porque notaram o vácuo, a falta de estudos sobre vários países do mundo e então perceberam a necessidade de formar especialistas em várias disciplinas. O conceito de *Area Studies* não pode ser visto apenas como recurso geopolítico. Não. Ele tinha um sentido intelectual. Depois, o caso de Cuba ajudou, pois mostrou a necessidade de renovar a política de educação e o governo decretou o **National Defense Educational Act**; com esta legislação, as seguintes línguas foram declaradas urgentemente necessárias: russo, chinês, ja-

ponês, árabe e português. Isto foi de enorme ajuda para a nossa proposta.

Alguns centros de pesquisa beneficiaram-se muito com o ato do governo; creio que o primeiro favorecido foi a Flórida, depois Columbia e Wisconsin... acredito que o Texas só veio depois da Universidade da Califórnia, Los Angeles.

SEBE: *O papel da Universidade de Columbia sempre foi muito importante, não?*

WAGLEY: Sim. Columbia foi muito importante, mas antes nós temos que pensar no grupo da Califórnia, de Stanford. Lá havia a equipe que convidou o Oliveira Lima. Columbia se destacou numa segunda fase. Columbia ficou imponente porque tinha pesquisadores de vanguarda, como Roy Nash, Frank Tannenbaun, Franz Boas. Tinha até o Gilberto Freyre passando por lá.

No fim de 58, o Tannenbaun me ajudou a começar a organização do Instituto. Logo, porém, o Tannenbaun se aposentou e, então, veio o Lewis Hanke. O Hanke tinha um verdadeiro amor pela América Latina, e colaborou muito.

A grande coisa que fizemos foram os **Seminários**. Foi o Tannenbaun que os inventou. Era uma coisa meio maluca, no começo. Cada quinta-feira, às quatro horas, reuníamos na sala do Tannenbaun e ele se encarregava (mais ou menos)

de encontrar um *speaker*, uma pessoa para apresentar uma conferência a cada semana. Ele partia de um princípio simples: *"muitas pessoas passam por Nova Iorque e como Deus é brasileiro, sempre haverá alguém para o Seminário"* Não havia certeza de nada. Não existia uma programação. Uma vez, eu fui para assistir ao Seminário e, assim que apareci na porta, o Tannenbaun disse: *"Não tem palestrista para hoje, então quem vai falar é você"* Mas, de qualquer forma, os Seminários foram se firmando e sempre que o Gilberto Freyre ia para Nova Iorque ele falava lá. Viana Nunes estava sempre por perto. Quando o Instituto se estabeleceu, em 60, a coisa ficou séria e, como eu fui nomeado diretor, é claro, meu interesse foi pelo Brasil. Procurava os melhores alunos e os motivava para ir ao Brasil. Então, o **Social Science Research Council** escolheu Columbia como centro de treinamento para pesquisadores interessados no Brasil. Columbia funcionava como um filtro de brasilianistas, e até hoje ainda existem os Seminários, mas já não é como antes. Veja que agora aqui na Flórida nós temos mais ajuda do que eles.

SEBE: *Isto quer dizer que ainda hoje a sua figura é que atraiu?*

WAGLEY: Não. não é bem assim. . . Temos um grupo muito bom aqui. Eu fui convidado

em 71 para vir para cá, e como eu estava chateado com Nova Iorque, cansado do frio, do trânsito, da multidão, resolvi que poderia fazer alguma coisa a meu favor, escolhendo um lugar mais calmo para ensinar durante os meus últimos anos. Aí, começamos a criar um pequeno grupo, que está bastante vivo.

SEBE: *Seria possível o senhor definir a ideologia ou o interesse político das fundações em relação ao Brasil?*

WAGLEY: Interesses políticos, creio que não. Posso dizer diretamente do meu caso. Eu fui ao Brasil pela primeira vez em 39, com a ajuda da Fundação Rockefeller, que já amparava Columbia. Era uma bolsa de pós-doutorado, para estudar índios. Havia no Brasil grupos interessados e que estavam em contato conosco. No Brasil, a Fundação Rockefeller estava sediada em Manguinhos, desde o começo do século; eles atuaram em 1906, 18 e 24. Eu creio que quem abriu o processo de visitas de especialistas estrangeiros foi a Heloisa Alberto Torres. Ela era a única que não era médico em Manguinhos e ela escreveu a Franz Boas, como diretora do Museu Nacional. Foi ela que conseguiu uma série de bolsas para o Brasil. Também, muitos brasileiros foram auxiliados, principalmente na área de ciências naturais.

Houve outra fundação importante, a Carnegie. Foi a Carnegie que inovou a educação americana com os *centros dirigidos*; ela auxiliou Stanford, com estudos de chinês, Harvard, com especialização na União Soviética, e Columbia, com um pouquinho do Brasil.

SEBE: *Foram os antropólogos que abriram o caminho no caso brasileiro?*

WAGLEY: Foram e sempre com alguns trabalhos originais como a Ruth Landes, com a **Cidade das Mulheres**. O trabalho dela é pioneiro na área de estudos sobre mulheres, homossexuais e candomblé. O caso dela é interessante porque ela saiu de Columbia, se interessou muito pelo Brasil, mas depois desistiu definitivamente. Acho que houve desentendimento entre ela e o Arthur Ramos. Ela era amiga do Edson Carneiro e, como havia diferenças de métodos de trabalho e opiniões científicas, entre os dois, ela acabou por desistir. Eh! Da primeira turma, só eu continuei.

SEBE: *E por que, professor?*

WAGLEY: Bom, eu casei com uma brasileira, estava encantado com o Brasil, adorei o Brasil desde o princípio. Foi amor à primeira vista e vai ser a última. O Brasil me dava esperanças e sempre me deu sorte. Imagine que na primeira noite

que eu cheguei, no famoso Cassino da Urca, eu ganhei duzentos dólares! Eu fiquei no Rio por cinco semanas, foi durante o carnaval, então eu li, estudei português e me diverti muito. Só depois eu embarquei para o Mato Grosso.

SEBE: *Como o senhor definiu seu tema de estudos sobre os índios?*

WAGLEY: Ah! Foi com a valiosa ajuda do Alfred Métraux. Ele estava em Iowa, na Universidade, eu escrevi a ele e ele me deu a indicação. Eu escrevi **Ita Amazon Town: a Study of Man in the Tropics** depois da Guerra, então eu fiquei dezesseis meses no Rio e voltei para ensinar em Columbia, em 41. Quando eu estava de volta ao Brasil, em 41, ensinando no Museu Nacional, fiz outra pesquisa e encontrei o meu aluno e amigo Eduardo Galvão, que é um dos meus preferidos.

SEBE: *Ah! O senhor tem alunos preferidos?*

WAGLEY: Tenho sim, e qual é o professor que não tem? O meu mais querido dos brasilianistas é o Ralph della Cava, mas tem também muitos outros.

SEBE: *Mas, professor, como um antropólogo pode influenciar tanto historiadores, cientistas políticos e geógrafos?*

WAGLEY: Há um certo predomínio de historiadores e cientistas políticos no grupo geral, mas não se esqueça que há

muitos antropólogos também. Temos o Shepard Forman, o Robert Shirley, não se esqueça do Marvin Harris, que agora ensina em Columbia.

É verdade que tem muitos historiadores, mas alguns deles têm vocação antropológica, o Stuart Schwartz, por exemplo, eu gosto muito de um dos primeiros trabalhos dele (*Brazil's Portuguese Heritage Should Not Be Forgotten*), quando ele usa um quadro famoso (*Três meninas da mesma rua*, de Maria Margarida) para mostrar que a menina índia e a negra têm sido estudadas, mas a portuguesa não. Ele tem alma de antropólogo. Mas acho que o pai dos historiadores brasileiros não sou eu, é o Stanley Stein, eu o encontrei no Rio, morando lá e fazendo pesquisa antes da Guerra. Ele tem um trabalho muito bom e acho que é dele a paternidade da influência dos novos historiadores brasilianistas.

SEBE: *E os intelectuais brasileiros, como se relacionavam com os brasilianistas da primeira geração?*

WAGLEY: Bom, vamos marcar a Guerra como período de transição. Antes da Guerra, havia pouco brasileiro que ensinava aqui, ou mesmo que vinha aprender na universidade americana. A influência francesa sempre foi maior e isto aumentou depois que a Missão Francesa foi para compor o grupo

da instalação da Universidade de São Paulo. Principalmente a antropologia foi marcada por esta relação, pois a influência de Lévi-Strauss e Roger Bastide foi muito ampla e positiva. A ligação de brasileiros com os norte-americanos se deu muito lentamente e através de contatos pessoais. O Gilberto Freyre era uma ponte muito importante. O Anísio Teixeira também. O Anísio achava que o sistema educacional americano funcionava bem e por isso devotou estudos sobre a reforma educacional brasileira, voltada para o nosso modelo. Outro brasileiro muito importante, particularmente para mim, foi o Thales de Azevedo; ele ajudou muito e sempre. Ele influenciou marcadamente no grupo que estudou na Bahia, na década de 70. A USP e o Rio nunca foram muito receptores. O Norte e o Nordeste sempre foram muito mais abertos a nós. De São Paulo, ligado à gente, tem o Oracy Nogueira. O Oracy esteve estudando em Chicago e depois estagiou no Museu Nacional do Rio.

SEBE: *Professor, como o senhor sabe, Gilberto Freyre é uma figura muito polêmica entre nós, e há uma discussão muito forte em torno do impacto dos Estados Unidos na obra de Freyre, principalmente sobre Casa Grande & Senzala. Os debates denunciam uma certa*

visão importada do Brasil, que Freyre teria adquirido fora do Brasil.

WAGLEY: Eu não vou analisar *Casa Grande & Senzala*, se bem que sempre quero fazê-lo, mas Gilberto Freyre com este livro modernizou as ciências sociais no Brasil, por bom ou mal que o livro seja, ele é pioneiro. Ainda que o Gilberto não tenha feito pesquisas de campo, sem dúvidas ele provocou e ainda excita as mentes de brasileiros. Quando cheguei ao Brasil, em 39, todo mundo, euforicamente, me indicava *Casa Grande* como a primeira coisa a ler. Li com enorme prazer

SEBE: *O senhor leu Casa Grande no Brasil?*

WAGLEY: Li no Brasil porque não tinha chegado, em 39, aos Estados Unidos, e eu não conhecia bem o Brasil, para falar a verdade. *Casa Grande* sempre teve uma grande influência sobre os brasilianistas, até para os que não concordam. Lembre-se que muitos brasilianistas, como o Skidmore, escreveram sobre este livro, mas tenho certeza que todos reconhecem que esta obra é um divisor de águas. Agora, é verdade que o Gilberto adquiriu muito de seu ponto de vista nos Estados Unidos. Parece que o livro foi pensado em Columbia, ainda que o texto que lá existe, na biblioteca, seja um pequeno trabalho de 25 a

30 páginas, sobre as fazendas brasileiras.

O Tannenbaun manteve um grande respeito, até o fim da vida, por Gilberto. Eu também, mas acho que ultimamente ele está exagerando muito o próprio valor.

SEBE: *Professor, se o Gilberto Freyre foi tão importante, então por que tão poucos estudos sobre o Brasil Colonial? Por que os brasilianistas se concentram em estudos sobre a República?*

WAGLEY: Isto é mais um problema dos novos brasilianistas, eles é que estão mais próximos da *political science*. Sabe, um aspecto que sempre me chamou a atenção na cultura acadêmica brasileira foi a sociologia. Sempre achei que o Florestan é o maior intelectual brasileiro. Respeito muito o trabalho de outros, mas o Florestan sempre foi muito forte. Há também a Maria Isaura, o Antônio Cândido, este é um grupo formidável, até o senador (Fernando Henrique Cardoso) é muito bom. Felizmente, no Brasil não se fala muito da diferença entre antropologia e sociologia, nem de sociologia e história, isto ajuda muito.

SEBE: *Quais os projetos importantes do brasilianismo?*

WAGLEY: Academicamente, eu acho que o estudo do John

Wirth, Bob Levine e Joe Love foi muito importante. A contribuição para os estudos regionais dada por eles é significativa, não acha? Tem também a velha mania americana de se estudar as comunidades, aí nós temos uma fila muito comprida com estrelões como o Morse, o Stein, o Warren Dean e até o veterano Donald Pierson. Mas ainda acho que o melhor estudo sobre o Brasil ainda é o do della Cava. Você sabe, eu andei muito pelo Brasil e, entre os vários lugares por que passei, visitei Juazeiro, durante a Guerra, voltei colecionando vários livros e sonhei escrever uma obra sobre o padre Cícero, mas no fundo eu sabia que não ia fazê-lo porque não tinha tempo e se tratava de história. Aí, apareceu o della Cava, eu chutei a idéia e ele pegou. Há outra tradição de estudos americanos que é importante para o Brasil, os estudos comparativos, de temas gerais. Neste campo, acho que a escravidão foi o mais importante; gostaria de lembrar aqui o estudo do Carl Degler (*Neither Black nor White*) e os do Eugene Genovese (*Roll, Jordan, Roll. The World Slaveholders Made*). Sabe, estes brasilianistas todos são os novos Ewbanks.

SEBE: *Bem, professor, nós falamos de aspectos positivos do brasilianismo; agora, eu gostaria de entrar um pouco no ter-*

reno do negativo. Por que há tanta rejeição ao brasilianismo?

WAGLEY: Vamos começar pela suspeita, sempre se achou que entre os brasilianistas havia gente que trabalhava para a CIA. Deve haver, mas eu não conheci ninguém, nunca. Em segundo lugar, como eu defendo a idéia que a vida intelectual não tem fronteira, acho que os brasileiros poderiam vir mais para os Estados Unidos, nos estudar e assim se vingariam de nós e todos ficaríamos felizes.

SEBE: *Como o senhor vê o futuro do brasilianismo?*

WAGLEY: Tenho vivido vários períodos do brasilianismo. Já vi muita coisa acontecer. Agora estou esperando que haja mais oportunidades para os jovens, pois os *velhos* já estão nos empregos, e sem perspectivas profissionais não há possibilidade de desenvolvimento de programas. Mas nisto tudo há algo bom: todos sabem que é importante manter estudos sobre o Brasil, veja que às vezes vai gente importante daqui e faz papel feio lá dizendo que está contente por visitar a Bolívia.

SEBE: *Quais temas o senhor recomendaria para a nova geração de brasilianistas?*

WAGLEY: Ah, o carnaval e o jogo do bicho. Principalmente o

jogo do bicho, acho que este é o tema melhor para se entender alguns mecanismos internos da alma brasileira. Há outros como o futebol, a roupa, a educação das crianças. Olha, se há uma coisa que não preciso fazer é chutar temas, agora eu tenho já um time que pode ensinar os jovens.

SEBE: *Para terminar, professor, o que gostaria de dizer?*

WAGLEY: Quero dizer que estou velho e já vivi bastante e que o Brasil sempre foi parte importante da minha existência. Se eu tivesse que viver outra vez queria passar minha vida acadêmica do mesmo jeito, um jeito brasileiro.

DA MATTA, R. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro, Editora Rocco, 2ª edição, 1986. 126 p.

Este é um livro curto e bem-humorado, cheio de *figuras*, as bem-sacadas ilustrações de Jimmy Scott. Daqueles livros que podem ser saboreados numa rede, sem nenhum outro compromisso além do de nos reconhecermos como *os brasileiros* de que fala Da Matta.

É também um livro interessante para nossos amigos estrangeiros que, por mais que se esforcem, não conseguem decifrar o código que pauta o comportamento dos brasileiros. Norteamericanos e europeus que aqui chegam, após um certo período de adaptação, em que se sentem inconformados por serem os únicos a observar horários, regras de trânsito etc., resolvem se aclimatar e abandonar toda e qualquer regra, o que os transforma nos maiores cometedores de gafe.

Entrando no clima do livro e, com o devido respeito que este autor merece, creio que ninguém melhor do que Da Matta para desempenhar, como antropólogo e autor, o protótipo do brasileiro que ele mesmo caracteriza. Explico-me:

O que faz o Brasil, Brasil? é um livro tipicamente malandro. Com um objetivo pretensioso como o que Da Matta se propõe, traçar, a partir de uma *leitura do Brasil*, a nossa identidade, a do "*Brasil que designa um povo, uma nação, um conjunto de valores, escolhas e ideais de vida*" (p.11), o autor fica, certamente, numa situação difícil.

Da Matta é, entretanto, um autor reconhecidamente talentoso, que se utiliza com facilidade de *expedientes* e *histórias* (tal como o malandro que ele descreve) para se comunicar com o leitor. Como malandro talentoso, Da Matta tira bom partido da antropologia, e é este talento que permite levar a visão específica da disciplina para fora dos muros rigorosos da academia (onde ele é, talvez, mais aplaudido).

Através dos artifícios da malandragem, que, como o próprio autor define, "*promove uma esperança de tudo juntar, numa totalidade harmoniosa e concreta*" (p. 105), Da Matta busca uma leitura do Brasil, o que, convenhamos, não é tarefa fácil.

Mas Da Matta não parte do zero. Ele aqui retoma temas que já desenvolveu em trabalhos anteriores, desta vez enfatizando ainda mais a utilização "*de uma antropologia com destemor e que proporciona uma visão da sociedade aberta e relativizada pela comparação*" (p. 13).

Os capítulos do livro são os temas das nossas conversas de brasileiros: o carnaval, as relações marcadas pela hierarquia e negação do preconceito racial, o trabalho (associado à rua) e as relações familiares na casa; a malandragem e o *jeitinho*; promessas, padrinhos, milagres e outros temas característicos da junção que fazemos entre religião oficial e religiões populares.

As *festas da ordem*, sejam aquelas promovidas pelo Exército, ou pela Igreja, são o contraponto necessário

à utopia vivida no carnaval. Onze páginas são imparcialmente dedicadas a cada um destes momentos (as *festas da ordem* e as *festas da desordem*) que “servem como as verdadeiras roupas pelas quais a sociedade cria e recria sua identidade social e suas tradições” (p. 71).

Como o autor é homem e, além disso, brasileiro (carioca, ainda por cima) não poderia deixar de dedicar um capítulo a um tópico muito caro às conversas masculinas: mulheres e sua associação com as comidas que eles comem, tema que, ele não diz, mas é sabidamente *carne-de-vaca* nas mesas de bar que reúnem homens de mangas arregaçadas e colarinhos frouxos, após o trabalho.

No retrato que Da Matta faz dele próprio, ao final do livro, diz ter certeza de que “... a *Antropologia Social* é também um código literário e que só nos faltam a ousadia temática e aquela capacidade de observação e articulação.” (p.125).

O que faz o Brasil, Brasil? é, em vários sentidos, uma ousadia temática. Da Matta já teve uma experiência na televisão. Aguardamos para breve os seus romances, gênero que já se mostrou como um veio fecundo para os antropólogos brasileiros.

Sylvia Caiuby Novaes

Professora de Antropologia no
Departamento de Ciências Sociais da
FFLCH da Universidade de São Paulo

ANTROPOLOGIA URBANA

Reprodução de: Jorge Matta



GASPAR, M. D. *Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985. 135 p.

Resultado de uma dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional em 1984, **Garotas de Programa** é uma boa contribuição para a antropologia urbana. Como diz a autora, na introdução da obra:

“O objetivo deste livro é entender a organização social e o sistema de representações de um certo tipo de prostituição praticado em algumas boates de Copacabana por mulheres jovens, oriundas de camadas médias, conhecidas como garotas de programa” (p. 11).

O livro se divide em quatro capítulos. No primeiro, *Copacabana, Princesinha do Mar*, a autora caracteriza o cenário onde se situam os atores de que irá tratar. Utilizando-se do esquema de Gilberto Velho, seu orientador, Maria Dulce procura mostrar Copacabana como um bairro que, além de “*apresentar uma das densidades mais altas do mundo*” (p. 15), se divide em várias subáreas, que se caracterizam pela fase de ocupação e pelo tipo de população que nelas se estebelece.

Descreve também as boates situadas entre o Copacabana Palace, avenida Princesa Isabel e praça do Lido, onde desenvolveu seu trabalho de campo. Estas boates se distribuem em diferentes categorias e têm um quadro de pessoal permanente — porteiro, garçons, homens, garotas etc. São certamente as garotas que merecem da autora uma descrição pormenorizada, tanto quanto à imagem que elas produzem (roupas, sapatos, maquiagem etc.), como quanto às formas pelas quais se relacionam com os outros personagens deste cenário. O primeiro capítulo termina com uma visão da *violência*, tal como ela aparece no discurso das garotas, e que dá a atmosfera específica do tema em questão.

No segundo capítulo, Maria Dulce mostra que não é só quando fazem pesquisa de campo em sociedades indígenas que os antropólogos têm o que contar. Ao entrar *na noite* e no mundo da prostituição, o pesquisador passa a fazer parte de um universo que lhe é estranho e este estranhamento é uma das ferramentas básicas de entendimento com que conta a disciplina.

A observação participante, viabilizada pelo fato da pesquisadora pertencer à mesma faixa etária da população

estudada e apresentar uma imagem semelhante (p. 56) a elas, foi a principal via de acesso aos dados. A consulta a fichas de cadastramento de uma agência de turismo, que oferecia serviços sexuais a seus clientes, e entrevistas com proprietários e gerentes de boates completam as fontes utilizadas.

O capítulo III faz a análise da literatura existente a respeito da prostituição; as obras são apresentadas a partir da postura dos autores (textos acadêmicos, missionários, jornalísticos e autobiográficos). A autora mostra a diferença entre a literatura produzida nos Estados Unidos e na França, e se detém na análise dos trabalhos mais recentes (a partir de 1976) produzidos no Brasil, sob a influência da teoria do desvio proposta por Becker e dos trabalhos de Goffman.

No final deste terceiro capítulo, a autora antecipa a perspectiva que lhe permitirá analisar a identidade social das garotas de programa. As várias dimensões da identidade: alteridade, desempenho de papéis (complementares e contraditórios), situação de status e manipulação da identidade são os pilares através dos quais se poderá construir socialmente a identidade das garotas.

Aqui, a identidade é vista como uma combinatória de vários papéis, “*todos objeto de diferentes julgamentos morais por parte da sociedade abrangente*” (p. 87). A partir desta conceituação, o quarto capítulo apresenta as representações que os clientes fazem das garotas e as auto-representações que elas fazem de si próprias, “*enfocando suas manipulações e racionalizações perante os preconceitos que envolvem sua atividade*” (p. 88).

A conclusão deixa um pouco a desejar. Abandonando a tese da pros-

tuição como um *mal necessário*, e seu correlato, que a vê como oportunidade para os homens satisfazerem suas *necessidades sexuais*, resta ainda a perspectiva, igualmente posta de lado pela autora: a que vê a prostituição como uma *estratégia de sobrevivência*.

Sobra pouco. *fazer programa é uma atividade que visa antes a ascensão social do que a própria sobrevivên-*

cia (p. 126). Mas, convenhamos, há outras atividades que possibilitam a ascensão social e o grande interesse da antropologia é, justamente, entender por que uma é escolhida em detrimento de outras. Isso ficamos sem saber.

Sylvia Caiuby Novaes

Professora de Antropologia no Departamento de Ciências Sociais da FFLCH da Universidade de São Paulo

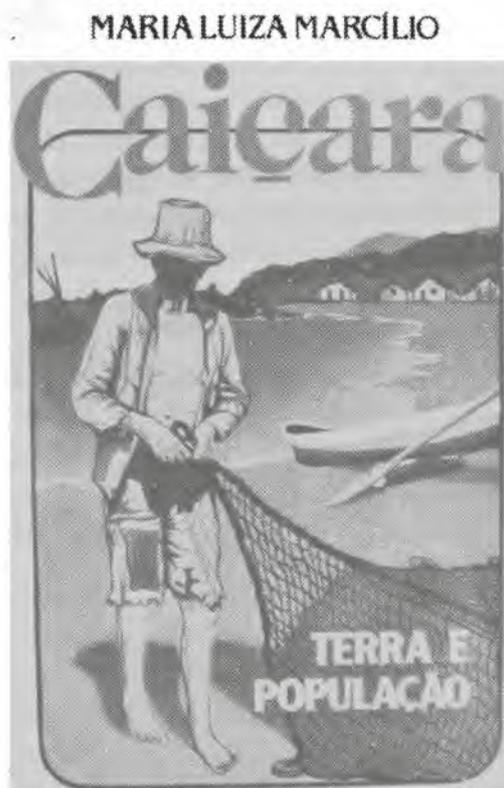
HISTÓRIA SOCIAL

MARCÍLIO, M. L. *Caieara: terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba.* São Paulo, Paulinas: CEDHAL, 1986. 244 p.

Anos após a publicação de *Os Parceiros do Rio Bonito*, de Antônio Candido, surge este livro de Maria Luiza Marcílio que, provavelmente, será um novo clássico sobre a organização social e a cultura da população caipira. A própria autora explicita que *caieara*, tanto quanto *caipira*, é uma designação da população camponesa tradicional do território do atual estado de São Paulo e das partes circunvizinhas de outros estados, enfim, da extensão geográfica de contornos mal definidos povoada a partir dos primeiros núcleos estabelecidos pelos colonizadores portugueses nesta porção da colônia, e a que Joaquim Ribeiro chamou de *Paulistânia*, para enfatizar a ocorrência de um patrimônio comum de tradições e costumes.

A autora parte do pressuposto, colhido em Antônio Cândido, de que

Reprodução: Jorge Mauer



o século XVIII, especialmente sua segunda metade, caracterizou-se pela decisão do governo português de incorporar a região que viria a constituir a capitania, província e estado de São Paulo, à economia internacional de mercado. Duas das principais

razões a inspirar tal decisão foram a decadência da mineração, na própria colônia, e a desorganização da economia açucareira, nas Antilhas, provocada pelas lutas anticoloniais.

Enquanto esse território esteve, exceto por algumas iniciativas em pontos restritos e de efeito efêmero, à margem da agroindústria de exportação, especialmente a do açúcar, e à medida em que os indígenas foram sendo dizimados, afugentados ou imobilizados, seu repovoamento foi-se dando por uma população constituída de brancos, caboclos e mestiços, dedicada a uma economia predominantemente de subsistência, isto é, destinada eminentemente ao autoconsumo, com um mínimo de excedente a se colocar no mercado local ou de outros pontos da colônia.

Tal população vivia dispersa e rarefeita, com famílias ou grupos de vizinhança a ocuparem clareiras nas matas e pontos no Litoral, que possibilitavam seu sustento pela combinação de uma restrita agropecuária com a caça, pesca e coleta de produtos vegetais. A predação da natureza era mínima, sendo a recomposição dos recursos biológicos facilitada pela mudança mais ou menos freqüente das áreas de plantio e residência, o que, por sua vez, era possibilitado pela abundância de terras.

O incentivo à agricultura de exportação, por parte da coroa, implica a implantação do sistema de propriedade fundiária, através da concessão de sesmarias a indivíduos privilegiados por critérios de linhagem e de riqueza, como a disponibilidade de escravos e outros recursos a investir.

Com o aparecimento dos sesmeiros e dos estabelecimentos agrícolas de produção para exportação, a popula-

ção mencionada vem a ser submetida a um processo de opressão e expropriação semelhante ao ocorrido anteriormente com os indígenas.

Tomando Ubatuba como um caso exemplar, e combinando dados de fontes históricas, como os mapas de população de fins do século XVIII e primeiras décadas do seguinte, e resultados de entrevistas com remanescentes do contingente de caiçaras, Maria Luiza Marcílio consegue reconstituir, com a precisão e a riqueza de minúcias possíveis, o mundo cotidiano dessa gente, quase toda iletrada e humilde, isto é, politicamente dominada, que sempre tem ficado à margem da história tradicional e oficial.

Com uma metodologia aprendida em autores europeus e adaptada às condições específicas nacionais e locais, Maria Luiza Marcílio, embora tome o período que vai das últimas décadas do século XVIII às primeiras do seguinte como principal referência cronológica, consegue dar uma visão não apenas estática e sincrônica, mas também dinâmica e diacrônica da economia, da demografia e da vida social da área escolhida para seu estudo de caso, que não se limita ao período mencionado, mas se estende até a atualidade.

O período referido é enfatizado não apenas pela riqueza de dados históricos disponíveis ou, melhor, desenterrados e trabalhados pela historiadora, como também, pelo interesse em revelar o impacto desorganizador da agricultura de exportação — da cana e do café — cujo apogeu nele se encerra sobre a economia e a organização social tipicamente camponesas do caiçara, desorganização que, após uma fase que se poderia chamar de recuperação ou reequilíbrio, corres-

poondente à decadência da cafeicultura na área, viria a se incrementar, nas últimas décadas, com a especulação imobiliária e a radical expropriação de que seria vítima a população em estudo.

Um dos principais recursos metodológicos adotados por Maria Luiza Marcílio consiste em acompanhar os mesmos indivíduos ou as mesmas famílias, por tantos momentos para quantos dispuser de informações, de modo a poder observar mudanças por nascimentos e mortes, estabilidade ou instabilidade de casais, variações patrimoniais e assim por diante. Ela consegue, inclusive, arrolar casos de indivíduos que, quando mais jovens e pobres, eram identificados como pardos, nos mapas de população e, mais tarde, mais idosos e prósperos, tendo adquirido ou ampliado seus recursos fundiários e sua escravaria, passaram a ser definidos como brancos, informação crucial na discussão do relacionamento entre categorias sociais definidas pelas marcas raciais.

A riqueza de dados quantitativos, com um tratamento adequado e crítico, permite à autora um texto ao mesmo tempo enxuto e altamente in-

formativo. Por sua vez, a apresentação de dados comparativos relativos a populações congêneres de outros contextos geográficos e históricos, contribui para tornar mais proveitosa a leitura.

Enfim, com este livro, Maria Luiza Marcílio oferece uma contribuição original e objetiva, isto é, que não se limita a mero impressionismo, ao conhecimento da *gênese, evolução e destruição de uma parcela da população brasileira, aquela constituída pelos caiçaras — agricultores, pescadores pobres — que povoaram quase ininterruptamente o litoral brasileiro* e do processo de espoliação da população camponesa em geral que, no Brasil, *foi e está sendo semelhante por toda parte*, conforme é prometido no *prológo*.

Como estudo de demografia histórica e, conseqüentemente, na confluência das diferentes ciências sociais, este livro será de interesse não apenas para o historiador, mas também para o antropólogo, o sociólogo, o economista e quantos se preocupam com a sociedade nacional e seus problemas.

Oracy Nogueira

Professor Titular de Sociologia, da FEA
da Universidade de São Paulo

LIVROS — RESENHAS

Esta seção divulga resumos — criticados e comentados — assinados sobre livros, artigos de periódicos e publicações. Encaminhar o resumo de, no máximo, três páginas com vinte linhas datilografadas, e o original da obra à Divisão de Publicações da Coordenação Cultural da USP.

LANÇAMENTOS DA EDUSP
OBRAS PUBLICADAS NO PERÍODO DE
AGOSTO/86 A JUNHO/87

- ALVES, Odair Rodrigues. Os Homens que Governaram São Paulo.
- BARBOSA, Ruy. Réplica, v. 1 e 2 – Col. Reconq. do Brasil, 2ª série nºs 100 e 101.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade.
- BEAINI, Thais Curi. Heidegger: arte como cultivo do inaparente.
- BOLLE, Willi. Seleção e Apresentação. Walter Benjamin: documentos de cultura, documentos de Barbárie (Escritos Escolhidos).
- BOMTEMPO, Edda (Coord.). Psicologia do Brinquedo: aspectos teóricos e metodológicos.
- BORGES, D.R. Rio Araguaia: corpo e alma.
- BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembranças de velhos.
- CABRERA, Julio. A Lógica Condenada: uma abordagem extemporânea de filosofia da lógica.
- CALADO, M. O Valeroso Lucideno, v. 1 e 2 – Col. Reconq. do Brasil, 2ª série nºs 102 e 103.
- CART, A. & Outros. Gramática Latina.
- CASCUDO, Luis da Camara. Contos Tradicionais do Brasil.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade.
- FABRIS, Annateresa. Futurismo: uma poética da modernidade.
- FERREIRA, A.E.X. & ROSE JR., Dante De. Basquetebol: técnicas e táticas (Uma abordagem didático-pedagógica).
- FONSECA, Edson Nery da. (Org.). Bibliometria: teoria e prática.
- JAUCH, J.M. São os Quanta Reais? Um Diálogo Galileano.
- LACAZ, Carlos da Silva & Outros. Doença de Jorge Lôbo.
- LAUERHASS, Ludwig Jr. Getúlio Vargas e o Triunfo do Nacionalismo Brasileiro: estudo do advento da geração nacionalista de 1930 – Col. Reconq. do Brasil, 2ª série nº 99.
- MANFIO, Diléa Zanotto (Edição Crítica). Mário de Andrade – Poesias Completas.
- MORAES, Irany Novah. Perfil da Universidade.

NEVES, Joel. Idéias Filosóficas no Barroco Mineiro.

PELLEGRINI FILHO, Américo. Literatura Folclórica.

RODRIGUES, José Carlos. Idéias Filosóficas e Políticas em Minas Gerais no Século XIX – Col. Reconq. do Brasil, 2ª série nº 97.

VIANNA, Oliveira. Instituições Políticas Brasileiras, v. 1 e 2 – Col. Reconq. do Brasil, 2ª série nºs 105 e 106.

ESTABILIZAÇÃO DE SOLOS COM CIMENTOS POZOLÂNICOS DE
CINZA DE CASCA DE ARROZ E DE RESÍDUO CERÂMICO

Alex Kenya Abiko

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA SÍNTESE DOS ÉSTERES DE
SACAROSE, USANDO COMO REAGENTES AÇÚCAR REFINADO
AMORFO E ÓLEO DO COCO BABAÇU

Angelo Ferro

SISTEMAS FIXOS DE COMBATE A INCÊNDIOS POR INUNDAÇÃO
TOTAL, UTILIZANDO O AGENTE EXTINTOR HALON 1301

Carlos Eduardo Strauch Albero

METODOLOGIAS COMPUTACIONAIS APLICADAS NOS PROJETOS
DE SINALIZAÇÃO METRO-FERROVIÁRIOS

Fernando Amaral Cirillo

CARACTERIZAÇÃO DO CONCENTRADO FOSFÁTICO DE OLINDA-PE,
FRENTE A PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE TERMOFOSFATOS POR
CALCINAÇÃO – ESCALA DE LABORATÓRIO

Francisco de Assis Bandeira

MODELAGEM, PROJETO E ANÁLISE DE UM PILOTO AUTOMÁTICO
PARA SUBMARINOS

Gabriel Felix Gueler

AS EMPRESAS DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA NO BRASIL: DO
CAD À ENGENHARIA

Guilherme Ary Plonski

FIBRAS DE COCO EM ARGAMASSAS DE CIMENTO PORTLAND
PARA PRODUÇÃO

Holmer Savastano Júnior

MODELAGEM MATEMÁTICA DO FUNCIONAMENTO DE UM SISTEMA
DE JATOS DE GÁS FRIO PARA CONTROLE DE ATITUDE DE
SATÉLITES

Ismael Emílio de Oliveira Júnior

RESÍDUOS SÓLIDOS PERIGOSOS – SOLIDIFICAÇÃO DE LAMAS
GALVÂNICAS COM CIMENTOS

Jair Rosa Cláudio

ESTUDO DA FERMENTAÇÃO ALCOÓLICA CONTÍNUA DE MELAÇO
DE CANA-DE-AÇÚCAR COM CÉLULAS IMOBILIZADAS

José Geraldo da Cruz Pradella

FORMULAÇÃO DE REVESTIMENTO FENÓLICO COM VISTAS À
PROTEÇÃO ANTICORROSIVA DE SUBSTRATO METÁLICO

Lidia Vasconcellos de Sá

EXPANSÃO E CONTRAÇÃO DE SOLOS TROPICAIS COMPACTADOS
E SUAS APLICAÇÕES ÀS OBRAS VIÁRIAS. CLASSIFICAÇÃO DE
SOLOS TROPICAIS COM BASE NA EXPANSÃO E CONTRAÇÃO

Liedi Legi Bariani Bernucci

CONTRIBUIÇÃO AO CÁLCULO DE REATORES PARA PRODUÇÃO
DE FURFURAL, CONSIDERANDO A INFLUÊNCIA DO ARRASTO
COM VAPOR EM PRESENÇA DE SÓLIDOS

Luiz Alberto Jermolovicus

INFLUÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA E DOS FORNOS DE
CALCINAÇÃO NAS CARACTERÍSTICAS DA CAL VIRGEM

Maria Alba Cincotto

SEGURANÇA DO TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL –
AVALIAÇÕES E PROPOSIÇÕES

Monica Hahne Negrão

POLUIÇÃO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS CAUSADA POR
ATERROS SANITÁRIOS: UMA ABORDAGEM MATEMÁTICO-
EXPERIMENTAL

Nilson Guiguer Junior

CONCRETOS LEVES: O CONCRETO CELULAR ESPUMOSO

Oswaldo Aguiar Rocha Ferreira

POLPAÇÃO DE EUCALIPTO PELO LICOR VERDE KRAFT VISANDO A
PRODUÇÃO DE PASTA CELULÓSICA PARA CORRUGADO

Paulo de Melo Bastos

ESTUDO CINÉTICO DA HIDRÓLISE ENZIMÁTICA DO AMIDO:
INIBIÇÃO PELO PRODUTO

Raquel de Lima Camargo Giordano

SOBRE A IDENTIFICABILIDADE DE MODELOS COMPARTIMENTAIS

Rubem Ribeiro Fagundes

APLICAÇÃO DE MÉTODO DE SIMULAÇÃO DO DESEMPENHO TÉRMICO DE EDIFICAÇÕES

Virgínia Maria Dantas de Araújo

FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS DA USP

UTILIZAÇÃO DO FUNGO *GEOTRICHUM CANDIDUM* NO CONTROLE DA INDUSTRIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE FRUTAS

Claydes de Quadros Zamboni

Os produtos de frutas apresentam fungos *Geotrichum candidum* oriundos principalmente dos equipamentos das indústrias que não mantêm rotina de limpeza.

APLICAÇÃO DE MÉTODOS COLORIMÉTRICOS NA DETERMINAÇÃO DE PROTEÍNAS SÉRICAS GLICADAS E FRUTOSAMINA EM INDIVÍDUOS NORMAIS E DIABÉTICOS

Izabel Cristina Huber

Determinação das concentrações de proteínas séricas glicadas e frutosa-
mina em indivíduos normais e diabéticos e sua utilização como índices
de avaliação de controle glicêmico em pacientes diabéticos.

FRACIONAMENTO DO PLASMA BOVINO PARA ISOLAMENTO DA ALBUMINA E SUA LIOFILIZAÇÃO

Kimiyuki Tanaka

Obtenção de albumina bovina para fins de diagnóstico, utilizando-se da
tecnologia e reagentes nacionais.

INFLUÊNCIA DA ADIÇÃO DE MOSTO COM VAZÃO LINEARMENTE DECRESCENTE COM O TEMPO NO PROCESSO DESCONTÍNUO ALIMENTADO DE FERMENTAÇÃO ALCOÓLICA

Margareth Krauter

Contribuir no desenvolvimento da tecnologia deste processo de fermen-
tação, uma vez que estudos preliminares indicaram um aumento da pro-
dutividade em etanol quando foi utilizada uma vazão de alimentação
linear decrescente com o tempo.

ESTABILIDADE DO ÁCIDO ACETILSALICÍLICO EM PREPARAÇÕES FARMACÊUTICAS LÍQUIDAS

Maria Palmira Daflon Gremião

O objetivo principal do trabalho, foi: o estudo e a padronização de méto-
dos para a análise de ácido salicílico em preparações farmacêuticas líqui-
das contendo ácido acetilsalicílico. No Brasil, são comercializadas cerca
de duas dezenas de tais formulações. Os métodos padronizados foram
empregados na análise de algumas destas preparações farmacêuticas e
todas apresentaram alta porcentagem de ácido salicílico livre.

ISOLAMENTO DE LEVEDURAS DE FEZES DE CRIANÇAS

Regina Celia Candido

A frequência de isolamento de leveduras foi de 54,3% em fezes diarréicas de crianças e de 48% nas não-diarréicas. As espécies mais prevalentes em ambos os tipos de fezes foram: *Candida albicans* e *Candida tropicalis*. O meio Biggy-Agar foi o mais eficiente para a inibição bacteriana do conteúdo fecal.

INSTITUTO DE FÍSICA DA USP

A ELETRODINÂMICA ESTOCÁSTICA E O EFEITO COMPTON

Antonio Vidiella Barranco

1. Eletrodinâmica Estocástica. 2. Radiações Aleatórias Térmica e de Ponto Zero. 3. Oscilador Harmônico. 4. Equilíbrio entre Matéria e Radiação. 5. Espalhamento Compton.

DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DO CONCEITO DE ACELERAÇÃO EM ADOLESCENTES

Carlos Eduardo Laburú

1. Padrões de aceleração. 2. Aceleração como conceito. 3. Aceleração em adolescentes em idade de 11 a 16 anos.

CARACTERIZAÇÃO DE ALUNOS INGRESSOS NOS CURSOS DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS E ENGENHARIA CIVIL DA UEFS; SUAS HABILIDADES MATEMÁTICAS E LÓGICAS E SEU CONHECIMENTO EM FÍSICA, EM RELAÇÃO AO SEU PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO

José Luiz Gomes

1. Habilidades matemáticas. 2. Habilidades lógicas. 3. Conhecimento em Física. 4. Nível sócio-econômico.

INSTITUTO DE QUÍMICA DA USP

DESATIVAÇÃO DE ESTADOS SINGLETE EXCITADOS DE: (I) ALDEÍDOS ALIFÁTICOS, POR HALETOS DE ALQUILA; (II) ANTRACENO, POR SULFETOS AROMÁTICOS

Daisy de Brito Rezende

Haletos de alquila não suprimem a fluorescência de aldeídos alifáticos. A emissão de fluorescência de antraceno é suprimida, com baixa eficiência, por sulfetos derivados do tiocresol ou do tiofenol.

ALTERAÇÕES METABÓLICAS EM GLÂNDULAS SUBMANDIBULARES DE RATOS DURANTE O DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO SIALADENOTRÓFICO

Fátima Divina Ferreira

Dentro das condições experimentais programadas, existe uma diversidade de resposta metabólica da glândula submandibular de ratos quando se utiliza diferentes procedimentos para obtenção de aumento glandular, sugerindo a existência de diferentes mecanismos bioquímicos para processos sialadenotróficos.

DITERPENOS DOS FRUTOS DE *XILOPIA AROMATICA*

Miguel Pedro Lorena de Moraes

Isolamento e determinações estruturais de diterpenos labdânicos, caurânicos, traquilobânicos e atisânicos.

INFLUÊNCIA DA FORÇA IÔNICA NA AVALIAÇÃO DO PONTO DE EQUIVALÊNCIA NAS TITULAÇÕES POTENCIOMÉTRICAS PELO MÉTODO DE GRAN

Queenie Siu Hang Chui Pressinotti

A avaliação gráfica da titulação potenciométrica com soluções, aquosas de N a OH através do método de Gran II mostrou ser possível a determinação de ácidos fortes e fracos no intervalo de concentração 10^{-1} a 10^{-3} com precisão de 0,1 – 1%.

CORRELAÇÃO ENTRE ESTRUTURA E PROPRIEDADES CATALÍTICAS DE POLIELETRÓLITOS ANFIFÍLICOS DO TIPO IONENO

Valdir Soldi

Caracterização das propriedades catalíticas de polieletrólitos anfifílicos do tipo Ioneno.

INSTITUTO DE FÍSICA E QUÍMICA DE SÃO CARLOS, DA USP

MEDIDAS DE CORRENTES TERMOESTIMULADAS E ISOTERMAS NO AR EM FILMES DE POLIFLUORETO DE VINILIDENO (PVF₂)

Alfredo Jorge

EFEITOS DE CONDIÇÃO DE CONTORNO SOBRE O ESPECTRO DA CADEIA QUÂNTICA DE BLUME-CAPEL

Deborah Brasil Balbão

ARQUITETURA DEDICADA PARA O CÁLCULO DA TRANSFERÊNCIA DE FOURIER

Luciano da Fontoura Costa

TRANSIENTE DE CORRENTE ELÉTRICA EM AMOSTRAS DE PVDF DEVIDO A ÁGUA DE VOLUME

Neri Alves

INSTRUÇÕES PARA A APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS PARA A REVISTA DA USP

Os trabalhos apresentados para publicação na Revista da USP devem sujeitar-se, tanto quanto possível, ao disposto nas instruções que se seguem:

O artigo deverá conter:

- Título que deve ser claro, específico e objetivo.
- Nome do autor e sua respectiva filiação científica, por extenso, sem abreviações (no máximo, duas linhas).
- Resumo e abstract – todo artigo deverá ser precedido por um breve resumo em português e outro em inglês. O texto deverá limitar-se a não menos de cinquenta e não mais de cem palavras, em um único parágrafo. Os verbos devem estar na voz ativa e na terceira pessoa do singular.
- O texto deverá ser datilografado em papel branco, formato 22,5 x 31, usando como margem as medidas indicadas no gabarito abaixo.



- margem esquerda – 25 mm
- margem direita – 15 mm
- borda superior – 35 mm
- borda inferior – 20 mm

Nota: As folhas de gabaritos estão à disposição dos interessados na Divisão de Publicações Técnicas da Coordenadoria Cultural da USP

- O texto final não deverá exceder o total de quinze laudas de vinte linhas do gabarito. Juntamente com o texto, os autores poderão enviar fotos, ilustrações, gráficos e tabelas, devidamente legendadas. A inserção ou não deste material é de responsabilidade dos editores, bem como sua devolução aos autores.
- Referências Bibliográficas e/ou Bibliografia – A lista de referências deverá seguir, tanto quanto possível, a NB-66, da ABNT. Caso haja necessidade de citar referências no texto, estas deverão ser dadas pelo sobrenome do(s) autor(es), seguido pelo ano da publicação entre parênteses.

